



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADE – IH
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

LISANDRA DE FREITAS MOURA

**PÉROLA NEGRA: A PRESENÇA DAS MULHERES NEGRAS NA ABOLIÇÃO DA
ESCRAVIDÃO E NO PROCESSO DE PÓS-ABOLIÇÃO NO CEARÁ**

REDENÇÃO - CE

2026

LISANDRA DE FREITAS MOURA

**PÉROLA NEGRA: A PRESENÇA DAS MULHERES NEGRAS NA ABOLIÇÃO DA
ESCRAVIDÃO E NO PROCESSO DE PÓS-ABOLIÇÃO NO CEARÁ**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Interdisciplinar em Humanidades

Orientador: Prof. Dr. Edson Holanda Lima Barboza

REDENÇÃO - CE

2026

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Moura, Lisandra de Freitas.

M887p

Pérola negra: a presença das mulheres negras na abolição da escravidão e no processo de pós-abolição no Ceará / Lisandra de Freitas Moura. - Redenção, 2026.
94f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2026.

Orientador: Prof. Dr. Edson Holanda Lima Barboza.

1. Abolição da escravidão - Ceará. 2. Abolicionistas - Mulheres - Ceará. 3. Negras - Ceará. 4. Narrativas. I. Título

CE/UF/BSCP

CDD 326.098131

LISANDRA DE FREITAS MOURA

**PÉROLA NEGRA: A PRESENÇA DAS MULHERES NEGRAS NA ABOLIÇÃO DA
ESCRAVIDÃO E NO PROCESSO DE PÓS-ABOLIÇÃO NO CEARÁ**

Texto de Dissertação de **LISANDRA DE FREITAS MOURA**,
apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-
Graduação Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como
requisito parcial para obtenção do título de Mestre
Interdisciplinar em Humanidades.

Data de aprovação: 30/06/2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **EDSON HOLANDA LIMA BARBOZA**
Data: 22/09/2026 11:09:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Edson Holanda Lima Barboza
MIH/Unilab (Orientador)

Documento assinado digitalmente
 **JACQUELINE DA SILVA COSTA**
Data: 22/09/2026 20:32:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Jacqueline da Silva Costa
MIH/Unilab (Examinadora Interna)

Documento assinado digitalmente
 **MATILDE RIBEIRO**
Data: 25/09/2026 21:31:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Matilde Ribeiro
Unilab (Examinadora Externa ao PPG)

RESUMO

Este trabalho propõe discutir quais as representações que as mulheres negras tiveram no Ceará no período da abolição da escravatura, que culminou no ano de 1883/4. Os objetivos dessa pesquisa parte do princípio de analisar o processo de participação na abolição da escravidão no Ceará os aspectos sociais e políticos vivenciados pela mulher negra nos anos de 1883 e 1884. A partir disso buscou-se problematizar as formas de inserção da mulher negra na luta abolicionista e discutir o lugar da mulher negra no contexto pós-abolicionista cearense. Desse modo, procurou-se fazer um levantamento de referências em periódicos de jornais e estudos historiográficos acerca do assunto. A metodologia é de natureza exploratória e qualitativa, fundamentada em estudos bibliográficos e historiográficos. Os critérios de inclusão compreenderam trabalhos acadêmicos publicados em periódicos reconhecidos, teses e dissertações disponíveis em repositórios institucionais e obras que tratassem explicitamente das temáticas de gênero, raça e abolição no contexto cearense ou brasileiro. Foram também priorizadas fontes que apresentassem análise documental ou etnográfica sobre irmandades, festas de matriz africana e protagonismo feminino. Como critérios de exclusão, desconsideraram-se produções sem fundamentação científica, e textos opinativos sem base teórica. A análise qualitativa dos textos selecionados buscou identificar convergências, lacunas e contradições nas narrativas sobre a mulher negra, a fim de propor uma leitura crítica que restituísse sua centralidade histórica. A metodologia, portanto, não se limita à descrição das fontes, mas à sua problematização, visando reconstituir as múltiplas formas de resistência e inserção das mulheres negras na luta pela liberdade no Ceará.

Palavras-chave: abolição, pós-abolição, mulher negra, narrativas.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the representations held by Black women in Ceará during the period of the abolition of slavery, which culminated in 1883/4. The objectives of this research are grounded in analyzing the process of participation in the abolition of slavery in Ceará, focusing on the social and political aspects experienced by Black women in the years 1883 and 1884. Building on this, the study sought to problematize the forms of Black women's engagement in the abolitionist struggle and to discuss the place of Black women in the post-abolition context in Ceará. To this end, a survey of references in newspaper periodicals and historiographical studies on the subject was conducted. The methodology is exploratory and qualitative in nature, grounded in bibliographical and historiographical studies. The inclusion criteria comprised academic works published in recognized periodicals, theses and dissertations available in institutional repositories, and works that explicitly addressed the themes of gender, race, and abolition within the context of Ceará or Brazil. Priority was also given to sources presenting documentary or ethnographic analysis of brotherhoods, African-derived festivities, and women's leading roles. As exclusion criteria, works lacking scientific grounding and opinion pieces without theoretical foundation were disregarded. The qualitative analysis of the selected texts sought to identify convergences, gaps, and contradictions in the narratives about Black women, in order to propose a critical reading that would restore their historical centrality. The methodology, therefore, is not limited to describing the sources, but extends to problematizing them, aiming to reconstitute the multiple forms of resistance and engagement of Black women in the struggle for freedom in Ceará.

Keywords: abolition, post-abolition, Black woman, narratives.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. A LUTA ABOLICIONISTA NO CEARÁ: CONTEXTOS E CONTRADIÇÕES HISTÓRICAS	12
1.1. FEMINISMO, INTERSECCIONALIDADE E O LUGAR DA MULHER NEGRA	15
1.2. A MULHER NEGRA NO CEARÁ OITOCENTISTA: REALIDADES SOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA.....	18
1.3. NARRATIVAS, MEMÓRIA E O SILENCIAMENTO DAS MULHERES NEGRAS	22
1.4. INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NA LUTA ABOLICIONISTA: PROBLEMATIZAÇÕES E REINTERPRETAÇÕES.....	25
2. NARRATIVA PÚBLICA E SILENCIAMENTO DO SUJEITO NEGRO	29
2.1. IRMANDADES DO ROSÁRIO: ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE, AGÊNCIA E SIMBOLOGIAS.....	32
2.2. REALEZA NEGRA (REIS/RAINHAS DE CONGO): RITUAL, PERFORMATIVIDADE E ORDEM SOCIAL INVERTIDA	36
2.3. FESTIVIDADES DE MATRIZ AFRICANA (CONGOS, MARACATUS, SAMBAS): RESISTÊNCIA CULTURAL E REELABORAÇÃO	38
2.4. ROMANIZAÇÃO DA IGREJA E OS CONTROLES SOBRE PRÁTICAS RELIGIOSAS NEGRAS	41
2.5. A PRESENÇA COTIDIANA: COMÉRCIO, TRABALHO LIVRE E REDES URBANAS (EX.: ANINHA COMO QUITANDEIRA)	44
3. REPRESENTAÇÕES DA MULHER NEGRA NA IMPRENSA CEARENSE NO PROCESSO DE ABOLIÇÃO E PÓS-ABOLIÇÃO.....	48
3.1. A MULHER NEGRA NA HIERARQUIA SOCIAL: TRABALHO DOMÉSTICO E SUBALTERNIDADE	57
3.2. REPRESENTAÇÕES E ESTEREÓTIPOS: COMO O JORNAL “ENQUADRA” MULHERES NEGRAS.....	62
4. INVISIBILIZAÇÃO HISTÓRICA E CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MULHER NEGRA NO CEARÁ	70
4.1. 1 MOVIMENTOS SOCIAIS E REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NEGRAS NO CEARÁ.....	74
CONCLUSÃO.....	81
REFERÊNCIAS	84

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe-se a contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre o processo de abolição da escravidão no Ceará, especialmente entre os anos de 1883 e 1884, destacando a atuação e o protagonismo das mulheres negras agentes históricos sistematicamente silenciados pela narrativa hegemônica. A história da abolição no Ceará, celebrada como um marco do pioneirismo e da liberdade civilizatória, consolidou-se sob uma ótica eurocentrada que exalta as elites brancas, letradas e masculinas, relegando à marginalidade a participação da população negra, sobretudo das mulheres (Marques, 2013; Oliveira; Bittencourt, 2001). A retórica da benevolência, amplamente difundida nos periódicos e clubes abolicionistas da época, construiu a falsa ideia de que a liberdade foi um ato de generosidade dos senhores, obscurecendo as resistências cotidianas, as irmandades religiosas, as práticas culturais e os modos de sociabilidade gestados pelas comunidades negras. Nesse contexto, a mulher negra foi duplamente invisibilizada pelo racismo estrutural e pelo sexismo, tendo seu papel político, econômico e cultural sistematicamente desconsiderado nas narrativas oficiais.

Esta pesquisa nasce de uma inquietação pessoal, surgida ainda durante a graduação, ao perceber a ausência de narrativas sobre mulheres negras nos estudos históricos, especialmente no contexto da escravidão. Ao longo da formação acadêmica, tornou-se evidente o silenciamento dessas trajetórias, apesar de sua relevância para a compreensão da sociedade cearense. Nascida na periferia de Fortaleza e oriunda de uma família negra, também carrego o desejo de ocupar e investigar os espaços da história do Ceará.

O Ceará ainda vivencia um processo de resgate e reconhecimento de suas múltiplas origens históricas. Nesse sentido, este trabalho busca contribuir para essa discussão, dando continuidade às reflexões iniciadas no projeto desenvolvido durante o Bacharelado em Humanidades. O ingresso no mestrado representa a oportunidade de aprofundar essa investigação, explorando espaços historicamente negados à população negra e promovendo uma reflexão crítica sobre as lacunas que ainda persistem na historiografia cearense. Ao trazer para o centro da análise as experiências de mulheres negras, pretende-se colaborar para a ampliação de perspectivas sobre a história do Ceará e para o fortalecimento de narrativas que, por muito tempo, permaneceram à margem dos registros históricos.

Embora a abolição da escravatura seja amplamente discutida pela historiografia, ainda são escassas as análises que investigam a participação feminina negra e suas

experiências sociais e políticas nesse contexto. Assim, o estudo contribui para preencher lacunas, abordando como eixo central narrativas de mulheres negras e suas heranças ancestrais, possibilitando novas interpretações e questionamentos acerca da construção da memória histórica regional. Há, sim, negros e negras no Ceará, e suas trajetórias fazem parte da formação histórica, cultural e social do estado. Nesse contexto, proponho voltar o olhar para as mulheres negras, destacando suas experiências, lutas e contribuições na construção dessa história que, por muito tempo, permaneceu silenciada.

A luta abolicionista cearense, quando observada sob o prisma da resistência feminina negra, revela uma dimensão até então pouco explorada pela historiografia tradicional. A mulher negra, central na manutenção das redes comunitárias e na sustentação da vida social, desempenhou papéis múltiplos que ultrapassavam os limites domésticos e afetivos, atuando como mediadora entre os espaços da fé, do trabalho e da resistência (Silva; Reis, 1989; Barroso, 1962; Souza, 2006). As irmandades do Rosário, as festas de matriz africana e as práticas de solidariedade feminina configuraram-se como espaços de resistência simbólica e política, em que as mulheres negras, por meio da religiosidade e da cultura, mantinham viva a memória de seus ancestrais e o ideal de liberdade. A exclusão dessas vozes da historiografia cearense não decorre da ausência de protagonismo, mas de uma operação sistemática de apagamento e silenciamento, legitimada por discursos pseudocientíficos e instituições como o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, que, segundo Marques (2013), promoveu um branqueamento simbólico da identidade regional.

A leitura crítica da abolição no Ceará, sob a ótica da “Pérola Negra”, propõe-se a subverter a retórica elitista e racialmente excludente que consolidou a imagem do Estado como “Terra da Luz” expressão que, em vez de iluminar a liberdade, obscureceu a negritude e as experiências de mulheres como Inês Maria da Anunciação e Tia Simoa, símbolos de resistência e coragem. Em 1884, durante as comemorações oficiais da abolição, a presença de Inês Maria foi reduzida a uma figura alegórica “negra, mas formosa”, conforme o relato de Girão (1956 apud Pires, 2013, p. 354), um elogio ambíguo que reafirma a estética colonial da subalternidade. Do mesmo modo, Tia Simoa, liderança feminina na greve dos jangadeiros em 1881, teve seu papel minimizado e, posteriormente, apagado das crônicas oficiais (ALVES, 2015). Essas mulheres, chamadas aqui de “Pérolas Negras”, representam o elo entre a resistência coletiva e a luta por visibilidade histórica, desafiando o discurso da abolição concedida e reivindicando a abolição conquistada.

Nesse sentido, a perspectiva decolonial (Quijano, 2005; Dantas, 2015) fornece o arcabouço teórico necessário para compreender como a colonialidade do poder e do saber

sustentou a exclusão das mulheres negras do campo da história e da cidadania. A classificação racial imposta pelo projeto colonial criou hierarquias que naturalizaram a inferiorização de corpos negros e femininos, tornando-se base para o racismo estrutural e epistêmico. Como destaca Lélia Gonzalez (1984), o imaginário brasileiro construiu-se a partir de três arquétipos da mulher negra a mãe-preta, a mulata e a doméstica, todos voltados à servidão e à erotização do corpo negro, negando-lhe subjetividade, intelectualidade e humanidade. Complementarmente, Nilma Lino Gomes (2018) enfatiza a urgência de compreender as dimensões simbólicas e estruturais do racismo e do sexismo, uma vez que ambos determinam as condições de vida, as oportunidades e o reconhecimento social dos sujeitos racializados. Assim, revisitar a história das mulheres negras cearenses é também um gesto político de reconstrução da memória e de enfrentamento às formas de epistemicídio.

A obra de Conceição Evaristo (2016) é igualmente fundamental para este debate, pois sua concepção de *escrevivência* propõe uma escrita insurgente, capaz de traduzir as dores e as resistências do povo negro, sobretudo das mulheres, transformando experiências de silenciamento em narrativas de potência. Essa escrita que “incomoda” e “perturba” (Evaristo, 2016, p. 35) rompe com a tradição acadêmica eurocentrada e reintegra à história as vozes que foram negadas. O conceito de *escrevivência* articula-se à experiência das mulheres negras cearenses, cujas histórias sobreviveram nos interstícios da memória oral, nos rituais e nas práticas cotidianas, desafiando os limites da história oficial. É nesse entrecruzamento entre história, memória e identidade que emerge o projeto “Pérola Negra”: resgatar, registrar e reconhecer o protagonismo dessas mulheres na luta abolicionista e na construção da identidade cearense.

Além disso, autores como Frantz Fanon (2008) e Achille Mbembe (2018) permitem ampliar a análise sobre o processo de desumanização que permeia a experiência negra. Fanon (2008) discute o sentimento de “não pertencimento” do negro em uma sociedade que constantemente o rejeita, relegando-o ao lugar do “outro” hostilizado. Mbembe (2018), ao propor a noção de necropolítica, evidencia como o poder colonial e racista decide quem pode viver e quem deve morrer, prolongando no tempo a lógica do extermínio e da exclusão. Essa estrutura de poder é reproduzida simbolicamente nas narrativas que negam a contribuição das mulheres negras ao Ceará, reduzindo-as à condição de inexistência histórica. Descolonizar o passado, portanto, significa restituir humanidade a esses sujeitos, recontando suas histórias a partir de suas próprias experiências e perspectivas.

A presente pesquisa tem como questão-problema compreender como as mulheres negras participaram e resistiram no processo abolicionista cearense entre os anos de 1883 e

1884, e de que modo a historiografia tradicional contribuiu para a sua invisibilização na memória oficial do Estado. A análise dessa problemática sustenta-se na perspectiva decolonial, na qual compreender a mulher negra é compreender o próprio tecido social e político da abolição, uma vez que sua exclusão das narrativas históricas expressa a permanência do racismo estrutural e epistêmico que ainda hoje molda a sociedade brasileira.

Diante disso, a pesquisa tem como objetivo geral analisar o protagonismo e as estratégias de resistência das mulheres negras no processo de abolição da escravidão no Ceará, entre os anos de 1883 e 1884. Especificamente, busca-se problematizar as formas de inserção da mulher negra na luta abolicionista cearense; discutir o lugar ocupado por essas mulheres no contexto pós-abolicionista; e identificar as estratégias utilizadas por elas para romper com a invisibilidade histórica e social a que foram submetidas. A justificativa desta investigação reside em sua relevância social, histórica e acadêmica, por propor uma reinterpretação crítica dos discursos fundadores da identidade cearense e desafiar a narrativa hegemônica que apagou a presença e a importância das mulheres negras. C

Nesse viés, essa pesquisa assume natureza exploratória com caráter qualitativo com embasamento em estudos bibliográficos e historiográficos de reconhecidos estudiosos. Foi escolhido esse método com fontes oficiais por causa da temporalidade da pesquisa, situada nos anos 1883 e 1884, sendo assim um aporte apropriado para a investigação. O foco do estudo são as mulheres negras que viveram no Estado do Ceará entre 1883 e 1884 e como se davam suas relações sociais e políticas em meio a uma revolução abolicionista.

As seleções de casos serão das mais variadas, podendo conter qualquer narrativa que possa demonstrar essa presença. A técnica usada será de investigação por meio de coleta de documentos em jornais da época como “*Libertador*” (1881-1890), “*Cearense*” (1846-1891) e “*O Sol*” (1856-1898), e também uma pesquisa bibliográfica com estudos que foram feitos acerca do tema. Foram utilizados como principais bancos de busca o SciELO e o Google Acadêmico, com a seleção de produções científicas relevantes entre os séculos XX e XXI. Os descritores adotados para a busca foram: “*mulher negra no Ceará*”, “*abolicionismo e gênero*” e “*irmandades do Rosário e resistência cultural*”. A pesquisa bibliográfica visa construir um quadro teórico que articule perspectivas históricas, culturais e sociológicas, utilizando autores que abordam as dimensões simbólicas, políticas e cotidianas da atuação feminina negra. Essa metodologia permite compreender os processos de invisibilização não apenas como fenômenos históricos, mas como construções discursivas de poder.

A pretensão é buscar dados populacionais de algumas regiões do Estado do Ceará e identificar autores que abordam a escravização no Ceará e no Brasil, verificando qual

contexto histórico do Estado tem como fundo principal a escravização e a corrida abolicionista. Posteriormente, deverá ser verificado o lugar da presença negra e principalmente analisar as condições da participação negra feminina no Ceará nos anos de 1883 e 1884. A proposta da metodologia é buscar através de textos oficiais, atas, bibliografias e jornais a presença dessas mulheres negras que marcaram esse período, elas podem surgir de modo sutil, como acontece com Inês Maria e Tia Simoa, mas a importância se dá por trazer elas independente de ter estado na linha de frente no ativismo pró abolicionista. Pois a pretensão é anunciar e expor a sua história.

Os critérios de inclusão compreenderam trabalhos acadêmicos publicados em periódicos reconhecidos, teses e dissertações disponíveis em repositórios institucionais e obras que tratassem explicitamente das temáticas de gênero, raça e abolição no contexto cearense ou brasileiro. Foram também priorizadas fontes que apresentassem análise documental ou etnográfica sobre irmandades, festas de matriz africana e protagonismo feminino. Na pesquisa foram selecionados 14 artigos, 17 livros, 9 dissertações e 7 documentos de outras fontes institucionais, sites oficiais ou notícias, totalizando 47 fontes de pesquisa para a análise do tema. Como critérios de exclusão, desconsideraram-se produções sem fundamentação científica, e textos opinativos sem base teórica. A análise qualitativa dos textos selecionados buscou identificar convergências, lacunas e contradições nas narrativas sobre a mulher negra, a fim de propor uma leitura crítica que restituísse sua centralidade histórica. A metodologia, portanto, não se limita à descrição das fontes, mas à sua problematização, visando reconstituir as múltiplas formas de resistência e inserção das mulheres negras na luta pela liberdade no Ceará. Essa perspectiva pode ser usada, para dar luz à narrativa das mulheres negras neste período, pelos estudos de Conceição Evaristo (2016) quando retrata a escrevivência “é uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera. Escrevivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida.” (Evaristo, 2016, p.35)

Em ponto de estrutura, o primeiro capítulo tem como objetivo examinar a formação histórica da narrativa abolicionista cearense, discutindo o modo como a memória oficial foi construída a partir de um discurso elitista, patriarcal e racialmente seletivo. A seção inicia contextualizando o cenário político, econômico e social no qual o movimento abolicionista se consolidou, destacando tanto as tensões internas quanto as disputas simbólicas que moldaram a identidade do Ceará como “Terra da Luz”. Em seguida, analisa-se como os jornais, sociedades libertadoras e intelectuais do período contribuíram para a produção de um imaginário de pioneirismo que obscureceu o protagonismo negro, principalmente feminino.

Por fim, o capítulo problematiza as contradições entre a celebração oficial e as resistências populares, apresentando como a abolição, longe de ser um gesto benevolente das elites, foi resultado de processos plurais, conflituosos e frequentemente apagados pela historiografia tradicional.

Já o segundo capítulo discute como o discurso público expresso rituais cívicos, intervenções estatais e produções historiográficas atuaram para construir representações que minimizaram ou silenciaram completamente o sujeito negro, especialmente as mulheres negras, no imaginário social do Ceará pós-abolição. O capítulo inicia analisando os dispositivos retóricos que transformaram a abolição em espetáculo das elites, produzindo uma narrativa heroica que deslocou a agência dos negros e reforçou uma suposta harmonia racial. Em seguida, investiga-se como esse silenciamento se institucionalizou por meio de repressões culturais, apagamentos documentais e políticas de controle social que visavam invisibilizar práticas religiosas e expressões comunitárias negras. Por fim, o tópico evidencia que tais mecanismos de apagamento não foram apenas omissões, mas operações conscientes de poder, responsáveis por estruturar a memória coletiva e moldar percepções contemporâneas sobre raça, cidadania e pertencimento, exigindo uma reinterpretação crítica das vozes silenciadas.

O terceiro capítulo pretende discutir representações da mulher negra nos jornais no processo de abolição e nos pós abolição. Os jornais analisados foram “O libertador” (1881-1890) e “O Cearense” (1841-1891). Este capítulo vai priorizar os discursos utilizados sobre a mulher negra na perspectiva da imprensa local, utilizando um jornal de cunho abolicionista e outro mais identificados com os interesses das elites locais.

No quarto capítulo analisamos as repercussões da invisibilização histórica da mulher negra na sociedade cearense, contrapondo com experiências do protagonismo negro feminino através da atuação nos movimentos sociais e na luta por representação no campo da política institucional.

1. A LUTA ABOLICIONISTA NO CEARÁ: CONTEXTOS E CONTRADIÇÕES HISTÓRICAS

A construção da memória histórica em torno da abolição da escravidão no Ceará constitui um dos capítulos mais emblemáticos e controversos da historiografia brasileira. A narrativa que consagra o Estado como o primeiro a abolir oficialmente a escravidão, em 1884, sustenta-se sobre um discurso de pioneirismo e excepcionalidade, frequentemente reproduzido como símbolo de progresso e civilidade. Entretanto, conforme observa França (2024), esse discurso assume um caráter de “mito redentor”, ao projetar o Ceará como território livre de práticas raciais excludentes, ao mesmo tempo em que obscurece as continuidades da exploração racial e as desigualdades estruturais que se mantiveram após o ato abolicionista. Essa perspectiva mitificada reforça a ilusão de uma ruptura completa com o passado escravista, quando, na realidade, a transição para o regime de trabalho livre perpetuou formas sutis de opressão e marginalização da população negra. O estigma e os discursos que reduziam a importância da população negra localmente foram preponderantes até pouco tempo, levando à consequente falta de reconhecimento de práticas racistas na sociedade cearense:

Até o início dos anos de 1980, o negro no Ceará era extremamente estigmatizado. Essa estigmatização assentava-se sobre um discurso étnico historicamente estabelecido, de que a presença e participação social do escravo nesse estado fora de pouca recorrência e relevância social. Essa perspectiva, além de associar e restringir o universo da cultura afro-cearense a experiência da escravidão, também estabelecia que em decorrência dessa pouca representatividade social do negro escravizado, derivava, consequentemente, a ausência de práticas racistas (Sousa, 2006, p. 12).

Tais estigmas foram construídos e permaneceram desde o fim do século XIX, o abolicionismo cearense foi progressivamente apropriado pelas elites políticas e intelectuais, que buscaram consolidar uma memória pública de caráter heroico e branquecido. Silva (2013) argumenta que as elites urbanas, ao exaltarem a figura de abolicionistas brancos jornalistas, advogados e comerciantes, silenciaram deliberadamente o protagonismo das classes populares e, sobretudo, das mulheres negras. Essa construção discursiva, moldada por jornais e clubes abolicionistas aristocráticos, como as Sociedades Libertadoras, configurou um processo de “branqueamento simbólico” da história, em que a abolição foi narrada como um gesto benevolente da elite, e não como resultado da resistência cotidiana dos sujeitos escravizados. Assim, o Ceará tornou-se um laboratório de mitificação racial, no qual a memória coletiva foi higienizada para reforçar o orgulho cívico e encobrir os conflitos de classe e raça subjacentes à abolição.

Sobre a hierarquização de memórias, podemos destacar como a perspectiva de raça foi historicamente elaborado no ocidente e no Brasil como ferramenta de produção de desigualdades:

A raça passou a ganhar relevância na construção social com o Iluminismo e a filosofia moderna, que criaram o homem branco como o ser onipotente do saber. O ‘Homem Universal’ passou a ser levado para outros lugares tidos como não civilizados, [...] redundando em colonizações e mortes de corpos e mentes. No mais, raça no Brasil é o fator que estrutura a sociedade como um sistema poderoso que resulta em desigualdades (Bezerra; Nunes, 2021, p. 54).

Neste contexto, a apropriação da narrativa abolicionista pelas classes médias e altas também revela o uso político da história como instrumento de legitimação social. Segundo Lopes (2020), a versão hegemônica da abolição, ao ser difundida nos currículos escolares e nas comemorações oficiais, produziu uma memória seletiva, que naturaliza o protagonismo branco e invisibiliza os sujeitos subalternos. As Sociedades Libertadoras, compostas majoritariamente por homens brancos instruídos, assumiram o papel de intermediárias morais da libertação, ainda que sua atuação tenha ocorrido em paralelo e muitas vezes em contradição às redes populares de resistência. Dessa forma, a abolição formalizada em 1884 pode ser compreendida como a culminância de um processo de negociação política entre elites, mais do que uma conquista social plena, consolidando um modelo de libertação que manteve intocado o sistema de hierarquias raciais.

Contudo, ao se deslocar o olhar para as margens dessa narrativa oficial, emergem histórias de resistência que desafiam a homogeneização da memória abolicionista. Carvalho (2023) ressalta que as mulheres negras desempenharam papel decisivo na articulação de redes de solidariedade e na sustentação de quilombos e rotas de fuga, atuando como agentes de libertação muito antes do reconhecimento formal do Estado. Essas mulheres, muitas vezes empregadas em funções domésticas ou em ofícios urbanos, utilizavam seus espaços de sociabilidade como locais de resistência e informação.

O protagonismo popular, amplamente invisibilizado pela historiografia tradicional, demonstra que a abolição no Ceará não foi apenas um ato jurídico, mas uma conquista social forjada nas ruas, nos quilombos e nas senzalas. A perspectiva da “história subalterna”, proposta por Spivak e resgatada no contexto brasileiro por autoras como Cisne e Ianael (2022), possibilita reinterpretar o processo abolicionista sob o ponto de vista dos sujeitos marginalizados, devolvendo-lhes a agência histórica negada. Nesse sentido, a abolição deve ser compreendida não como ponto final da escravidão, mas como etapa de uma longa trajetória de resistência negra. A articulação entre os escravizados, libertos e setores populares urbanos criou

uma rede de insurgência que tensionava o sistema escravista por dentro, questionando as bases morais, econômicas e jurídicas da escravidão.

A análise crítica do discurso histórico cearense revela, portanto, um duplo movimento: a exaltação do pioneirismo abolicionista e a simultânea negação da presença negra como sujeito histórico ativo. França (2023) observa que essa dinâmica foi essencial para a construção de uma identidade regional que se pretendia moderna e civilizada, em contraste com outras províncias ainda escravistas. Essa identidade “branqueada” funcionou como capital simbólico, legitimando o Ceará como modelo de moralidade nacional. Entretanto, ao silenciar as continuidades do racismo estrutural e da desigualdade social, essa narrativa impediu a emergência de uma consciência histórica crítica e reparadora. O mito da abolição pacífica, portanto, serviu para neutralizar o conflito racial e disfarçar a persistência da subalternização da população negra no pós-abolição:

Após a emancipação dos escravizados na província cearense em 1884, quatro anos antes da abolição em território nacional, o que se observou foi a tentativa de apagamento das memórias da escravidão e da população negra. [...] Essa justificativa foi apropriada pelo discurso acadêmico e tanto a historiografia nacional quanto a regional reproduziram essa tese, reforçando que, devido ao número reduzido de africanos nessa província, estes tiveram pouco impacto na economia do Ceará e, portanto, a abolição da escravidão nesse local foi um evento isolado.”(França, 2023, p. 149)

Além da invisibilização das resistências negras, a memória abolicionista cearense também marginalizou as experiências femininas, especialmente as das mulheres negras que sustentaram as bases sociais do movimento. Conforme destaca Barbosa (2024), a recente valorização dessas figuras em exposições e projetos culturais revela uma tentativa de corrigir a omissão histórica e de reinscrever suas trajetórias na narrativa pública. Tais iniciativas, no entanto, ainda enfrentam a resistência de uma historiografia tradicional que privilegia os feitos masculinos e brancos. A recuperação da memória dessas mulheres exige, como afirma Nascimento (2025), uma abordagem decolonial, capaz de romper com o paradigma eurocêntrico que estrutura o pensamento histórico e de reconhecer o abolicionismo cearense como produto de múltiplas vozes e experiências.

O apagamento da participação negra e feminina na abolição cearense não é apenas um problema de memória, mas de epistemologia. Lopes (2020) argumenta que a exclusão desses sujeitos do cânone histórico reflete a própria lógica colonial do saber, que define quem pode ser produtor e portador de conhecimento. Assim, repensar o abolicionismo cearense significa também repensar os fundamentos do conhecimento histórico e suas relações de poder. Ao valorizar a oralidade, as memórias comunitárias e as narrativas locais como propõem Silva,

Antônio de Sousa e Feitosa (2012), é possível reconstruir um passado plural e polifônico, no qual os protagonistas da liberdade não sejam reduzidos a notas de rodapé. A história, nesse sentido, torna-se campo de disputa simbólica e política, em que o resgate das vozes silenciadas é ato de resistência.

A reconstrução crítica da narrativa abolicionista cearense exige compreender que o apagamento da presença negra e feminina foi sustentado por uma estrutura discursiva que naturalizou a desigualdade racial como parte da identidade regional. Segundo Felix Bezerra e Nunes (2021), a cristalização do “mito da harmonia racial” no Ceará teve como função simbólica reafirmar a imagem de um povo pacífico e civilizado, ocultando os conflitos e as disputas políticas que caracterizaram o período. Tal mito, ao ser incorporado às políticas culturais e educacionais, consolidou uma pedagogia da exclusão, na qual o negro aparece como elemento folclórico, mas não como sujeito histórico. Assim, a narrativa do “Ceará da luz” tornou-se uma tecnologia de poder, que não apenas apagou os rastros da resistência negra, mas também definiu os limites do que poderia ser lembrado e celebrado. Reescrever essa história, portanto, não significa apenas inserir novos nomes no cânone, mas descolonizar as próprias categorias de interpretação histórica e reconhecer a memória negra como fundamento legítimo da construção social e política do Estado.

1.1 FEMINISMO, INTERSECCIONALIDADE E O LUGAR DA MULHER NEGRA

A reflexão sobre o feminismo negro e sua aplicação na análise histórica da abolição no Ceará exige o reconhecimento de que as mulheres negras ocuparam, desde os períodos coloniais, um espaço de resistência e agência invisibilizado pelas narrativas hegemônicas. Bell hooks (1984) foi uma das primeiras intelectuais a denunciar o caráter excludente do feminismo branco ocidental, que historicamente marginalizou as vozes negras sob o pretexto de uma universalidade feminina que nunca contemplou a realidade das mulheres racializadas. Sua crítica ao feminismo hegemônico revela que o discurso emancipatório, quando dissociado da questão racial e das hierarquias de classe, perpetua novas formas de subjugação simbólica. Nesse sentido, a ideia de “margem como espaço de resistência” proposta por hooks traduz a força das mulheres negras abolicionistas cearenses, que, mesmo fora dos círculos de poder e longe do reconhecimento institucional, construíram práticas políticas e solidárias capazes de desafiar tanto o patriarcado quanto o racismo estrutural (Silva, 2013).

Ao se articular com o pensamento de Lélia Gonzalez (1988), percebe-se que o feminismo negro brasileiro não apenas denuncia a invisibilidade das mulheres negras nos

movimentos sociais, mas também propõe uma epistemologia própria, ancorada nas vivências afro-latino-americanas. Gonzalez concebe o “feminismo afro-latino-americano” como uma resposta insurgente às hierarquias raciais e coloniais que moldaram o pensamento feminista ocidental, ressaltando que a experiência da mulher negra é simultaneamente de opressão e de resistência cultural. Essa visão é essencial para compreender o papel das abolicionistas cearenses, que, ao se engajarem em práticas de acolhimento, fuga e libertação, transcenderam a esfera doméstica e transformaram o cotidiano em arena política. Como indica França (2024), essas mulheres foram mediadoras da liberdade, operando na interseção entre a solidariedade comunitária e a insurgência política, ainda que a historiografia tradicional tenha lhes negado o reconhecimento.

O conceito de interseccionalidade, formulado por Kimberlé Crenshaw (1989), permite analisar como as categorias de gênero, raça e classe se entrecruzam na constituição das desigualdades sociais e na produção da invisibilidade histórica. Aplicar essa lente ao contexto abolicionista cearense é compreender que o silenciamento das mulheres negras não é mero esquecimento, mas resultado de uma estrutura epistemológica que privilegia o olhar branco e masculino sobre o processo histórico. Como afirma Carvalho (2023), as mulheres negras que participaram das redes de apoio aos escravizados fugidos e das ações coletivas de libertação não apenas lutaram pela abolição formal, mas também por uma redefinição simbólica da liberdade, entendida como ruptura com os mecanismos cotidianos de dominação racial e patriarcal. Assim, o feminismo negro, ao introduzir a interseccionalidade como chave analítica, desestabiliza a narrativa linear da abolição e revela a complexidade do debate racial, construído historicamente para valorizar a posição do homem, e, especificamente, o homem branco:

Por isso, a raça precisa ser compreendida em cada momento e tempo histórico, pois a sociedade contemporânea também contribuiu para a construção política e econômica que sustentou e dividiu as raças, como a expansão do comércio e a ‘descoberta’ do ‘Novo Mundo’, que colaboraram para que a cultura do homem europeu se transformasse na cultura a ser seguida de forma universal. Portanto, toda e qualquer cultura não europeia foi considerada menos evoluída. A raça passou a ganhar relevância na construção social com o Iluminismo e a filosofia moderna, que criaram o homem branco como o ser onipotente do saber (Bezerra; Nunes, 2021, p. 54).

Nestes embates por desconstrução de hierarquias raciais e de gênero, as reflexões de bell hooks (1981) e Gonzalez (1988) permitem compreender que a luta das mulheres negras no Ceará ultrapassava a esfera da emancipação jurídica e se ancorava em um projeto de libertação integral, articulando dimensões espirituais, afetivas e políticas. Essa abordagem é retomada por Ribeiro (2023), ao demonstrar que as mulheres negras cearenses do século XIX já praticavam

um feminismo comunitário e de base, que antecede as formulações teóricas contemporâneas. Tais práticas inscrevem-se no que hooks (1984) denominou “resistência cotidiana”, uma forma de insurgência que se manifesta nos gestos simples de cuidado, solidariedade e partilha. A experiência dessas mulheres revela que o feminismo negro cearense não nasceu apenas do discurso, mas da prática social, transformando o cotidiano em espaço de luta e de produção de saber. Essa perspectiva amplia o conceito de política, desafiando a dicotomia entre o público e o privado e reafirmando a centralidade das mulheres negras como produtoras de conhecimento e transformação social.

No contexto das lutas abolicionistas, o patriarcado atuou como um mecanismo de contenção da voz feminina, e o abolicionismo das elites não rompeu com as bases hierárquicas de gênero e raça. As chamadas “Cearenses Libertadoras”, fundadas em 1882, e as “Baturiteenses Libertadoras”, embora relevantes, representavam uma face do feminismo aristocrático, pautado na benevolência cristã e na filantropia, distante da radicalidade política das mulheres negras. Conforme Carvalho (2023) observa, tais associações eram conduzidas por mulheres brancas das classes médias e altas, que utilizavam o discurso da caridade como forma de reafirmar o status moral e social de suas famílias. A abolição, nesse prisma, tornou-se um espetáculo da virtude branca, em que a libertação do outro servia à construção da própria imagem civilizada e moderna do Ceará.

Essa construção narrativa, amplamente difundida pela imprensa e pela literatura da época, consolidou o mito do “Ceará redentor”, exaltando o protagonismo feminino branco e apagando as contribuições negras. Lopes (2020) mostra que, ao longo do século XX, essa memória seletiva foi reforçada por políticas educacionais e culturais que relegaram os sujeitos negros a papéis secundários, restringindo sua presença a notas de rodapé da história oficial. A “sororidade” entre as mulheres, nesse contexto, revelou-se limitada e excludente, uma vez que a solidariedade de gênero não se estendia às mulheres racializadas, confinadas ao espaço do anonimato e da servidão simbólica. Bell hooks (2000) e Sueli Carneiro (2003) enfatizam que o conceito de “sororidade universal” é uma falácia quando ignora as desigualdades estruturais que separam as mulheres pela cor, pela classe e pelo território.

O reconhecimento das abolicionistas negras implica, portanto, repensar o próprio conceito de cidadania no Brasil. A abolição formal de 1888 e as comemorações cearenses de 1884 foram, para essas mulheres, apenas um ponto de inflexão em uma luta mais profunda: a da humanidade negada. O engajamento de mulheres negras em práticas como o abrigo de fugitivos, a disseminação de informações e a resistência comunitária demonstrava uma compreensão ampla da liberdade, não restrita à lei, mas inserida no cotidiano das relações

sociais. Esse engajamento revela a dimensão epistemológica de sua atuação o que pode ser chamado, à luz de Gonzalez (1988), de uma “insurgência epistêmica”, pois suas práticas e narrativas desafiaram o monopólio branco sobre o saber e sobre a definição do que é político.

O conceito de “margem como espaço de resistência” (hooks, 1989) adquire, nesse cenário, um significado histórico e simbólico particular. As mulheres negras do Ceará, situadas à margem dos espaços formais de poder, transformaram essa posição em fonte de potência e de rearticulação da luta política. Para França (2024), o cotidiano das mulheres negras abolicionistas era simultaneamente um espaço de opressão e de criação, em que a solidariedade entre pares se tornava uma forma de resistência silenciosa, mas profundamente transformadora. Suas experiências demonstram que o lugar da margem não é um não-lugar, mas um território de enunciação crítica, no qual se forjam novas formas de existir e de lutar.

A interligação entre os conceitos de hooks, Gonzalez e Crenshaw evidencia que a luta das mulheres negras no Ceará ultrapassou os limites do feminismo liberal e da militância abolicionista tradicional. Elas reconfiguraram o sentido da política, incorporando à prática libertária dimensões afetivas, comunitárias e espirituais. De acordo com Nascimento (2025), as redes femininas negras no Ceará constituíram-se como espaços de organização e resistência, articulando laços de solidariedade intergeracional que sobreviveram à abolição e ecoam nos movimentos contemporâneos. Essa continuidade histórica reforça a necessidade de compreender a abolição não como um evento encerrado, mas como um processo inacabado de reconstrução social e simbólica.

Recontar a história do abolicionismo cearense a partir das mulheres negras é, portanto, um exercício de restituição da memória e de enfrentamento ao epistemicídio. Conforme aponta Cisne e Ianael (2022), dar visibilidade às experiências dessas mulheres é romper com a narrativa monocromática que sustentou o imaginário da libertação. É reconhecer que o feminismo negro, em sua pluralidade teórica e prática, oferece as ferramentas necessárias para reinterpretar o passado e construir uma historiografia mais justa e inclusiva. Trata-se de afirmar que as abolicionistas negras não foram coadjuvantes, mas protagonistas de uma revolução social e moral, cuja radicalidade ainda desafia as estruturas raciais e patriarcais do presente.

1.2 A MULHER NEGRA NO CEARÁ OITOCENTISTA: REALIDADES SOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

A análise das condições socioeconômicas e laborais das mulheres negras no Ceará oitocentista revela um panorama de complexas contradições, marcado simultaneamente pela

opressão estrutural e pela criação de estratégias de sobrevivência e resistência. Conforme aponta Silva et al., (2012), as mulheres negras libertas ou escravizadas desempenharam papéis fundamentais nas atividades econômicas urbanas, destacando-se no comércio ambulante, nos serviços domésticos e nos trabalhos urbanos informais. A precariedade das condições impostas pela escravidão e, posteriormente, pela falsa liberdade advinda da abolição, não impediu que essas mulheres ocupassem espaços de circulação e influência nos mercados locais, especialmente nas feiras e ruas centrais de Fortaleza e Baturité. Tais atividades, embora socialmente desvalorizadas, proporcionaram a elas um nível relativo de autonomia financeira e permitiram a construção de redes solidárias entre trabalhadoras negras, redes estas que sustentaram não apenas a subsistência individual, mas também a resistência política e comunitária contra a marginalização racial e de gênero (Lopes, 2020).

Essas redes de solidariedade feminina negra constituíram-se como um verdadeiro sistema paralelo de apoio econômico e emocional, representando uma forma de mutualismo diante das restrições sociais impostas. De acordo com Carvalho (2023), a economia de subsistência e o comércio de rua criaram uma esfera de sociabilidade feminina negra que extrapolava o campo econômico, adentrando a dimensão simbólica e política da luta por reconhecimento. A venda de alimentos, o ofício de lavadeiras, as quituteiras e as parteiras não apenas garantiam o sustento, mas também funcionavam como pontos de articulação comunitária e de troca de saberes. Nesse sentido, a organização coletiva dessas mulheres, muitas vezes informal e invisibilizada, representava uma forma de resistência silenciosa, mas eficaz, às estruturas patriarcais e escravocratas que tentavam confiná-las à subalternidade.

A formação de irmandades religiosas, confrarias e associações devocionais também se insere nesse contexto como importantes núcleos de organização social e política das mulheres negras. França (2024) observa que, por meio das irmandades, as mulheres encontravam um espaço legítimo de atuação pública, uma vez que essas instituições, ainda que subordinadas à Igreja Católica, abrigavam dinâmicas próprias de solidariedade e resistência. Nelas, as mulheres negras não apenas exerciam funções administrativas e espirituais, como também organizavam festas, procissões e eventos beneficentes, convertendo a religiosidade em instrumento de emancipação simbólica. As irmandades do Rosário dos Pretos, presentes em diversas regiões cearenses, tornaram-se importantes polos de construção identitária e comunitária, articulando fé e política em torno da preservação da memória africana e da valorização da cultura negra (Carvalho, 2023). Essa espiritualidade coletiva, permeada por símbolos e rituais afro-brasileiros, funcionava como espaço de legitimação e resistência frente à opressão colonial e racista. A abolição formal da escravidão, contudo, trouxe novas formas de exclusão. Conforme

aponta Lopes (2020), as mulheres negras libertas foram lançadas em um cenário de vulnerabilidade social sem precedentes: não possuíam acesso à terra, à educação ou aos direitos civis básicos. A “liberdade” conquistada juridicamente não se traduziu em inclusão econômica nem em mobilidade social, perpetuando um ciclo de marginalização estrutural. França (2024) interpreta esse processo como um prolongamento do cativeiro sob outras formas uma liberdade condicionada, mediada por relações desiguais e pela ausência de políticas reparatórias. Diante disso, as mulheres negras precisaram reinventar suas estratégias de sobrevivência, consolidando redes de apoio baseadas na economia informal, na solidariedade de gênero e na religiosidade afrodescendente. Assim, o pós-abolição representou mais um desafio do que um marco libertador, exigindo das mulheres negras a continuidade da resistência frente à indiferença das elites e do Estado.

A resistência dessas mulheres também se manifestou no campo da espiritualidade e da cultura, que se configuraram como instrumentos de libertação simbólica e política. De acordo com Cisne e Ianael (2022), a religiosidade afro-brasileira com seus ritos, mitos e cosmovisões ofereceu às mulheres negras uma linguagem própria de expressão e de contestação das estruturas coloniais. Os terreiros, as festas populares e as práticas de cura tornaram-se espaços de reconfiguração da identidade, onde a presença ancestral se traduzia em força coletiva. A cultura popular cearense, marcada por elementos da tradição africana, como danças, batuques e rezas, tornou-se um campo de disputa simbólica, no qual a mulher negra afirmava sua existência e reivindicava sua humanidade.

A partir da perspectiva afrocentrada, como discute Marimba Ani (1994, apud França, 2023), é possível compreender que as práticas espirituais das mulheres negras cearenses não se restringiam ao âmbito religioso, mas integravam uma cosmovisão comunitária que articulava o sagrado, o político e o social. Essa visão de mundo, fundamentada no princípio de interconexão entre os seres e na ancestralidade, subverte a lógica eurocêntrica de fragmentação e dominação. A religiosidade afrodescendente, nesse contexto, funcionava como uma pedagogia de resistência, na qual as mulheres desempenhavam o papel de guardiãs da memória e transmissoras de saberes. Silva (2013) observa que as mulheres idosas negras, em especial, assumiam funções de liderança espiritual e cultural, perpetuando conhecimentos ancestrais que mantinham viva a identidade afrocearense diante do apagamento histórico. Assim, a espiritualidade afro-brasileira deve ser entendida como um eixo estruturante da resistência feminina negra.

As práticas de oralidade desempenharam papel essencial na preservação das identidades afrodescendentes e na manutenção da memória coletiva das comunidades negras cearenses.

Como demonstram Silva, Antônio de Sousa e Feitosa (2012), as narrativas orais das mulheres idosas constituíram uma verdadeira pedagogia da resistência, permitindo a transmissão intergeracional de saberes, valores e estratégias de sobrevivência. Esse legado oral, além de resguardar a história das lutas e das ancestralidades africanas, funcionou como instrumento de emancipação cognitiva frente à exclusão dos espaços letrados dominados pelas elites. França (2024) salienta que, no contexto do Ceará oitocentista, a oralidade operava como mecanismo de contra-história, subvertendo o monopólio da escrita e garantindo às mulheres negras o direito de significar o mundo a partir de suas próprias experiências. Assim, o ato de narrar tornava-se um gesto político de insurgência, capaz de perpetuar memórias interditadas e reafirmar identidades silenciadas.

As manifestações culturais, como as festas de santo, os maracatus e as danças de origem africana, constituíram verdadeiros territórios de memória e reconstrução identitária. França (2024) enfatiza que essas expressões coletivas não eram apenas entretenimento, mas formas de contestação simbólica ao racismo e ao patriarcado. As mulheres negras, muitas vezes como cantoras, rezadeiras, dançarinas e organizadoras, desempenhavam papel central na manutenção dessas tradições, utilizando-as para reafirmar sua presença e agência social. O corpo, o canto e o ritmo tornaram-se instrumentos de reivindicação e de continuidade cultural, ressignificando o espaço público e o cotidiano. A festa, portanto, não era apenas celebração, mas um ato político, uma forma de declarar a existência e a resistência frente à exclusão institucionalizada (Carvalho, 2023).

Essas expressões culturais, ao mesmo tempo que reafirmavam a memória africana, configuravam-se como espaços de elaboração estética e política do ser negro feminino. Silva et al (2012) interpreta essas manifestações como uma forma de resistência estética, na qual a corporalidade negra se converte em linguagem política e a arte em instrumento de reexistência. Nascimento (2025) complementa que a dimensão simbólica dessas práticas não se restringia à celebração, mas constituía uma pedagogia visual e sonora que educava a comunidade para a liberdade, reconfigurando os sentidos da cidadania e da dignidade humana. Dessa forma, o corpo negro feminino, em movimento e canto, tornava-se território de libertação e instrumento de reconstrução epistemológica, rompendo com o imaginário colonial que o havia reduzido à subalternidade.

A intersecção entre cultura, religiosidade e resistência permite compreender que a luta abolicionista das mulheres negras não se restringiu ao campo jurídico ou político, mas se estendeu à esfera simbólica o direito de existir, de ser vista e de narrar a própria história. Segundo Nascimento (2025), o ativismo das mulheres negras cearenses, ainda que informal,

configurou-se como uma rede de insurgência contínua, que atravessou o século XIX e ecoa nos movimentos contemporâneos de mulheres negras. A abolição, para essas mulheres, foi também uma disputa de significados, um processo de reconstrução da própria humanidade negada. Ao reconstituir essa trajetória, observa-se que as estratégias de sobrevivência o trabalho, a fé e a cultura foram, ao mesmo tempo, formas de resistência e de reexistência, desafiando a exclusão e reinventando os modos de viver e sonhar.

1.3 NARRATIVAS, MEMÓRIA E O SILENCIAMENTO DAS MULHERES NEGRAS

A construção da historiografia cearense no século XIX foi marcada por um intenso processo de branqueamento simbólico, no qual as figuras masculinas e brancas foram elevadas à condição de protagonistas da narrativa abolicionista, enquanto as mulheres negras libertas ou escravizadas foram relegadas a uma zona de invisibilidade. Esse fenômeno de apagamento não se deu de forma casual, mas esteve inserido em uma lógica colonial que vinculava a produção do conhecimento histórico aos interesses das elites intelectuais e econômicas que buscavam consolidar uma identidade cearense “civilizada” e europeizada. Assim, a memória coletiva foi moldada por mecanismos seletivos de reconhecimento, que reforçaram o mito da excepcionalidade do Ceará como “berço da abolição”, ao mesmo tempo em que silenciaram os sujeitos negros que foram essenciais nesse processo, sobretudo as mulheres que atuaram nas bases sociais, religiosas e culturais da luta pela liberdade (Carvalho, 2023).

Os registros oficiais, crônicas e periódicos da época contribuíram ativamente para essa exclusão, retratando a abolição como uma conquista conduzida por homens brancos abastados, ilustrados e humanitários. As fontes históricas que chegaram até nós, como jornais e atas de associações abolicionistas, reproduzem essa estrutura patriarcal de poder, omitindo as contribuições femininas e negras que se expressavam nos espaços cotidianos de sociabilidade, nos mercados, nas irmandades e nas ruas (Lopes, 2020). Essa invisibilização documental foi, portanto, uma estratégia política e epistemológica que reforçou a ideia de que a população negra era apenas objeto da história, e não sujeito dela. O silenciamento não apenas apagou nomes, mas também suprimiu experiências e modos de existência que contrapunham as hierarquias raciais e de gênero estruturantes da sociedade oitocentista (França, 2024).

Esse processo de apagamento encontra sustentação no conceito de epistemicídio, desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos e retomado por Sueli Carneiro, que descreve a destruição sistemática dos modos de conhecimento produzidos pelos povos subalternizados. No

contexto das mulheres negras cearenses, o epistemicídio manifestou-se pela negação de sua capacidade intelectual, espiritual e política, confinando-as a papéis servis e destituídos de valor simbólico. Ao analisar esse fenômeno, percebe-se que a exclusão não se limitou à ausência nos registros históricos, mas também ao silenciamento de suas cosmologias e linguagens próprias, que foram deliberadamente deslegitimadas pelos paradigmas eurocêntricos do saber (Cisne; Ianael, 2022). Assim, a história oficial do Ceará tornou-se um campo de disputa epistemológica, no qual o que se recorda e o que se esquece reflete o exercício do poder de narrar.

A perpetuação do mito da “democracia racial”, fortemente enraizado na formação identitária do Brasil, desempenhou papel central na manutenção desse apagamento. No caso cearense, a narrativa da “terra da luz” título atribuído ao Estado por ter antecipado a abolição reforçou uma percepção ilusória de igualdade racial e harmonia social (França, 2023). Essa retórica mascarou as desigualdades persistentes e invisibilizou as violências cotidianas sofridas pela população negra, principalmente pelas mulheres. Silva et al., (2012) aponta que essa idealização serviu para legitimar a hegemonia branca e silenciar as formas de resistência negra, desarticulando as memórias coletivas que denunciavam as contradições do processo abolicionista. Assim, o discurso da fraternidade racial converteu-se em instrumento de exclusão simbólica, despolitizando o legado das mulheres negras que lutaram pela emancipação, tornando este processo um episódio do próprio racismo epistemológico:

Baseado nesse discurso racial, a população negra foi discriminada e houve a tentativa de apagar seus registros e participação na História. Tudo isso, segundo estudos recentes, foi embasado pelo discurso acadêmico que serviu para legitimar teses reducionistas sobre a população afro-brasileira, construindo também, portanto, um racismo epistemológico (França, 2023, p. 149).

Diante desse contexto, torna-se imprescindível revisitar os arquivos, reexaminar as fontes e questionar o cânone histórico que alicerçou a memória oficial. O trabalho de reinterpretação não se limita à inclusão de novos personagens, mas exige uma reestruturação epistemológica que reconheça a legitimidade das narrativas negras como fontes autônomas de conhecimento (Carvalho, 2023). Essa abordagem implica não apenas olhar para o que foi registrado, mas também para os silêncios, as ausências e as vozes abafadas. Como enfatiza Lopes (2020), a reconstrução da história das mulheres negras requer o reconhecimento de que a omissão também é uma forma de discurso um discurso de poder, que molda o que a sociedade aceita como verdade histórica. Nas últimas décadas, iniciativas acadêmicas e culturais têm buscado resgatar o papel dessas mulheres na história do Ceará, promovendo uma releitura crítica e inclusiva do passado. Exposições como a organizada pelo Museu de Arte

Contemporânea do Ceará, em 2024, e pesquisas conduzidas por universidades públicas, têm evidenciado o protagonismo das mulheres negras em movimentos abolicionistas, religiosos e comunitários (Barbosa, 2024). Essas ações representam não apenas um esforço de visibilidade, mas um gesto de reparação simbólica, que procura reinserir essas figuras na memória coletiva como agentes transformadores e não como coadjuvantes. A reescrita histórica, portanto, torna-se um ato político de resistência, reafirmando a necessidade de pluralizar as vozes e descolonizar os marcos da historiografia tradicional.

Nesse processo de reconstrução da memória, o historiador assume um papel ético e político central. Mais do que relatar fatos, cabe-lhe interrogar as estruturas de poder que determinaram o que foi lembrado e o que foi esquecido. Silva et al., (2012) defende que o pesquisador, ao adentrar os espaços de silêncio, deve atuar como mediador entre o passado e o presente, promovendo a escuta das vozes antes desconsideradas. Assim, a prática historiográfica se transforma em um exercício de justiça epistêmica, no qual o ato de narrar é, simultaneamente, um ato de restituição e de reconhecimento. A escrita da história torna-se, portanto, um instrumento de emancipação coletiva e de redefinição das identidades negras femininas.

A reflexão sobre o papel das narrativas contra-hegemônicas, proposta por bell hooks, reforça essa dimensão libertadora da escrita. Segundo a autora, escrever a partir das margens é reivindicar o direito de existir, de falar e de significar o mundo em suas próprias palavras. Essa perspectiva dialoga profundamente com as experiências das mulheres negras cearenses, que, através de suas memórias, oralidades e práticas culturais, desafiaram as estruturas coloniais do conhecimento (Nascimento, 2025). A narrativa, nesse sentido, transcende o campo literário e assume caráter político: nomear é libertar, registrar é resistir. A palavra torna-se o espaço onde o corpo negro feminino reivindica sua humanidade e sua historicidade.

Atualmente, observa-se um movimento vigoroso de reapropriação da memória e da história pelas próprias mulheres negras, por meio de produções literárias, artísticas e midiáticas que recontam as trajetórias silenciadas. Pesquisas como as de Silva (2024) e Nascimento (2012) demonstram que a arte e a escrita têm funcionado como territórios de reconstrução identitária, permitindo que as novas gerações ressignifiquem o passado e projetem novas formas de existência coletiva. Esse esforço de reescrita não apenas desafia a narrativa dominante, mas também inaugura um paradigma epistemológico decolonial, onde a experiência negra feminina é reconhecida como centro produtor de conhecimento e de transformação social. Assim, as vozes antes marginalizadas não apenas recuperam o direito de falar, mas redefinem o próprio significado do que é fazer história.

A reconstrução da memória histórica das mulheres negras, contudo, não se limita à recuperação simbólica de suas trajetórias, mas implica a reconfiguração dos paradigmas epistemológicos que sustentam o fazer historiográfico. Como observa Boaventura de Sousa Santos, o conhecimento produzido nas margens desafia a pretensa neutralidade científica, reivindicando o direito à pluralidade epistêmica e à escuta das vozes subalternas. Nesse sentido, o resgate das narrativas femininas negras no Ceará representa um gesto de insurgência cognitiva, pois reposiciona essas mulheres como produtoras de saber e não apenas como objetos de estudo (Carvalho, 2023).

Assim, compreender o silenciamento das mulheres negras na historiografia cearense implica reconhecer que a luta pela memória é, essencialmente, uma luta política e ontológica. Trata-se de contestar a quem pertence o poder de narrar e de determinar os limites da existência histórica. Nesse sentido, o ato de rememorar não é mera evocação do passado, mas reconstrução ativa do presente e projeção de futuros possíveis. A abolição, portanto, deve ser compreendida não como um evento encerrado em 1884, mas como um processo contínuo de libertação que se atualiza nas práticas de resistência, nas narrativas insurgentes e nas epistemologias negras que persistem em afirmar: nós sempre estivemos aqui.

Nesse sentido, as produções contemporâneas de mulheres negras cearenses, como analisam Sales e Lima (2022), representam a continuidade de um processo de reconstrução da memória que desafia o epistemicídio histórico. Por meio do jornalismo, da arte e das mídias digitais, essas autoras e comunicadoras têm reocupado os espaços simbólicos da narrativa pública, ressignificando as representações da mulher negra no imaginário social. A reapropriação das vozes negras na esfera midiática reafirma o princípio defendido por Nascimento (2012) de que a luta pela visibilidade é também uma luta por justiça epistêmica e reparação simbólica. Assim, o resgate das trajetórias abolicionistas femininas não se limita ao passado, mas projeta-se no presente como ato contínuo de resistência. Cada texto, cada exposição e cada performance constituem uma reescrita do tempo, em que as mulheres negras reclamam o direito à autoria e reafirmam que sua história não é subcapítulo da abolição, mas eixo estruturante da própria ideia de liberdade no Ceará.

1.4 INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NA LUTA ABOLICIONISTA: PROBLEMATIZAÇÕES E REINTERPRETAÇÕES

O papel desempenhado por essas mulheres não se restringiu a uma atuação marginal ou

secundária, mas constituiu o cerne de uma resistência multifacetada que articulava estratégias cotidianas de enfrentamento à escravidão e à opressão racial. No contexto cearense, essas ações foram marcadas pela construção de redes de apoio comunitário, acolhimento de fugitivos e pela manutenção da cultura afrodescendente, transformando os espaços domésticos e religiosos em centros de resistência e conscientização coletiva. Esse processo revela uma dimensão profunda da politização do cotidiano, na qual a sobrevivência e o cuidado mútuo tornaram-se práticas insurgentes contra a estrutura colonial e patriarcal (Nascimento, 2025).

Conforme Carvalho (2023), a noção de “politização da vida cotidiana” é central para compreender o caráter revolucionário das ações femininas negras, que subverteram o campo político institucionalizado ao introduzirem uma lógica de resistência enraizada na solidariedade e na ancestralidade. A militância anônima, muitas vezes invisibilizada pelos registros oficiais, representava uma forma de insurgência que desafiava o status quo, transbordando o conceito tradicional de militância e deslocando-o para as práticas de cuidado, acolhimento e preservação cultural. As mulheres negras atuaram não apenas como executoras de tarefas logísticas, mas como intelectuais orgânicas, responsáveis por articular uma consciência coletiva em torno da liberdade e da dignidade humana. Essa insurgência silenciosa, segundo França (2023), foi o alicerce sobre o qual se ergueu a mobilização abolicionista local.

A solidariedade feminina negra, de acordo com Nascimento (2012), configurou-se como um instrumento de resistência e autodefesa diante da violência racial e de gênero. Essa união transcendia os laços de parentesco e se consolidava em torno de valores comunitários, espirituais e éticos, estabelecendo uma rede de apoio que sustentava o enfrentamento às condições impostas pela escravidão e pelo racismo institucional. Tal perspectiva reafirma que a abolição não foi um evento concedido, mas resultado de uma luta protagonizada por sujeitos que, mesmo privados de reconhecimento formal, forjaram os caminhos da emancipação. Essa solidariedade se expressava na organização de fugas, na transmissão de saberes sobre ervas medicinais, na resistência religiosa e no acolhimento de libertos, demonstrando que o campo político se expandia para além das fronteiras do discurso público e das instituições formais.

A participação das mulheres negras na abolição foi caracterizada por uma multiplicidade de frentes, revelando uma descentralização estratégica que contrariava as lógicas hierárquicas da política patriarcal. De acordo com Cisne e Ianael (2022), essa descentralização era uma resposta à exclusão sistêmica dos espaços de poder, levando essas mulheres a desenvolverem modos autônomos de resistência. Essa atuação, simultaneamente pública e privada, conferiu um caráter dinâmico à luta abolicionista, pois ao mesmo tempo em que articulavam ações políticas e comunitárias, elas preservavam suas tradições e valores, transformando a resistência

em ato civilizatório. Assim, ao problematizar as formas de inserção feminina negra, reconhece-se a importância de uma epistemologia contra-hegemônica que legitima o saber produzido por essas experiências plurais.

Ao analisar a continuidade histórica das lutas das mulheres negras, nota-se que as práticas abolicionistas do século XIX ecoam nas formas contemporâneas de ativismo e de reivindicação por justiça racial e de gênero. Nascimento (2025) demonstra que as redes de mulheres negras cearenses atuais retomam, sob novas linguagens, a tradição de solidariedade e resistência de suas antepassadas, articulando pautas de combate à violência racial, à desigualdade econômica e à invisibilidade institucional. Essa conexão entre passado e presente revela que o abolicionismo não foi encerrado em 1884, mas permanece como um processo em construção, atravessado por continuidades e rupturas. Lopes (2020) reforça que revisitar essas trajetórias é também denunciar as permanências do racismo estrutural e do patriarcado, que ainda limitam o acesso das mulheres negras ao poder simbólico e político. Assim, a luta abolicionista feminina negra deve ser compreendida como um continuum histórico de insurgência, que redefine a liberdade como prática cotidiana e coletiva.

A noção de “insurgência epistêmica”, discutida por Boaventura de Sousa Santos e retomada por autoras como Sueli Carneiro, é particularmente útil para compreender como a mulher negra ressignificou a própria ideia de ação política. Segundo França (2024), essa insurgência consistiu na contestação dos paradigmas eurocentrados que delimitavam o campo do conhecimento e da legitimidade histórica. As mulheres negras, ao inscreverem suas experiências na memória coletiva, produziram saberes dissidentes que desafiavam o epistemicídio e instauravam novas formas de compreender a liberdade. Nesse sentido, a atuação feminina negra não apenas contribuiu para a abolição formal, mas também para a desconstrução simbólica do colonialismo epistemológico que sustentava a invisibilidade de seus corpos e vozes. Assim, revisitar suas trajetórias é um exercício de justiça cognitiva e reparação histórica. O não reconhecimento oficial das mulheres negras como abolicionistas reflete um processo deliberado de apagamento simbólico que perpetua o racismo estrutural e o sexismo histórico. Lopes (2020) observa que os registros oficiais, jornais e crônicas da época privilegiaram as figuras masculinas brancas, omitindo o protagonismo feminino e negro que sustentou a base popular do movimento. Essa exclusão não se limita à esfera documental, mas reverbera nas representações culturais e educacionais que ainda hoje moldam a memória coletiva.

A revalorização histórica e simbólica da mulher negra exige, como afirma hooks (1994), uma escrita contra-hegemônica que desestabilize as narrativas hegemônicas e produza espaços de fala onde antes havia silêncio. Gonzalez, por sua vez, propõe que essa reconstrução das

narrativas deve emergir de um olhar interseccional que compreenda a articulação entre raça, gênero e classe como estruturante das experiências sociais. Ao integrar essas perspectivas, reconhece-se que a ausência das mulheres negras na historiografia não decorre da falta de ação, mas da recusa institucional em reconhecê-las como agentes intelectuais e políticas. A tarefa contemporânea do historiador, como defende Nascimento (2025), é, portanto, a de revisitar os arquivos e promover a restituição simbólica dessas memórias, transformando a pesquisa histórica em um gesto de reparação e reconhecimento.

Os efeitos contemporâneos dessa invisibilidade são amplos e persistentes. França (2023) salienta que o apagamento histórico das mulheres negras contribui para a reprodução de um racismo estrutural que naturaliza a exclusão política e econômica dessas mulheres nos espaços de poder. Essa marginalização histórica opera como um dispositivo de controle simbólico que perpetua desigualdades, restringindo o acesso dessas mulheres ao protagonismo social e intelectual. Ao reconstituir suas trajetórias, não se trata apenas de reivindicar um lugar na história, mas de ressignificar as bases epistemológicas sobre as quais essa história foi construída. A luta pela visibilidade torna-se, assim, uma luta pelo direito à memória, à autoria e à representatividade.

Por fim, problematizar as formas de inserção da mulher negra na luta abolicionista constitui um movimento essencial para reconstruir uma história plural e justa. Como afirma Barbosa (2024), a reinterpretação da abolição sob o prisma das mulheres negras cearenses evidencia que a liberdade não foi um presente concedido, mas uma conquista coletiva forjada por mãos femininas que costuraram resistência e esperança nas frestas da opressão. Essa leitura crítica convida à superação do mito da democracia racial e à valorização das narrativas insurgentes que emergem da oralidade, da arte e da militância contemporânea. Assim, reconhecer a mulher negra como sujeito histórico é afirmar que sem suas lutas, saberes e existências, a própria noção de liberdade permaneceria incompleta e desumanizada.

2. NARRATIVA PÚBLICA E SILENCIAMENTO DO SUJEITO NEGRO

O movimento abolicionista no Ceará foi marcado por uma retórica cívica e patriótica que, ao mesmo tempo em que celebrava a libertação dos cativos, deslocava o protagonismo do processo histórico para as elites letradas e políticas, transformando o negro em objeto passivo de um suposto gesto magnânimo. A linguagem empregada nos jornais e nos discursos oficiais conferia às campanhas uma aura de solenidade nacional, descrevendo a abolição como uma conquista do “espírito civilizatório” e como evidência do avanço moral das classes dirigentes. Essa perspectiva, amplamente documentada nos periódicos da época, como demonstra Marques (2013), reforçava a centralidade das sociedades libertadoras e das figuras brancas influentes, minimizando as práticas de resistência autônoma que já eram exercidas pelos escravizados por meio de fugas, alforrias conquistadas por esforço próprio e estratégias comunitárias de preservação cultural. Assim, a abolição foi apresentada mais como resultado da benevolência das elites do que como fruto da luta intransigente dos negros por sua liberdade. Uma das maiores contradições que podem ser percebidas é o contraste entre a dita benevolência elitista durante o processo abolicionista e a violência e repressão direcionadas à população negra no pós-abolição:

No século XX, em meio às tentativas de esquecimentos, silêncios e repressões da cultura afro-brasileira no Ceará, o que se observou durante os anos que seguiram após o fim da escravidão e início da República foi o aumento da repressão estatal e policial às práticas culturais e religiosas da população negra. De forma paradoxal, essa população que o Estado considerava inexistente no Ceará tinha suas práticas culturais apagadas e controladas, sendo excluídas dos espaços públicos das cidades (França, 2023, p. 152).

Os discursos impressos nos jornais e os atos solenes revelam uma linguagem impregnada de celebração e louvor às elites abolicionistas. Títulos como “O triunfo da civilização” ou “A generosidade do povo cearense” evidenciam a ênfase no caráter civil e patriótico do acontecimento, omitindo deliberadamente a agência dos libertos (Marques, 2013). Os decretos e pronunciamentos oficiais, repletos de metáforas grandiosas e exaltações à “virtude dos libertadores”, configuraram uma espécie de liturgia política destinada a consagrar os abolicionistas como heróis nacionais. Nessa moldura discursiva, a liberdade foi convertida em espetáculo retórico, cuja função primordial era legitimar a hegemonia das elites e inscrever seus nomes na memória coletiva, em detrimento da experiência concreta dos sujeitos emancipados.

A consolidação da memória pública da abolição no Ceará foi, portanto, construída sob

os alicerces dessa narrativa heroica. As festas cívicas, os desfiles e, sobretudo, a escolha do 25 de março como marco comemorativo da libertação no estado, atuaram como dispositivos de fixação simbólica de uma identidade regional pautada na suposta precocidade e no pioneirismo abolicionista (Girão, 1956). Esses rituais cívicos serviram não apenas para reforçar o caráter “honroso” da abolição, mas também para instituir uma pedagogia pública que reiterava a centralidade das elites na condução do processo. Em vez de reconhecer a pluralidade das trajetórias de liberdade dos negros, tais práticas de celebração cristalizaram uma narrativa unívoca e oficializada, transformando os sujeitos libertos em espectadores da festa da sua própria emancipação. A condição de expectadores passivos ou o destaque à irrelevância econômica da escravidão, ignorando a numerosa população negra livre e liberta, foram aspectos que fundamentaram as teorias no âmbito do Instituto do Ceará e da historiografia tradicional:

Afirmar que não existia mais população negra no Ceará, negar a existência dessas pessoas, foi uma forma de silenciar e excluir esses grupos sociais. Dessa forma, no cotidiano da população cearense, estão ainda imbricadas várias manifestações de preconceito e discriminação racial. As teorias historiográficas levantadas pelo Instituto do Ceará serviram de sustentação a essas formas de racismo e ao mesmo tempo tentavam suprimir a existência desse tipo de conflito.” (França, 2023, p. 157).

As consequências desse arranjo discursivo foram profundas e persistentes. A invisibilidade do negro como sujeito histórico consolidou-se como um paradigma na historiografia regional e na memória coletiva, dificultando o reconhecimento das múltiplas estratégias autônomas de emancipação, como a atuação das irmandades religiosas, as fugas em massa e as redes de solidariedade formadas dentro e fora dos espaços urbanos (Marques, 2013). O silenciamento dessas experiências traduziu-se em um esvaziamento das vozes dos próprios libertos, o que comprometeu a elaboração de políticas públicas destinadas à sua integração social e econômica no pós-abolição. Assim, a festa da liberdade converteu-se em um ritual de apagamento, celebrando o gesto das elites ao mesmo tempo em que desqualificava as lutas silenciosas e cotidianas empreendidas pelos negros.

O discurso abolicionista cearense inscreveu-se em uma lógica de representação que caracterizava os escravizados como figuras passivas, dependentes da caridade pública e do civismo branco. Essa construção discursiva, que Marques (2013) denomina de sufocamento das vozes dos libertos, não apenas legitimava a centralidade das elites, mas também reiterava uma visão paternalista e tutelar da sociedade em relação ao negro. O escravo libertado era descrito como alguém incapaz de gerir sua própria trajetória histórica, necessitando da condução moral e política dos setores dominantes. Essa forma de representação se articulava com uma gramática

mais ampla do século XIX, que associava progresso, civilização e branqueamento cultural como fundamentos da nação.

Nesse contexto, torna-se essencial compreender o impacto das correntes intelectuais do período, particularmente as teorias raciais e da mestiçagem, que influenciaram o pensamento social do Ceará e de outras regiões do Brasil. Como assinala Oliveira (2001), o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará desempenhou um papel central na construção de uma memória oficial que naturalizava a suposta “escassa presença” do negro na formação histórica da província. Esse tipo de narrativa, sustentado por um racismo científico que ganhava força na segunda metade do século XIX, reforçava a ideia de que a contribuição africana era secundária ou até mesmo residual, legitimando a exclusão do negro do protagonismo da história regional. Assim, as práticas discursivas e institucionais convergiam para consolidar um imaginário social em que o negro aparecia como destinatário de um processo civilizatório que não lhe pertencia.

As repercussões desse modelo interpretativo também se manifestaram no campo das políticas públicas, ou melhor, na ausência delas. O negro liberto, ao não ser reconhecido como sujeito histórico ativo, também não foi reconhecido como sujeito político pleno. As reformas trabalhistas e os novos ordenamentos jurídicos do pós-abolição não contemplaram medidas específicas de integração social dos ex-escravizados, que acabaram relegados a posições de marginalidade, subemprego e exclusão econômica (Marques, 2013). A cidadania formal, embora proclamada como conquista universal, revelou-se incapaz de garantir os direitos concretos dos libertos, perpetuando desigualdades estruturais e reforçando a lógica de invisibilidade inaugurada no discurso abolicionista.

Esse cenário evidencia como o abolicionismo cearense, frequentemente celebrado pela sua precocidade, também funcionou como laboratório de mecanismos de silenciamento. O uso de metáforas cívicas, a ênfase no heroísmo branco e a fixação de datas comemorativas ilustram a eficácia de um dispositivo de memória que relegava os negros ao segundo plano. Como mostra Girão (1956), a espetacularização da abolição não apenas serviu de vitrine para a elite política local, mas também operou como estratégia de apagamento das experiências emancipatórias autônomas, as quais poderiam desestabilizar a narrativa de benevolência e progresso que as elites buscavam consolidar. Em caminho oposto,

Os Movimentos Sociais Negros têm, historicamente, denunciado a violência racista que coloca a população negra nos piores índices de desigualdades sociais, bem como apresentado estratégias de enfrentamento e de superação desse cenário. Esses movimentos constituem-se, segundo Domingues (2007), como luta de pessoas racializadas, ou melhor, pessoas não brancas que buscam de algum modo

acabar com as múltiplas formas de discriminação racial.”
(Bezerra; Nunes, 2021, p. 53)

Portanto, a análise crítica desse processo permite perceber que a abolição no Ceará foi menos um ponto de chegada da luta dos negros e mais um ponto de partida de um novo tipo de exclusão simbólica e material. Ao deslocar o protagonismo da abolição para os setores dominantes, as narrativas oficiais construíram um imaginário histórico que marginalizou as práticas e memórias dos próprios sujeitos libertos. Esse fenômeno revela, assim, o caráter ambivalente do abolicionismo cearense: ao mesmo tempo em que aboliu juridicamente a escravidão, perpetuou formas de silenciamento e invisibilidade que ainda ecoam na historiografia e na memória coletiva. É nesse sentido que se torna fundamental revisitar criticamente esses discursos, como propõem Marques (2013) e Oliveira (2001), para restituir aos negros o lugar de sujeitos históricos plenos em uma narrativa que, durante muito tempo, lhes foi negada.

2.1 IRMANDADES DO ROSÁRIO: ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE, AGÊNCIA E SIMBOLOGIAS

A constituição formal das Irmandades do Rosário no Ceará do século XIX revela-se, ao mesmo tempo, um dispositivo jurídico-institucional e um espaço de sociabilidade profundamente enraizado nas dinâmicas comunitárias dos negros cativos, libertos e livres. Os estatutos muitas vezes referidos como “compromissos” redigidos pelos próprios membros e homologados pela Assembleia Provincial transformavam práticas internas em normas com força pública, definindo direitos, deveres, calendas de festas, contribuições e procedimentos eleitorais para cargos como rei, rainha e mesa dirigente (Marques, 2013). Essa legitimidade normativa conferia à irmandade uma visibilidade incomum para grupos socialmente marginalizados: a corporativização permitia certo grau de autonomia administrativa, bem como a preservação de ritos, patrocínios funerários e mecanismos de assistência mútua que ultrapassavam a dimensão meramente litúrgica (APEC; Marques, 2013). Ao inscrever suas regras em documentos públicos e em leis provinciais, as confrarias obtinham uma espécie de personalidade coletiva reconhecida pelo Estado, o que, paradoxalmente, ampliava sua capacidade de negociação frente a instâncias eclesiásticas e governamentais. Dessa forma, entender os compromissos das Irmandades não é apenas ler uma ordenação ritual; é apreender um conjunto de instrumentos de proteção social e simbólica que os próprios negros construíram para responder às vulnerabilidades impostas pela escravidão e pelo processo de libertação

(Marques, 2013).

A composição social das irmandades era plural e contraditória: cativos, libertos, pardos e até brancos devotos conviviam sob a mesma organização, embora com diferenças de participação e prerrogativas, configurando um espaço social híbrido que combinava devoção religiosa, solidariedade material e afirmação identitária. Em diversos compromissos como os de Quixeramobim, Crato e Fortaleza registra-se a eleição de reis e rainhas, a exigência de joias e contribuições e a regulamentação de cerimoniais, o que demonstra uma infraestrutura organizacional sofisticada (APEC; Marques, 2013). Não se tratava de meras associações festivas: as mesas dirigentes controlavam recursos, decidiam enterros, custeavam missas e financiavam alforrias ou auxílios, funcionando como verdadeiras instâncias de previdência comunitária e mutualismo em um contexto em que o Estado oferecia poucas garantias sociais aos libertos. Essa composição heterogênea também produzia tensões e limites a presença de brancos como tesoureiros ou procuradores, por exemplo, foi aceita em alguns casos como gesto de devoção, mas sem permissão para votar ou ocupar todos os postos, evidenciando negociações internas que preservavam, em última instância, o protagonismo dos irmãos negros (Marques, 2013; Silva e Reis, 1989).

No plano funcional, as Irmandades do Rosário exerceram papéis essenciais para a reprodução social das comunidades negras: além do óbvio enquadramento religioso, praticavam assistência material direta auxílio em enfermidades, contribuições para enterros, socorro em situações de pobreza extrema e, por vezes, mecanismos de apoio à compra de alforrias, constituindo uma rede de proteção que substituiu ou complementava a ausência de políticas públicas de integração (Marques, 2013). Esses serviços materializavam uma ética comunitária que sobrepunha solidariedade coletiva à lógica mercantilizada das relações sociais do tempo; os rituais funerários e as missas rezadas pelos irmãos e defuntos tinham também a função de assegurar uma “boa morte” e um lugar privilegiado no imaginário memorial, inclusive com a possibilidade de sepultamento em locais mais próximos ao altar para aqueles que ocuparam postos de destaque. Ao institucionalizar tais práticas, as confrarias foram, portanto, agentes de produção de pertencimento e de direitos sociais corporativos direitos estes que, embora limitados, asseguravam a continuidade de laços e a reprodução de repertórios de prestígio dentro de um cenário de marginalização legal e econômica (Marques, 2013).

Politicamente, as irmandades configuraram arenas de micropolítica: nelas se estabeleceram negociações com senhores, com a hierarquia eclesiástica e com autoridades civis para afirmar grau de autonomia, obter permissões para cortejos e festas, e preservar práticas festivas de matriz africana que, de outro modo, teriam sido mais objetivamente cerceadas. A

literatura sobre negociação e resistência no Brasil escravista demonstra que tais espaços eram cuidadosamente instrumentalizados por escravizados e libertos como loci onde se produziam identidades coletivas e se ensaiavam formas de poder local (Silva e Reis, 1989). As coroações de reis e rainhas, por exemplo, além de encenar uma realeza simbólica, constituíam um gesto performativo de subversão hierárquica: por algumas horas, numa rua, numa igreja ou num cortejo, o negro era reconhecido com dignidade e autoridade, criando uma experiência de autoridade que se projetava para além das paredes da confraria. Esses gestos de visibilidade não eram meramente festivos; tinham função estratégica ao conferir instrumentos de negociação simbólica perante vizinhança, clero e administração municipal (Marques, 2013; Certeau, 1994). As tensões entre as irmandades, a Igreja institucional e o Estado republicanizante revelam a ambivalência da romanização e do projeto moralizador do século XIX: por um lado, a romanização do catolicismo buscou disciplinar práticas leigas e incorporar a liturgia a parâmetros “civilizados” vindos de Roma; por outro, o republicanismo nascente tendia a deslegitimar festas populares consideradas “atrasadas” ou ruidosas, como os congos e os maracatus (Oliveira, 2001; Vainfas, 2002). Essas pressões resultaram em tentativas de cerceamento proibições de cortejos, exigência de autorizações policiais, imposição de limites às coroações que tensionaram a autonomia das irmandades e, ao longo das décadas finais do século XIX, contribuíram para o enfraquecimento de práticas públicas de sociabilidade negra. Contudo, a resistência foi criativa: muitas coroações e cortes reais migraram para outros territórios culturais (sessões internas, festividades domésticas, congos urbanos), reenquadrando tradições e preservando repertórios simbólicos apesar das proibições (Marques, 2013; Barroso, 1962).

A figura de Aninha Gata inserida aqui como caso paradigmático exemplifica a tensão entre reconhecimento social local e invisibilidade historiográfica: rainha do Congo e comerciante de pequena quitanda na Rua das Flores, Aninha encarnou uma autoridade simbólica que se fazia respeitar a ponto de requisitar proteção policial contra provocações (Barroso, 1962; Marques, 2013). Sua trajetória evidencia como o título de “rainha” conferia prestígio prático e representação pública, deslocando temporariamente a balança social em favor dos negros nos circuitos urbanos; Aninha não apenas representou um estatuto ritual, mas assumiu um papel de liderança cotidiana mediando conflitos, sendo ponto de referência para vizinhança e participando ativamente do tecido econômico informal. A presença de Aninha nas narrativas locais demonstra como as irmandades funcionavam como incubadoras de autoridade simbólica e de agência real, revelando também por que tais atores foram sistematicamente

marginalizados nas narrativas oficiais do abolicionismo que celebravam essencialmente os libertadores brancos (Marques, 2013; Barroso, 1962).

Do ponto de vista identitário e cultural, as irmandades operaram como loci de reelaboração criativa dos traços africanos, apropriando elementos europeus e sacralizando-os dentro de uma gramática simbólica de matriz africana processo que Michel de Certeau chamou de invenção do cotidiano: a cultura como prática e não como relicário imutável (Certeau, 1994; Thompson, 2025). Nas coroações, nas encenações de congos e nas festas do Rosário reinventavam-se lembranças de guerras congo-angolanas, máscaras, músicas e danças que preservavam repertórios ancestrais e os adaptavam ao quadro urbano-cearense. Essa criatividade reelaboradora não só garantiu a persistência de referências africanas, mas também produziu repertórios identitários capazes de resistir à narrativa hegemônica que postulava pouca presença africana no Ceará (Seraine, 1978; Marques, 2009). O resultado foi uma cultura negra dinâmica que articulou práticas religiosas, performativas e de cuidado mútuo como estratégias de afirmação social e de resistência simbólica. Contudo, tal processo de afirmação não é linear, principalmente em decorrência da insistência em parte da sociedade dos ideais de branqueamento:

De modo geral, percebemos que as principais características do racismo em relação ao negro no Ceará são: a estigmatização social assenta na crença de um passado escravista degradante, mesmo que a historiografia tradicional defenda que a escravidão fora irrelevante para a composição sócio-étnica cearense; o esquívamento da categorização/identificação étnica nas relações sociais por parte dos negros, que revela por um lado a tentativa de suprimir situações sociais conflituosas por motivos de diferenciação étnica, entendidas como constrangedoras, e por outro lado o desejo do negro evadir-se dessa identificação, aproximando-se da categoria e status de branco, caracterizando o ideal de embranquecimento; e a depreciação das manifestações culturais afro-brasileira (Sousa, 2006, p. 94)

Diante do confronto de posições na sociedade, as implicações práticas do protagonismo organizacional negro são palpáveis nas condições pós-abolitivas: ao oferecer instrumentos de solidariedade apoio para enterros, missas, assistência em doença e ajudas para alforrias as irmandades atenuaram parcialmente o vácuo deixado pela ausência de políticas públicas que visassem a integração dos libertos. Contudo, essa presença corporativa não substituiu as demandas por cidadania efetiva: sem acesso a trabalho digno, terra ou políticas de inclusão, muitos libertos permaneceram em condições de precariedade, e a cidadania formal tornou-se, por vezes, um estatuto abstrato (Marques, 2013; Linhares, 2011). Ou seja, as irmandades funcionaram como amortecedores sociais que, embora relevantes, não resolveram o déficit estrutural de direitos que se seguiram ao processo abolicionista déficit esse que decorreu, em

parte, da própria narrativa abolicionista que priorizou o gesto libertador em detrimento da construção de políticas de integração (Oliveira, 2001).

2.2 REALEZA NEGRA (REIS/RAINHAS DE CONGO): RITUAL, PERFORMATIVIDADE E ORDEM SOCIAL INVERTIDA

A coroação de reis e rainhas de Congo, tal como se instituiu nas Irmandades do Rosário do Ceará, deve ser lida primordialmente como um rito de afirmação identitária que promoveu, por meio da encenação, uma inversão simbólica da ordem escravista. Nessa perspectiva, o cortejo régio, a comitiva e a própria liturgia do momento configuravam uma micro-política do prestígio: por algumas horas, o espaço público voltava-se para a figura negra que era celebrada, reverenciada e investida de autoridade ritual uma experiência que deslocava temporariamente a hierarquia social vigente (Marques, 2013). A tensão entre o caráter sacro da celebração e a sua performatividade profana explicita a ambivalência do fenômeno: cerimonialmente legitimado pela Irmandade e reconhecido pela comunidade, o ato permanecia porém circunscrito a uma esfera simbólica que nem sempre se traduzia em modificações legais ou econômicas duráveis, situação já assinalada por pesquisas sobre os compromissos das confrarias e sua transformação em leis provinciais (Marques, 2013; APEC).

Do ponto de vista performativo, a coroação articulava vestuário, música, encenações dramáticas e cortejos que remontavam ou remetiam em enredos recriados no espaço urbano às guerras congo-angolanas e a outras referências africanas reconfiguradas no ambiente colonial. Os trajes ostentavam insígnias e adereços que não apenas marcavam distinção, mas também serviam de linguagem corporificada para narrativas de origem e pertencimento; os cortejos, por sua vez, projetavam a corte real para o domínio público, fazendo da rua um palco onde se encenava uma ordem social invertida (Barroso, 1996; Marques, 2013). Essa encenação estética e sonora funcionava como memória performativa um modo de transmissão cultural que preservava repertórios de matriz africana enquanto os adaptava às determinações e proibições impostas pela romanização e pelos dispositivos disciplinares do século XIX (Thompson, 2025; Certeau, 1994).

A institucionalização da realeza negra nas normas internas das Irmandades (os “compromissos”) é elemento-chave para compreender a legitimação ritual: documentos de Quixeramobim, Crato e Fortaleza especificam não apenas a eleição de rei e rainha, mas também regras de joias, contribuições e limitações temporais ao exercício do cargo o que revela uma arquitetura normativa que transformava práticas festivas em arregimentações formais de

prestígio e responsabilidade (APEC; Marques, 2013). Em alguns estatutos, inclusive, a condição de ser corado estava reservada a cativos com licença dos senhores, o que demonstra que a própria escravidão foi, paradoxalmente, incorporada às formas de visibilidade ritual (Compromisso do Crato, 1870; Compromisso de Quixeramobim, 1854). Essas prescrições documentais mostram que a realeza negra não era mera improvisação folclórica, mas uma instituição com procedimentos internos que conferiam reconhecimento público e, por conseguinte, um capital simbólico mensurável dentro dos circuitos sociais locais.

Ao analisar a realeza negra pela lente da teoria social, é possível definir a coroação como produção de capital simbólico que, em determinados contextos locais, equivalia a uma espécie de “alforria social”: a investidura ritual conferia dignidade, prestígio e autoridade de fato, ainda que raramente se traduzisse em alforrias jurídicas ou em redistribuições econômicas estruturais. Essa lógica situa-se na confluência entre micropolítica e cultura popular identificada por Silva e Reis (1989) e na noção de práticas cotidianas como invenção cultural (Certeau, 1994), pois a coroação operacionalizava recursos de visibilidade que permitiam aos coroados negociar respeito e proteção no cotidiano um efeito simbólico que, em alguns casos, abria brechas para trocas sociais, clientelismos locais e reconhecimento informal por parte de vizinhos, patrões e autoridades.

A trajetória de Aninha Gata ilustra com clareza as repercussões concretas de tal prestígio simbólico: proprietária de uma quitanda e reconhecida como “rainha do Congo”, Aninha obteve escolta policial quando requereu proteção contra provocações públicas, situação que demonstra a capacidade de a coroa produzir efeitos práticos de proteção e mediação social (Barroso, 1962; Marques, 2013). Esse episódio evidencia duas dimensões correlatas: primeiro, a possibilidade de que a autoridade ritual desembocasse em reconhecimento administrativo (o chefe de polícia acatando o pedido); segundo, a construção de uma agência pessoal que permitia a Aninha atuar como mediadora em conflitos cotidianos e ponto de referência comunitário, o que reforça a ideia de que a realeza ritual criava condições de negociação e visibilidade não triviais no tecido urbano. Ainda assim, convém sublinhar a limitação desse poder: a escolta policial é medida episódica e não correspondeu, via de regra, a transformações na condição estrutural de subalternidade econômica ou cidadã.

A ambivalência entre reconhecimento local e marginalização estrutural merece análise aprofundada: enquanto a coroa podia garantir respeito social e, em casos pontuais, intervenções protetivas, as repercussões jurídicas e econômicas eram geralmente restritas. A realeza funcionava como mecanismo de prestígio que facilitava acessos simbólicos e táticas de sobrevivência favorecendo redes de solidariedade, prerrogativas funerárias e visibilidade em

festejos, mas não substituía políticas públicas, acesso a trabalho formal ou direitos patrimoniais robustos negados aos libertos (Marques, 2013; Linhares, 2011). Assim, a coroa configura-se como *instrumentum recognitionis*: instrumento de reconhecimento social que aliviava, ainda que temporariamente, a condição de exclusão, sem, todavia, romper as bases estruturais do racismo e da precariedade pós-libertação.

Do ponto metodológico, medir o “impacto real” da realeza exige triangulação de fontes: os compromissos e atos legislativos transformados em leis provinciais (APEC; BPGMP), os jornais da época (Jornal Libertador, Gazeta do Norte), processos policiais e memórias orais compõem um corpo documental capaz de revelar tanto a performance quanto seus efeitos institucionais e cotidianos (Marques, 2013). A comparação entre relatos festivos (descrições de cortejos e coroações), registros administrativos (autorização de eventos, escoltas, autos de polícia) e testemunhos orais permite aferir onde a autoridade ritual converteu-se em prestígio efetivo por exemplo, na obtenção de proteções formais, na mediação de conflitos locais ou no acesso preferencial a sepultamentos próximos ao altar e onde permaneceu estritamente no domínio do imaginário coletivo. Investigações que cruzem o APEC, coleções de jornais e depoimentos de descendentes revelarão, portanto, a amplitude das repercussões sociais da coroa.

No plano simbólico e de continuidade cultural, as coroações e os reis de Congo contribuíram para a preservação e transformação de repertórios africanos no Ceará: as encenações de congos, as loas, os batuques e as danças incorporaram elementos europeus e os reelaboraram, produzindo práticas sincréticas que sobreviveram mesmo diante do cerceamento e da romanização (Barroso, 1996; Marques, 2013). A migração dessas coroações para outras formas festivas maracatus, congos urbanos, cortes de carnaval é indicativa de uma plasticidade cultural que garantiu a perenidade de uma realeza simbólica reconfigurada ao longo do século XX, apontando para continuidades performativas que permanecem vivas nas expressões populares contemporâneas.

2.3 FESTIVIDADES DE MATRIZ AFRICANA (CONGOS, MARACATUS, SAMBAS): RESISTÊNCIA CULTURAL E REELABORAÇÃO

A presença e persistência das festividades de matriz africana no Ceará notadamente os congos, os maracatus e os sambas devem ser enquadradas tanto como traços de continuidade cultural de origens africanas quanto como produtos de incessante reelaboração local e interprovincial. A literatura histórica e etnográfica demonstra que essas manifestações, embora

marcadas por genealogias que remetem às práticas religiosas e performativas do Centro-Oeste e da costa angolana, passaram por intensos processos de hibridização e apropriação no espaço cearense, adquirindo formas e repertórios singulares ao longo do século XIX e adentrando o XX e XXI com dinâmicas de persistência e transformação (Marques, 2013). Nesse sentido, estudos como os de Barroso (1996) e Militão (2007) oferecem material etnográfico e memória institucional que, combinados à análise documental de Marques, evidenciam uma trama histórica em que o elemento africano é simultaneamente reconhecível e ressignificado dentro de uma matriz urbana e provincial própria.

A efervescência dessas festas no Ceará é inseparável dos fluxos humanos e mercantis que conectaram províncias e portos durante o século XIX: o tráfico interprovincial, as migrações internas motivadas por secas e crises agrárias, bem como as rotas de circulação de marinheiros e mercadores, resultaram numa circulação contínua de práticas, instrumentos e ofícios que alimentaram os repertórios performativos locais (Sobrinho, 2011; Marques, 2013). Tal circulação explica, ao mesmo tempo, por que certas formas (como os maracatus) apresentam afinidades com práticas recifenses e, por que, em contextos urbanos cearenses, aparecem rearticuladas em sintaxes rítmicas, iconográficas e cerimoniais distintas um processo que combina importação cultural e criatividade reelaboradora endógena. Silva e Reis (1989) oferecem aqui um quadro teórico útil: as festas funcionam como arenas de negociação e resistência cotidiana, nas quais os sujeitos marginalizados produzem visibilidades estratégicas e capital simbólico.

No caso dos congos, a história local revela uma prática ritual complexa que articula coroações, encenações de “guerras” congo-angolanas, loas, máscaras e batuques um repertório que, em Fortaleza, Crato, Quixeramobim e outras localidades, foi capaz de produzir cortes simbólicas, sequitos régios e cerimônias públicas que inverteram, por momentos, a ordem hierárquica escravista (Barroso, 1996; Marques, 2013). A coroação de reis e rainhas de Congo, para além da teatralidade, funcionava como dispositivo de afirmação identitária: o traje, os estandartes e o cortejo convertiam ruas, praças e o interior das igrejas em palcos de autoridade temporária, nos quais se legitimavam lideranças locais inclusive quando os coroados eram escravizados, situação que demonstra a ambivalência institucional e a capacidade das práticas festivas de criar espaços de agência dentro de estruturas opressivas.

A trajetória dos maracatus no Ceará ilustra bem o cruzamento entre circulação e reinvenção: embora haja fortes indícios de que parte das formas e das nomenclaturas tenham sido “importadas” do Recife como notou Seraine e registram estudos de Militão (2007), a

recepção cearense não se reduziu a mera cópia; ao contrário, houve uma reelaboração rítmica, coreográfica e simbólica que dialogou com repertórios locais de congos e sambas, produzindo manifestações híbridas com repertórios logísticos e percussivos próprios (Militão, 2007; Marques, 2013). A análise comparativa entre as fontes etnográficas e os compromissos das irmandades indica, assim, que os maracatus cearenses incorporaram elementos europeus (uso de bandeiras, insígnias e cortes cerimoniais) e africanos (ritmos, loas, invocações) em combinações inéditas, resultando num continuum performativo que resiste até hoje.

Os sambas e outras sociabilidades musicais cumprem papel análogo, ainda que com ênfases distintas: nas assembleias dos terreiros, nas casas de festas e nas ruas, o samba funcionou como espaço de reprodução de redes de troca, de transmissão intergeracional e de negociação econômica (festividades, venda de comidas, coleta de contribuições) isto é, como infraestrutura cultural que sustentava relações de dependência mútua e legitimação comunitária (Souza, 2006; Marques, 2013). Esses lócus eram, simultaneamente, escolas informais de sociabilidade e arenas de reprodução de lideranças, nas quais se formavam referências locais (reis, rainhas, mestres de maracatu) que projetavam prestígio e legitimidade para além dos limites estritamente ritualísticos. Silva e Reis (1989) e Thompson (2025) ajudam a pensar essa sociabilidade como “prática cultural” ativa, não como mera sobrevivência imemorial.

A circulação interprovincial das festas também deve ser pensada em termos de redes materiais instrumentos de percussão, roupas, adereços e repertório oral e de itinerários de pessoas (contrabandistas, estivadores, ex-escravizados móveis), cuja confluência alimentou processos de invenção cultural e difusão de repertórios. Essas redes evidenciam que o Ceará não foi uma ilha cultural, mas um nó numa malha nacional de trocas que mediava variedades regionais do repertório afro-brasileiro; ao mesmo tempo, condições locais (urbanização de Fortaleza, reformas e políticas eclesiásticas) moldaram trajetórias específicas de adaptação e resistência (Sobrinho, 2011; Marques, 2013). Assim, a circulação cultural e a criatividade reelaboradora atuaram como vetores complementares: uma transportava materiais e modelos; a outra os readequava às demandas identitárias e às estratégias de visibilidade locais.

As festas produziram, portanto, territórios simbólicos concretos praças, ruas, caminhos litúrgicos, interiores de igrejas onde a visibilidade negra era construída e negociada. A ocupação desses territórios não se limitava a um gesto performativo: gerava economias de festa (comércio ambulante, encomendas), redes de proteção mútua (assistência em doenças, ajudas para enterros e compra de alforrias) e circuitos de sociabilidade que reforçavam hierarquias internas e distribuíam prestígio (Marques, 2013; Souza, 2006). Certeau (1994) e Thompson (2025) oferecem ferramentas analíticas para ler essas ocupações como práticas cotidianas que

reconfiguram o espaço urbano e, ao fazê-lo, produzem sujeitos históricos dotados de agência e reconhecimento local.

As resistências e as reelaborações não ocorreram sem conflito: a romanização promovida pela Igreja e as políticas moralizantes do Estado republicano impuseram proibições, cerceamentos de controle sobre cortejos ruidosos, coroações e congos, forçando trajetórias de migração ritual (coroações que tornaram-se congos ou maracatus, cortejos que se recolheram a espaços interiores) e desenvolvendo estratégias adaptativas para garantir continuidade cultural (Oliveira, 2001; Marques, 2013). Esses embates produziram tanto enfraquecimentos institucionais quanto formas de resiliência criativa, provocando deslocamentos simbólicos que explicam parte das configurações contemporâneas dos repertórios e sua sobrevivência sob novas formas.

Finalmente, a figura emblemática de Aninha rainha do Congo e quitandeira no centro de Fortaleza sintetiza a ambiguidade entre visibilidade ritual e marginalização material: o episódio em que Aninha solicitou e recebeu escolta policial para preservar sua integridade ao frequentar a missa demonstra que o prestígio conferido pela realeza ritual podia traduzir-se em efeitos práticos de proteção e reconhecimento (Barroso, 1962; Marques, 2013). Contudo, a trajetória de Aninha também sublinha os limites dessa autoridade: a escolta e o respeito eventual não equivaleram a uma reconfiguração das estruturas econômicas e civis que relegavam a maioria dos libertos a condições de precariedade. Reinscrever Aninha e outras lideranças festivas nos arquivos, nos jornais, nos compromissos das irmandades e na memória oral é, portanto, uma tarefa historiográfica imperativa para recuperar a densidade das agências negras e compreender como, por meio de festas, coroações e sociabilidades, os bens simbólicos foram produzidos, negociados e instrumentalizados como formas de resistência e afirmação identitária.

2.4 ROMANIZAÇÃO DA IGREJA E OS CONTROLES SOBRE PRÁTICAS RELIGIOSAS NEGRAS

A romanização da Igreja Católica no século XIX configurou-se como um processo programático de disciplina e padronização litúrgica e moral que visava subordinar o catolicismo brasileiro aos parâmetros tridentinos e às diretrizes vindas de Roma, implicando substituições de clérigos, formação sacerdotal, e uma nova gramática de autoridade e “civildade” religiosa que penalizava práticas leigas consideradas desviantes. Essa política de reforma e centralização descrita por Vainfas como parte de um esforço mais amplo de profissionalização e moralização

do clero teve efeitos concretos sobre as manifestações religiosas de matriz africana porque estas, por sua plasticidade ritual e ruído público, foram rapidamente qualificadas como “folclore desordeiro” ou “costumes atrasados” e alvo de vigilância moral (Vainfas, 2002; Oliveira, 2001). No Ceará, como assinala Marques (2013), a romanização impôs um novo repertório normativo sobre o qual as confrarias deviam se alinhar, abrindo uma tensão entre normas romanas e práticas locais; essa documentação é particularmente sensível nos compromissos das Irmandades, nos quais se lê tanto a tentativa de normatizar festividades quanto as resistências sutis que persistiram no cotidiano.

As medidas de controle ideadas para enquadrar as práticas festivas foram multifacetadas: foram articuladas proibições formais (exigência de autorizações policiais para cortejos), censuras morais na imprensa e orientações eclesiásticas destinadas a eliminar elementos “pagãos” ou sincréticos das celebrações; simultaneamente, houve uma pressão institucional para que as irmandades assumissem modelos de gestão mais formais, discretos e alinhados ao ethos clerical emergente (Vainfas, 2002; Marques, 2013). Esses instrumentos de alcance jurídico-administrativo e de regulação moral não só deslocaram o locus da festa para esferas mais controláveis, como também produziram estratégias de autocontenção nas irmandades (regras de silêncio, limites de tocatas e horários), convertendo a sociabilidade festiva em objeto de disciplina. O cerceamento, portanto, combinou aparato policial, censura jornalística e censura eclesiástica como vetores de normalização cultural (Marques, 2013).

No terreno institucional, a romanização provocou erosões significativas da autonomia das Irmandades do Rosário: confrarias cujos estatutos haviam sido transformados em leis provinciais viram-se ameaçadas por iniciativas clericais e administrativas que procuraram esvaziar-lhes prerrogativas desde tentativas de controle patrimonial até a substituição de liderança leiga por agentes mais alinhados ao novo perfil clerical (Marques, 2013; Oliveira, 2001). A consequência material desse processo foi dupla: por um lado, perda de espaços públicos de sociabilidade (redução de cortejos, proibições de festas nas ruas); por outro, fragilização dos mecanismos de assistência (menos arrecadação, dificuldades para custear missas e enterros), o que impactou diretamente o papel previdencial que as irmandades desempenhavam em comunidades negras. Assim, a romanização não foi apenas um fenômeno simbólico de normatização litúrgica, mas produziu efeitos administrativos que alteraram a densidade social da própria irmandade (Marques, 2013).

Entretanto, a relação Igreja–Irmandade configurou-se por vezes como uma ambivalência complexa de cooperação e conflito: muitas mesas dirigentes acolhiam brancos devotos que atuavam como tesoureiros ou procuradores aporte que por vezes preservou

patrimônios e garantiu alguns apoios institucionais enquanto a hierarquia eclesiástica, investida pela romanização, pressionava por homogeneização ritual e moralização dos festejos (Marques, 2013; Thompson, 2025). Essa ambivalência indica que a romanização encontrou interlocuções parciais dentro do campo leigo: nem toda incorporação foi sinônimo de aniquilamento; em determinados casos houve acomodação mútua, negociações patrimoniais e adaptações litúrgicas que permitiram a sobrevivência de núcleos rituais em formas retificadas. Silva e Reis (1989) ajudam a interpretar essas dinâmicas como micropolítica da negociação estratégias práticas e táticas de compromisso que os irmãos empregavam para maximizar autonomia sem romper frontalmente com a Igreja.

A romanização, contudo, mobilizou também um discurso moralizante que dialogava com as ideologias do progresso e do positivismo em voga entre as elites locais: práticas rituais mais expressivas eram qualificadas como “barbárie” e incompatíveis com a imagem de modernidade que a elite projetava para o Ceará (Oliveira, 2001; Marques, 2013). Essa justaposição moral-política instrumentalizou julgamentos estéticos e científicos (no sentido do racismo intelectual do século XIX) para desacreditar práticas africanas, diminuindo sua legitimidade pública e favorecendo políticas de exclusão simbólica. Portanto, o cerceamento foi tanto litúrgico quanto ideológico: a romanização não só regulou como também deslegitimou culturalmente manifestações festivas, contribuindo para o apagamento progressivo de repertórios negros do espaço público reconhecido.

Frente ao cerceamento, as irmandades desenvolveram estratégias de resistência e acomodação que ilustram a criatividade reelaboradora descrita por Thompson: migração de cortejos para espaços internos (capelas, salões), alteração de formatos performativos (redução do ruído, ênfase em elementos católicos ostensivos), e a preservação subterrânea de repertórios africanos em loas, danças e culinária festiva (Thompson, 2025; Marques, 2013). Essas estratégias não apenas asseguraram a continuidade ritual como reforçaram a função solidária das irmandades manutenção de enterros, auxílio em enfermidades, organização de coletas para alforrias, convertendo práticas simbólicas em dispositivos pragmáticos de sobrevivência comunitária. Em síntese, a romanização provocou reconfigurações, não necessariamente cancelamentos, das sociabilidades negras no Ceará.

As repercussões sociais e econômicas desse processo de controle foram profundas: a perda de visibilidade pública reduziu oportunidades de capital simbólico e de negociação social que antes se traduziam em prestígio, clientelismos e proteções informais; assim, quando as coroações, congos e maracatus foram empurrados para espaços menos públicos, diminuiu também a capacidade de certas lideranças locais de alavancar redes de apoio que, em muitos

casos, funcionavam como garantia de subsistência e de proteção social (Marques, 2013; Linhares, 2011). A erosão dessas arenas de reconhecimento dificultou o trânsito social de libertos e criou um vácuo que o Estado e as instituições oficiais não preencheram, perpetuando a marginalização estrutural dos ex-escravizados.

A inclusão de Aninha nas discussões permite concretizar essas abstrações: como rainha do Congo e quitandeira, ela exemplifica a ambivalência entre reconhecimento ritual e precariedade material sua capacidade de obter escolta policial evidencia que o prestígio ritual podia gerar efeitos práticos de proteção (Barroso, 1962; Marques, 2013), porém sua condição socioeconômica e o caráter episódico dessas proteções confirmam os limites do reconhecimento simbólico quando comparado à mudança estrutural necessária para cidadania efetiva. A trajetória de Aninha revela, portanto, que a romanização e os controles eclesiásticos reduziram o espaço público de suas performances, mas não anularam a agência: ela converteu o capital ritual em instrumentos de negociação cotidiana, atuando como mediadora comunitária dentro dos estreitos marcos que lhe eram permitidos.

Do ponto de vista historiográfico e de política educativa, a leitura crítica desse processo articulando Vainfas, Thompson, Silva e Reis e Marques impõe dois imperativos: primeiro, a recuperação e exame minucioso de fontes (compromissos, atas de irmandade, jornais, autos policiais e memória oral) para quantificar e qualificar o impacto da romanização sobre a sociabilidade negra; segundo, a integração dessas narrativas no ensino e na produção historiográfica, como forma de contrapor a narrativa hegemônica que celebrou a abolição sem problematizar o apagamento subsequente (Marques, 2013; Oliveira, 2001; Thompson, 2025). Só por meio da combinação teórica entre micropolítica da negociação, análise cultural e história institucional será possível mapear as continuidades e rupturas e restituir protagonismo às vozes e às práticas que a romanização tentou domesticar.

2.5 A PRESENÇA COTIDIANA: COMÉRCIO, TRABALHO LIVRE E REDES URBANAS (EX.: ANINHA COMO QUITANDEIRA)

A inserção cotidiana dos negros libertos na economia urbana do Ceará constituiu-se por um arranjo múltiplo de atividades de comércio de pequena escala (quitandas, venda ambulante), ofícios manuais (alfaiataria, carpintaria), serviços domésticos e parcerias informais que funcionavam simultaneamente como fonte de renda e como espaços de sociabilidade e reconhecimento público (Linhares, 2011; Marques, 2013). Esses núcleos laborais não devem ser lidos apenas como instâncias econômicas episódicas, mas como dispositivos sociais em que

se produziam hierarquias locais, saberes técnicos, circuitos de crédito informal e repertórios identitários; em outras palavras, o trabalho livre foi também uma escola de repertórios sociais que permitiu aos libertos ocupar visibilidades e negociar gradações de prestígio dentro dos bairros urbanos (Linhares, 2011). A busca pela ocupação de espaços na sociedade compõe um esforço pelo reconhecimento da própria condição de humanidade, sendo parte de uma “luta constante contra toda uma estrutura racista que delimita os corpos negros de adentrarem em alguns espaços que deveriam ser seus, não só por reparação histórica, mas porque são corpos que também merecem ter uma humanidade reconhecida na sociedade brasileira.” (Bezerra; Nunes, 2021, p. 53–54)

No interior desse universo, o comércio de proximidade exemplificado pela “quitanda” de Aninha revela linhas essenciais da economia popular: baixos investimentos iniciais, demanda por liquidez diária, intermediação de pequenos créditos e forte dependência de redes de confiança para sobrevivência econômica (Marques, 2013; Linhares, 2011). A quitanda não era apenas um posto de venda; era um nexus onde circulavam informação, favores, encomendas de festa, contribuições para missas e anúncios de serviços, além de ser um ponto de encontro que consolidava a posição social de quem o administrava sobretudo quando esse agente era detentor de um estatuto ritual, como no caso de Aninha, cuja condição de “rainha do Congo” amplificava a autoridade simbólica do seu estabelecimento (Barroso, 1962; Marques, 2013)

Importa frisar que esses espaços de trabalho desempenhavam funções poliédricas de sociabilidade: além de gerar rendimento, serviam como pólos de mutualismo, redes de solidariedade e plataformas para a reprodução cultural e política (Marques, 2013). A quitanda, a oficina ou a casa de costura eram locais de mediação ali se articulavam pedidos para missas, angariação de fundos para alforrias, organização de enterros e a transmissão intergeracional de músicas, loas e ofícios; nesse sentido, o empreendimento urbanizado revelou-se, concomitantemente, infraestrutura econômica e incubadora de liderança comunitária, qual era o caso da figura pública de Aninha, que assumia papéis de referência moral e prática para vizinhos e irmãos de irmandade (Linhares, 2011; Silva e Reis, 1989).

Todavia, a conversão do trabalho livre em cidadania plena foi extremamente limitada: o emprego autônomo e a microcomercialização não anularam discriminações de cor, nem substituíram a ausência de políticas públicas de integração, renda e acesso a terras ou crédito formal lacunas que mantiveram a maioria dos libertos em condição estrutural de vulnerabilidade (Linhares, 2011; Oliveira, 2001). Mesmo quando indivíduos como Aninha logravam algum reconhecimento social, esse status raramente se traduzia em segurança jurídica, proteção patrimonial ou mobilidade socioeconômica duradoura; a cidadania formal permanecia,

frequentemente, um estatuto abstrato, desprovido das condições materiais necessárias à sua fruição (Marques, 2013)

A economia informal, nesse quadro, atuou como tecido conjuntivo que viabilizou a reprodução social: por meio de contribuições em espécie para missas, coletas para enterros, partilhas para compra de alforrias e empréstimos de curto prazo, as redes urbanas articulavam um sistema de seguros comunitários precariedade organizada que, segundo Silva e Reis (1989), representa uma forma sofisticada de negociação cotidiana e autoajuda em contexto escravocrata e pós-escravidão (Marques, 2013). Esses mecanismos revelam a economia popular como algo mais que sobrevivência: eram estratégias racionais e coletivas de mitigação de risco e de reprodução social que preservavam laços e repertórios culturais ao mesmo tempo em que permitiam a existência material dos libertos.

A interseção entre trabalho e rito foi constante: as atividades comerciais e os ofícios urbanos articulavam-se com as festas, as irmandades e os circuitos religiosos, produzindo economias de festa que financiavam coroações, missas e enterros (Marques, 2013; Souza, 2006). Em situações como as celebrações do Rosário ou dos congos, comerciantes e quitandeiros forneciam alimentos e adereços, recebiam clientela extraordinária e ampliavam sua visibilidade, enquanto as lideranças rituais encontravam nos negócios cotidianos uma base material para sua autoridade simbólica o entrelaçamento da venda diária com a festa anual tornou o comércio uma forma de capital cultural e político.

As relações com instâncias de poder polícia, Igreja e elites locais foram mediadas por esta visibilidade híbrida: o episódio em que o delegado providenciou escolta policial para proteger Aninha ilustra como o reconhecimento informal e o capital ritual podiam, em circunstâncias específicas, traduzir-se em proteção material temporária; contudo, tal intervenção não modifica o quadro estrutural de desigualdade, funcionando muitas vezes como medida episódica que confirma tanto a eficácia limitada do prestígio simbólico quanto sua utilidade tática para a sobrevivência (Barroso, 1962; Marques, 2013) . Essas mediações apontam para um jogo constante de negociação entre visibilidade pública e invisibilidade institucional: o reconhecimento local existia, mas circunscrito a fronteiras que o impediam de converter-se em direitos duráveis.

Por fim, a centralidade do trabalho livre e do comércio popular na reprodução cultural sublinha uma dimensão de gênero e de agência muitas vezes subestimada: mulheres como Aninha ocuparam postos-chave na economia urbana gerindo pontos de venda, redes de troca e práticas de cuidado e, ao fazê-lo, tornaram-se vetores de transmissão cultural e de coesão comunitária, articulando repertórios festivos, assistência mútua e mediações políticas

(Linhares, 2011; Marques, 2013). A leitura integrada dessas experiências requer, portanto, atenção aos vieses de gênero e raça ao analisar mobilidade, prestígio e estratégias de resistência, reconhecendo que a cotidianidade comercial dos libertos foi ao mesmo tempo fonte de precariedade e de criação de mundos sociais alternativos.

Em termos metodológicos e historiográficos, a evidência aqui discutida aponta para a necessidade de triangulação documental: cruzar os compromissos e atas de irmandade (APEC), as coleções de jornais e anúncios (BPGMP), os registros policiais e processos administrativos, e as memórias orais uma estratégia que permitirá mapear a densidade das redes econômicas e das mediações simbólicas exemplificadas por Aninha e por tantos outros atores anônimos (Marques, 2013; Linhares, 2011). Recuperar essas tramas é imprescindível não apenas para compreender as estratégias de reprodução e resistência material dos libertos, mas também para reposicionar o negro urbano como sujeito ativo da história econômica e cultural do Ceará, resgatando do esquecimento as economias informais que sustentaram a vida social pós-abolicionista.

3. REPRESENTAÇÕES DA MULHER NEGRA NA IMPRENSA CEARENSE NO PROCESSO DE ABOLIÇÃO E PÓS-ABOLIÇÃO

A imprensa cearense oitocentista deve ser compreendida, antes de tudo, como uma tecnologia social de poder e um dispositivo de inteligibilidade do mundo, isto é, um mecanismo que não apenas transmite acontecimentos, mas organiza sentidos, estabiliza interpretações e institui parâmetros de legitimidade pública. Em vez de atuar como espelho passivo da realidade, o jornal opera como instituição política e cultural capaz de produzir, difundir e naturalizar categorias sobre raça, trabalho, moralidade e cidadania, oferecendo ao leitor uma gramática de pertencimentos e exclusões. Nesse cenário, o periódico se converte em arena privilegiada de conformação de “opinião pública”, entendido não como consenso neutro, mas como construção histórica em disputa, cuja feitura depende de escolhas editoriais, hierarquias discursivas e regimes de visibilidade. Em termos analíticos, o Ceará do século XIX apresenta uma ambiência particularmente fértil para esse tipo de investigação, pois nele se cruzam projetos de modernização e disciplinamento social, repertórios emancipatórios e reações conservadoras, compondo uma esfera pública tensionada por conflitos de classe e raça (Alencar, 2019).

Ao mesmo tempo, a propaganda abolicionista, em suas formas de dramatização pública e performatividade política, revela que o espaço jornalístico funcionava como extensão de práticas de mobilização e persuasão, articulando linguagem e espetáculo para conquistar adesões e deslocar sensibilidades (Alonso, 2015). Em suma, examinar a imprensa cearense oitocentista significa investigar como se fabricou, em linguagem impressa, uma pedagogia social que ensinava quem poderia falar, quem deveria ser silenciado e quais lugares eram atribuídos a determinados corpos e trajetórias.

No período da regência, a 7 de novembro de 1831, [...] lei que considerava livres todos os escravos que entrassem em território ou portos do Brasil. Como se vê desde novembro de 1831 já existia lei contra o regime escravo porém não cumprida pela classe dominante. Esta simples lei de 1831 teria praticamente anulado a escravidão no Brasil, para o bem do nosso desenvolvimento (Lima, 2005. p. 145-146).

Esse trecho do estudo de Lima (2005) é central para demonstrar como a escravidão não era apenas um sistema econômico sustentado pela violência, mas também uma estrutura política garantida pela seletividade institucional e pela capacidade das elites de neutralizar normas contrárias aos seus interesses. Lima mostra que já havia legislação antiescravista desde 1831, mas ela foi bloqueada pela “classe dominante”, o que evidencia que o direito formal pode ser esvaziado por forças sociais que controlam o Estado e as práticas administrativas. Essa leitura fortalece o argumento sobre a imprensa como arena política, pois, em contextos nos quais a

legalidade não se realiza plenamente, o debate público torna-se espaço de legitimidade e disputa, no qual jornais podem denunciar a hipocrisia institucional, mas também podem colaborar com o apagamento de responsabilidades históricas. A citação permite sustentar que o processo abolicionista não dependeu apenas de “leis”, mas da disputa entre projetos sociais: de um lado, grupos interessados em preservar o regime escravista e suas vantagens econômicas; de outro, setores que buscavam romper ou ao menos tensionar a continuidade do sistema. Ao enfatizar que essa lei “teria praticamente anulado” a escravidão, o autor ainda aponta que a manutenção do cativeiro foi uma escolha política, o que dá densidade interpretativa para sua análise do modo como a sociedade cearense e brasileira tratavam a escravidão como normalidade, mesmo quando sua legitimidade formal já era contestável.

Quando se situa a imprensa no Ceará do século XIX como ambiente de conflito entre projetos de sociedade, torna-se possível perceber que o jornal não se limitava a noticiar fatos, mas a intervir na direção simbólica do tempo histórico, tensionando os termos do debate público e as margens do aceitável. A imprensa se configurou como espaço de disputa entre concepções de ordem e progresso, entre liberalismos seletivos e conservadorismos persistentes, entre a retórica civilizatória e a experiência concreta da coerção escravista e do racismo social. Em outras palavras, os periódicos funcionaram como laboratórios de produção ideológica, nos quais se negociavam os contornos da “modernidade” provincial e as condições de inclusão ou expulsão de sujeitos subalternizados da cena pública. Parte expressiva dessas disputas se intensificou com o avanço da causa abolicionista, que se valeu de redes, conexões e circulação de ideias para ampliar seu alcance e fortalecer repertórios coletivos, em dinâmica que reposiciona o Ceará no mapa político do Império (Figueiredo, 2023).

Simultaneamente, o associativismo abolicionista e as sociabilidades políticas oitocentistas demonstram que a imprensa era atravessada por vínculos pessoais, alianças organizativas e estratégias de articulação que ultrapassavam a página escrita, compondo um circuito de mobilização cujo núcleo era a comunicação pública (Souza, 2022). Desse modo, o jornal emerge como um campo de forças, no qual narrativas concorrentes sobre escravidão, liberdade e cidadania foram testadas, reiteradas ou refutadas, sempre sob o enquadramento de interesses e sensibilidades de época. Nesse ponto, o estudo de Lima (2005) pontua

Até o Imperador, embora timidamente, na Fala do Trono em 1871, dizia que ‘considerações da maior importância aconselham que reforma da legislação sobre o estado servil para que não continue a ser uma aspiração indefinida e incerta. É tempo de resolver esta questão e vossa esclarecida prudência saberá conciliar o respeito à propriedade existente com esse melhoramento social, que requerem nossa civilização e até o interesse dos proprietários’.” (Lima, 2005, p. 147).

Assim, Lima (2005) explicita o núcleo contraditório do discurso político imperial: reconhece-se a necessidade de reformar o “estado servil”, mas reafirma-se o compromisso com a “propriedade existente”, isto é, com a preservação dos interesses senhoriais. O trecho permite demonstrar como a abolição, no debate oficial, foi pensada dentro de uma lógica de conciliação conservadora, em que a liberdade aparece como “melhoramento social”, mas não como ruptura imediata das relações de poder. Essa ambivalência ajuda a explicar por que a imprensa oitocentista frequentemente operava por enquadramentos moderados, moralizantes ou progressistas controlados, oscilando entre crítica ao cativo e manutenção de hierarquias raciais e econômicas. O excerto serve como apoio conceitual para afirmar que o abolicionismo não era uniforme: havia um projeto de emancipação que pretendia ajustar o regime sem desorganizar a ordem social, mantendo a integridade patrimonial da elite. Além disso, a frase evidencia como “civilização” e “progresso” podem funcionar como vocabulários de legitimação, isto é, termos mobilizados para produzir consenso em torno de mudanças controladas e graduais, sem necessariamente promover igualdade racial ou reconhecimento pleno de cidadania para a população negra.

Nesse processo, o discurso jornalístico revela sua capacidade de organizar hierarquias sociais por meio de procedimentos aparentemente técnicos, como seleção temática, ordenação de colunas, recorrência de tópicos e distribuição de relevâncias. Em termos de cultura impressa, a pergunta decisiva não é apenas “o que foi dito”, mas “como foi dito”, “por que foi dito desse modo” e “quem pôde sustentar a autoridade de dizer”. Ao estabelecer o que merece ser central e o que deve permanecer periférico, a imprensa delimita fronteiras do visível e do enunciável, fazendo operar uma política do olhar e da audição social: determinados sujeitos aparecem como protagonistas de ações, enquanto outros são descritos, classificados e convertidos em objetos de referência (Pessoa, 2023).

É nesse ponto que se torna metodologicamente indispensável enfatizar a assimetria de vozes, sobretudo no que se refere à presença de mulheres negras no universo jornalístico oitocentista. Em muitos periódicos, essas mulheres aparecem como figuras narradas, frequentemente descritas em termos moralizantes, racializados ou utilitaristas, mais como objetos discursivos do que como sujeitos dotados de direito à autorrepresentação pública. Tal configuração não implica ausência de agência na vida social, mas evidencia que o regime de escrita jornalística operava por meio de categorias que reduziavam complexidades e convertiam experiências em signos de subordinação (Silva, 2023).

A imprensa, ao nomear e qualificar, produz efeitos sociais concretos: a categoria “mulher negra” não emerge como designação neutra, mas como posição social atravessada por

relações de trabalho, coerção, sexualização e disciplinamento. Em perspectiva comparativa, estudos sobre anúncios envolvendo mulheres negras escravizadas em diferentes espaços urbanos do Brasil oitocentista incluindo capitais provinciais e cidades do interior do Ceará demonstram que o jornal registrava o cotidiano urbano também como um mercado de corpos e serviços. Nesse sentido, como argumenta o estudo de **Ana Lima**, “a imprensa produz representações elitistas de reprodução das hierarquias” (Lima, 2005, p. XX), evidenciando que o impresso funcionava como instrumento de controle social e de regulação da circulação de pessoas. A partir dessa formulação, compreende-se que o discurso jornalístico não apenas descrevia a realidade, mas participava ativamente da sua organização, reiterando estruturas de desigualdade e naturalizando posições subalternizadas (Lima, 2005).

Ao mesmo tempo, debates sobre escravidão e imprensa no fim do século XIX mostram que a linguagem impressa operava como espaço de disputa moral, onde a liberdade podia ser defendida e, simultaneamente, enquadrada por limites raciais e patriarcais que permaneciam ativos (Ramos, 2024). Assim, compreender a posição das mulheres negras nos periódicos exige não apenas localizar menções, mas interpretar as funções discursivas dessas aparições: se elas são construídas como perigo, desvio, mercadoria, vítima, “tipo social” ou exceção, e quais finalidades políticas tais imagens servem.

Fugio no dia 17 de fevereiro p. passado, do Outeiro da praia a escrava de nome Luiza, pertence a abaixo assignada: tem os seguintes signaes: preta, cabellos pegados, gorda, bunda empinada, no alto da cabeça tem falta de cabellos com uma cicatriz fingindo uma cruz, e muito gostadeira de fumo no cachimbo; levou diversas saias de chita fina, rede de algodão da terra, chale de alpaka já usado; e a escrava foi pertencente a Bernardino Pinto de Mesquita do termo da Imperatriz e matriculada no Municipio de S. Francisco e hoje nesta capital; quem della tiver conhecimento e a trazer nesta cidade na Camara municipal, ao porteiro dos Auditorios ou ao outeiro a sua senhora será bem recompensado.

Fortaleza, 28 de Fevereiro de 1880.

Vicencia Maria da C. Catolé.” (*O Cearense*, Fortaleza, 28 fev. 1880, ed. 00021)

Nesse tipo de registro, a mulher negra aparece simultaneamente como mercadoria (passível de recompensa e recuperação), como objeto de controle (descrita minuciosamente para captura) e como um “tipo social” racializado e sexualizado, reduzido a atributos físicos e comportamentais. A ênfase em características corporais especialmente a hipersexualização implícita evidencia um regime de representação que não reconhece subjetividade, mas organiza essas mulheres como corpos disponíveis, identificáveis e recuperáveis dentro da lógica escravista.

O anúncio evidencia como a mulher negra era publicamente enquadrada como propriedade em circulação, cuja existência social era reduzida a um conjunto de marcas físicas e utilitárias que facilitassem sua captura e reinscrição no domínio senhorial. A descrição

minuciosa do corpo (“preta”, “cabellos pegados”, “gorda”, “bunda empinada”), associada a cicatrizes e hábitos (“gostadeira de fumo”), revela um regime de visibilidade racializado, no qual a identidade feminina negra aparece como objeto de reconhecimento e controle, e não como sujeito dotado de história própria. A referência a roupas e objetos levados (“saías”, “rede”, “chale”) reforça que sua fuga é tratada como dano patrimonial e ruptura da ordem doméstica, enquanto a promessa de recompensa consolida uma rede coletiva de vigilância, convocando a cidade a participar do policiamento da mobilidade negra. Nesse sentido, o jornal opera como instrumento cotidiano de gestão da escravidão, convertendo a esfera pública em extensão do poder senhorial e naturalizando a perseguição como prática legítima, o que reforça a posição social da mulher negra no Ceará oitocentista como corpo controlável, rastreável e retornável à força.

Ressaltar que a categoria “mulher” não é homogênea implica reconhecer que a experiência das mulheres negras no século XIX esteve profundamente condicionada pela escravidão e pelas práticas sociais de racialização que modulavam maternidade, família, pertencimento e mobilidade. A perspectiva histórica evidencia que o gênero, quando atravessado por raça e status jurídico, não opera como identidade universal, mas como posição em relações materiais e legais específicas: ser mulher negra significava, muitas vezes, viver sob a instabilidade das relações familiares, a insegurança do corpo como propriedade e o risco permanente de separação entre mães e filhos. (Ariza, 2018)

No Ceará,

O movimento entre os capatazes foi chefiado por um trabalhador preto que por esforço próprio obtivera sua alforria, Francisco Nascimento. [...] O movimento foi iniciado a 27 de Janeiro de 1.881 e terminou vitorioso em 31 de Janeiro. O lema vitorioso foi ‘No porto do Ceará não se embarca mais escravos’ (Lima, 2005, p. 150).

Esse recorte é essencial porque desloca o foco do abolicionismo como ação apenas das elites e evidencia o protagonismo de trabalhadores negros em espaços estratégicos da economia. Ao apresentar Francisco Nascimento como “trabalhador preto” que obtivera sua alforria e liderara uma greve portuária, o autor evidencia que a resistência ao regime escravista podia operar por interrupção material da logística de circulação, atingindo diretamente o funcionamento do sistema. Essa passagem tem dupla relevância: primeiro, porque demonstra que a abolição no Ceará envolveu disputas práticas no território, e não somente discursos abstratos; segundo, porque mostra como a experiência negra se inscreve na história pública como ação coletiva, ainda que muitas vezes invisibilizada em narrativas tradicionais e limitada na dimensão de gênero. A frase “não se embarca mais escravos” deve ser lida como gesto de

ruptura social, pois transforma o porto em campo de disputa moral e política, convertendo uma estrutura econômica em símbolo de emancipação. Em um trabalho sobre imprensa e representações, isso é particularmente útil para mostrar como o abolicionismo também se realizou como espetáculo público e memória social: a liderança de Dragão do Mar passou a funcionar como emblema narrativo capaz de reorganizar o imaginário político do Ceará oitocentista (Lima, 2005).

Neste contexto, para buscar perceber a mulher negra no processo abolicionista e no contexto do pós-abolição, é necessário realizar uma análise mais rigorosa, portanto, deslocar o olhar para além dos editoriais e das grandes notícias, incorporando seções tidas como “menores” anúncios, notas, comunicados, registros breves justamente porque é nelas que a vida social se sedimenta de modo denso e muitas vezes involuntário. Esses fragmentos aparentemente banais materializam relações de trabalho, dinâmicas de circulação urbana, estratégias de vigilância, práticas de compra e venda, ofertas de serviços, punições veladas, fugas, recompensas e mecanismos de distinção social. A imprensa, nesse sentido, não é somente fórum ideológico: ela é cartografia do cotidiano, produzida pela repetição de pequenas peças textuais que, somadas, criam um panorama de normas implícitas e expectativas sociais. Ao observar como a propaganda abolicionista se teatralizou e utilizou repertórios de mobilização, percebe-se que até mesmo os modos de anunciar e narrar ações emancipacionistas operavam como pedagogia pública, moldando sensibilidades e convertendo a causa em espetáculo cívico (Alonso, 2015).

Ademais, o estudo das conexões do abolicionismo no Ceará evidencia que a circulação impressa não se restringia à província, pois articulava redes e temporalidades que conectavam debates locais a dinâmicas nacionais e transnacionais, requalificando o jornal como objeto de história conectada (Figueiredo, 2023). Logo, a metodologia que inclui “miudezas” textuais não é um recurso acessório: é uma decisão epistemológica que permite enxergar o social onde ele mais frequentemente se revela, isto é, nas engrenagens da rotina.

Defender o jornal como artefato histórico implica reconhecer sua materialidade, sua intencionalidade e suas condições de produção, elementos que interferem diretamente no tipo de verdade que ele pode oferecer ao historiador. O periódico é atravessado por interesses editoriais, alianças partidárias, estratégias de financiamento e códigos morais que organizam a escrita e orientam o enquadramento dos eventos. Portanto, lê-lo como fonte demanda uma crítica interna: não basta reunir informações, é necessário interrogar o dispositivo que as torna possíveis e as apresenta sob determinada forma (Campos, 2024). O “lugar social” do jornal, quem o dirige, quem o financia, quem escreve, quem é seu público integra a análise tanto quanto

seu conteúdo. No Ceará da segunda metade do século XIX, as agremiações literárias e os círculos intelectuais utilizaram a imprensa como extensão de sua circulação de ideias, disputando hegemonia cultural por meio de linguagem e prestígio letrado. (Campos, 2024).

Nesse conjunto de desafios interpretativos, as escolhas lexicais desempenham função decisiva, pois termos como “preta”, “parda”, “crioula”, “mulata”, “moleca”, “escrava” e “liberta” operam como categorias sociais densas, carregadas de sentidos que variam conforme contexto, intenção e posição do enunciador. Tais palavras não descrevem simplesmente uma cor ou condição; elas classificam pessoas em hierarquias, acionam presunções morais e delimitam expectativas sobre trabalho, sexualidade, respeito e pertencimento. (Pessoa, 2023).

Desse modo, o vocabulário jornalístico constitui uma tecnologia de categorização social, produzindo fronteiras simbólicas e racionalizando desigualdades. As disputas em torno da memória da escravidão no Império demonstram que a imprensa participou ativamente da construção de versões do passado, nas quais a escravidão podia ser relativizada, justificada ou transformada em narrativa de “tradição”, reorganizando responsabilidades e culpabilidades (Pessoa, 2023). Em paralelo, análises da propaganda, da imprensa e das sociabilidades emancipatórias indicam que o vocabulário da liberdade também tinha seus limites, podendo conviver com continuidades raciais e sociais que tensionavam a própria ideia de cidadania após a abolição (Oliveira, 2024). Assim, a leitura do léxico deve ser operada como leitura de mundo: cada termo é índice de relações sociais, e a variação lexical sinaliza não neutralidade, mas disputa.

Por isso, sustentar a ideia de “neutralidade jornalística” no século XIX seria incorrer em anacronismo metodológico, pois os jornais operavam por valores de época, muitos deles abertamente racistas, patriarcais e elitistas, e assumiam posições políticas. A imprensa era, em grande medida, um instrumento de facção, um veículo de luta simbólica e um agente de pedagogização social, no qual a escrita se apresentava como autoridade moral. Nesse sentido, editoriais, crônicas e notas produziam um ethos civilizatório que ensinava o que seria “comportamento adequado”, “virtude pública”, “trabalho legítimo” e “família aceitável” (Alencar, 2019).

No final do século XIX, elites letradas cearenses investiram em projetos de educar e civilizar como forma de ordenar a sociedade, e a imprensa foi um dos meios centrais para difundir tais programas e transformar suas premissas em senso comum. Ao mesmo tempo, a teatralização da política abolicionista evidencia que o jornal se articulava a práticas públicas de encenação e mobilização, confirmando que a esfera impressa era uma extensão das disputas políticas, e não um campo de mera informação (Alonso, 2015). Portanto, ao analisar o discurso

jornalístico oitocentista, é imprescindível reconhecer que ele não esconde seus valores: ele os performa, os repete, os legitima e os transforma em norma.

A arquitetura textual do periódico também precisa ser tratada como objeto analítico em si, pois colunas, títulos, recorrências e ênfases funcionam como operadores de sentido que hierarquizam o que deve receber atenção e o que deve ser relegado ao fundo. A organização gráfica e discursiva do jornal não é um detalhe formal, mas uma tecnologia de leitura e, por consequência, de poder: ela guia o olhar, orienta a interpretação e sugere prioridades morais e políticas. Examinar a recorrência de temas fugas, anúncios de venda, discursos civilizatórios, notícias de associações permite mapear padrões e detectar regularidades ideológicas que não aparecem em uma leitura episódica. (Mesquita, 2021).

Nessa perspectiva, jornais com linhas distintas podem produzir representações divergentes sobre os mesmos acontecimentos, dado que suas alianças, públicos e objetivos variam; um periódico abolicionista pode enfatizar injustiças e mobilizações, enquanto outro conservador pode reforçar temores de desordem e insegurança. A imprensa política cearense, especialmente em momentos de intensificação do debate emancipatório, expressou formas específicas de “novo jornalismo” que reconfiguraram estratégias discursivas e modos de persuasão. Do mesmo modo, análises sobre propaganda, imprensa e sociabilidades emancipatórias indicam que diferentes espaços associativos influenciavam o tom e o repertório textual, produzindo paisagens interpretativas múltiplas (Oliveira, 2024). Assim, ler jornais como um sistema implica compreender a lógica interna de cada periódico e, simultaneamente, situá-los como parte de uma ecologia de discursos em competição.

A compreensão dos jornais O Libertador, O Cearense e Pedro II como objetos históricos e como fontes documentais exige, antes de tudo, situá-los no interior da cultura impressa do Ceará oitocentista, em que o periódico não se limitava à função informativa, mas operava como instituição político-cultural, produtora de linguagem pública, mediadora de conflitos e organizadora de sensibilidades. (Mesquita, 2021) Enquanto artefatos de época, esses jornais devem ser tratados como dispositivos de intervenção que elaboravam diagnósticos sociais, prescreviam condutas, hierarquizavam sujeitos e fabricavam repertórios de leitura sobre trabalho, ordem, moralidade e cidadania. (Fernandes, 2004)

Nesse sentido, a imprensa cearense da segunda metade do século XIX pode ser lida como palco de contendas partidárias e como infraestrutura da política provincial, na medida em que liberais e conservadores utilizaram a imprensa como meio de disputa por legitimidade, mobilização de correligionários e construção de hegemonias discursivas, realizando no espaço tipográfico uma extensão do confronto institucional. (Campos, 2024) Assim, ao estudar os três

periódicos em conjunto, o pesquisador não está apenas reunindo “jornais do Ceará”, mas compondo um corpus que revela a coexistência de projetos concorrentes de sociedade, nos quais o impresso participa tanto da produção das ideias quanto do ordenamento cotidiano, oferecendo uma gramática pública para narrar acontecimentos e regular comportamentos.

O *Cearense*, *Pedro II* e *O Libertador* se articulam, portanto, como vértices de um ecossistema jornalístico no qual a imprensa se confunde com a própria prática política: a palavra impressa assume o papel de arena, instrumento de persuasão e mecanismo de demarcação ideológica. (Fernandes, 2004) Em *O Cearense*, órgão liberal, a redação e a arquitetura textual frequentemente expressam o jornal como instância de debate e de publicização de projetos de poder, ajustando o discurso às disputas eleitorais, às reformas institucionais e às pressões de conjuntura. (Mesquita, 2021) Já *O Libertador*, por sua vinculação à campanha abolicionista e por sua centralidade na construção de uma opinião pública emancipatória, pode ser interpretado como exemplo de reconfiguração do jornalismo político, pois combina ação associativa, mobilização social e produção de argumentos morais contra a escravidão, compondo uma escrita que pretende persuadir, emocionar e orientar práticas. (Araújo, 2015)

No caso de *Pedro II*, frequentemente relacionado à política conservadora no quadro da imprensa provincial, nota-se sua relevância enquanto espaço de consolidação de valores de ordem, autoridade e continuidade institucional, funcionando como instrumento para disputar sentidos sobre estabilidade social e legitimidade do poder. Assim, os três jornais, quando analisados comparativamente, permitem observar como projetos liberais, conservadores e abolicionistas se confrontam em linguagem pública, produzindo diferenças na seleção de temas, na tonalidade moral e na forma de enquadrar sujeitos sociais.

Ao tratar esses periódicos como fontes, torna-se indispensável compreender que a imprensa não é um recipiente neutro de “fatos”, mas uma prática cultural atravessada por regimes de escrita, convenções gráficas, alianças intelectuais e interesses de grupo. (Campos, 2024) Dessa forma, os jornais cearenses oitocentistas devem ser lidos segundo sua materialidade colunas, seções, títulos, recorrências, espaços de anúncios e notas e segundo sua intencionalidade o que escolhem destacar, o que reiteram, o que silenciam e como organizam a hierarquia do noticiável. (Figueiredo, 2023)

A circulação de informações e de repertórios políticos, sobretudo no ambiente abolicionista, evidencia que o jornal se conecta a redes de sociabilidade e a fluxos comunicacionais mais amplos, formando um circuito em que ideias transitam, se adaptam e se localizam, o que torna necessário interpretar os periódicos como nós de conexões que ultrapassam o espaço provincial. (Oliveira, 2024) Ao mesmo tempo, a imprensa participa da

vida associativa e das práticas de propaganda, ajudando a estruturar sociabilidades emancipatórias e a consolidar o abolicionismo como experiência pública que mobiliza discursos, eventos e identidades coletivas. Assim, estudar *O Cearense*, *Pedro II* e *O Libertador* implica observar tanto suas diferenças editoriais quanto suas convergências estruturais: todos operam como tecnologias de formação de opinião, como instrumentos de visibilidade seletiva e como arenas em que se definem os limites do debate público e da cidadania possível.

Em termos analíticos, esses três jornais também oferecem um terreno particularmente produtivo para investigar a produção de “lugares sociais” no impresso, sobretudo quando se observa como a imprensa participa de disputas em torno da escravidão, da liberdade e da memória imperial. A narrativa sobre o passado escravista, longe de ser homogênea, é continuamente refeita em linguagem jornalística, e cada periódico pode contribuir para estabilizar versões distintas ora justificadoras, ora moralizantes, ora emancipatórias sobre a ordem social. (Silva, 2023)

Além disso, o exame atento das seções de anúncios, comunicados e notas permite acessar o cotidiano urbano e as dinâmicas do trabalho, revelando como a imprensa formaliza demandas por serviços, administra relações de dependência e transforma sujeitos especialmente mulheres negras em categorias de utilidade e controle, aspecto essencial para pesquisas que investigam “aparições” e “apagamentos” no texto jornalístico. (Mesquita, 2021) Desse modo, a escolha de *O Libertador*, *O Cearense* e *Pedro II* como corpus não é apenas pertinente: ela é metodologicamente estratégica, pois permite compreender como diferentes alinhamentos editoriais e políticos reorganizam o mesmo mundo social em narrativas concorrentes, fornecendo ao pesquisador instrumentos para comparar continuidades, rupturas e tensões na formação da opinião pública e na construção de representações sobre raça, trabalho, ordem e liberdade no Ceará oitocentista.

3.1. A MULHER NEGRA NA HIERARQUIA SOCIAL: TRABALHO DOMÉSTICO E SUBALTERNIDADE

A discussão sobre mulheres negras na escravidão e no pós-abolição, especialmente no século XIX brasileiro, exige um enquadramento analítico que reconheça a interseccionalidade como instrumento epistemológico e metodológico para apreender a sobreposição de opressões e a articulação de marcadores sociais estruturantes.

Nesse horizonte, raça, gênero, classe e condição jurídica não operam como variáveis isoladas, mas como engrenagens integradas de hierarquização que produzem posições sociais

diferenciadas e modulam possibilidades concretas de existência. (Oliveira, 2025) A interseccionalidade, entendida como práxis crítica, permite superar leituras universalizantes da categoria “mulher”, evidenciando que o feminino é historicamente situado e racialmente distribuído, e que mulheres negras foram posicionadas, de forma recorrente, em uma zona de vulnerabilidade sistemática, na qual exploração do trabalho e coerção moral se reforçavam mutuamente. (Carvalho, 2023)

Esse enquadramento também desloca a análise do plano meramente descritivo para o plano das tecnologias sociais: o que se investiga não é apenas “o que aconteceu”, mas como dispositivos institucionais e práticas discursivas produziram a naturalização de desigualdades, convertendo relações de dominação em rotina. (Chai et al., 2023) Ainda que parte da bibliografia contemporânea discuta a escravidão em diálogo com permanências estruturais no presente, o retorno ao século XIX revela as matrizes históricas desses mecanismos, permitindo perceber como a subalternização das mulheres negras foi constituída por uma economia política do corpo, do trabalho e da reputação, cujos efeitos extrapolaram o regime escravista e se prolongaram no tempo social. Um trecho de destaque do estudo de Lima (2005) impõe a discussão:

Mas, de positivo dessa Fala do Trono, resultou a Lei número 2.040 que determinava que ‘os filhos de mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre’. [...] Naturalmente, os nascidos livres a partir da citada lei, somente adquiririam a liberdade ao 21 anos, sendo educados ‘na escravidão durante o tempo em que se formam o caráter moral, a inclinação e os hábitos dos indivíduos’. (Lima, 2005. p. 147).

Essa passagem é decisiva porque evidencia como a liberdade podia ser juridicamente proclamada e, ao mesmo tempo, praticamente adiada, convertendo-se em promessa futura e não em transformação imediata. A Lei do Ventre Livre, ao declarar livres os filhos de mulheres escravizadas, introduz um discurso de emancipação, mas mantém a socialização na sujeição ao afirmar que esses indivíduos seriam “educados na escravidão” durante o período de formação moral. Esse trecho contribui diretamente para a análise das mulheres negras, pois revela como seus corpos e sua reprodução eram instrumentalizados pelo sistema: a maternidade negra produz sujeitos que formalmente “nascem livres”, mas permanecem submetidos ao controle senhorial até a idade adulta. Isso reforça que a categoria “liberdade”, no século XIX, não significava igualdade social, mas sim rearranjos jurídicos compatíveis com a continuidade da ordem racial e econômica. Além disso, a ideia de “formação do caráter moral” expõe a dimensão disciplinar da emancipação gradualista, pois pressupõe que a escravidão seria espaço de “educação” e controle, invertendo a violência estrutural em narrativa pedagógica. Em termos metodológicos, o trecho permite construir uma ponte importante com a imprensa: jornais e

discursos públicos frequentemente reiteravam essas justificativas, normalizando o controle sobre corpos negros em nome da moralidade e da ordem. (Lima, 2005)

A pesquisadora Mirla Cisne (2022), ao observar a dupla marcação que incide sobre mulheres negras, torna-se evidente que sua inserção social foi construída sob dois eixos simultâneos: a destinação ao trabalho compulsório ou precarizado e a produção de discursos de sexualização e suspeição moral. Em termos históricos, isso significa reconhecer que as funções atribuídas a mulheres negras no cotidiano doméstico e urbano, cozinhar, limpar, cuidar, amamentar, servir não eram apenas ocupações, mas posições hierarquizadas que articulavam raça e gênero como chaves de acesso desigual à humanidade plena. (Santana, 2025).

Essa construção não se limitou ao período escravista; ao contrário, ela se reconfigurou no pós-abolição e alimentou uma continuidade estrutural na qual a mulher negra permanece associada a regimes de superexploração e a uma forma particular de desvalorização social do trabalho, convertendo o “serviço” em herança histórica. (Lourenço, 2025) O efeito simbólico dessa dupla marcação é amplo: ao mesmo tempo em que mulheres negras eram indispensáveis para a reprodução material da vida doméstica e da sociabilidade urbana, eram sistematicamente inseridas em narrativas de perigo moral, promiscuidade presumida ou desordem, o que reforçava mecanismos de controle e justificava a vigilância cotidiana. Assim, o estudo do passado revela uma gramática social em que o corpo negro feminino se torna território de exploração e disciplina, e em que a moralidade funciona como linguagem de legitimidade para a desigualdade.

Em narrativas de disputa por direitos, observa-se que a passagem da escravidão à liberdade não constitui uma linha contínua de emancipação, mas uma travessia permeada por obstáculos institucionais, dilemas jurídicos e resistências sociais que restringiam o acesso efetivo a direitos civis e reconhecimento público. (Manzi, 2021) Em termos socioespaciais, as territorialidades de mulheres negras no corpo, na casa e na cidade foram historicamente delimitadas por fronteiras implícitas e explícitas, que regulavam circulação, presença e legitimidade, estruturando uma experiência urbana na qual a visibilidade podia significar risco, e o recolhimento, sobrevivência. Desse modo, a não homogeneidade do feminino se revela como dado estruturante: há múltiplas formas de ser mulher, mas elas se distribuem desigualmente no interior de hierarquias raciais e legais. (Barreto, 2019)

No campo das representações sociais, especialmente quando observadas por meio de registros impressos e discursos públicos, é possível notar como se naturalizam certos papéis associados às mulheres negras, sobretudo na esfera do trabalho doméstico e do cuidado (Carvalho, 2023). A atribuição quase automática de funções como doméstica, ama, cozinheira

ou criada funciona como um dispositivo de enquadramento social que transforma uma configuração histórica de exploração em “destino” supostamente espontâneo. (Lourenço, 2025),

Nesse sentido, a herança escravista não deve ser lida apenas como passado encerrado, mas como continuidade material e simbólica, pois a figura da trabalhadora doméstica negra emerge como uma permanência histórica que reorganiza, no pós-abolição, antigas lógicas de servidão em novas formas de subordinação contratual e moral. (Santana, 2025) A crítica contemporânea evidencia que a superexploração do trabalho de mulheres negras não é um desvio ocasional, mas um padrão estruturado por racismo e desigualdade de classe, o que torna imprescindível recuar ao século XIX para compreender como se consolidou a associação entre negritude feminina e serviço. Assim, para uma pesquisa que se proponha a investigar jornais oitocentistas, a questão central não é apenas listar ocupações, mas interpretar como o discurso naturaliza papéis, quais elementos justificativos mobiliza e de que maneira transforma a desigualdade em norma cultural.

Quando se conecta esse debate ao eixo analítico do capítulo isto é, examinar quais papéis são possíveis para mulheres negras no jornal e quais são apagados, a interseccionalidade opera como lente para perceber presenças, ausências e silenciamentos estruturais (Oliveira, 2025). A imprensa, ao selecionar temas e atribuir voz a determinados sujeitos, constrói um mapa desigual de reconhecimentos: algumas mulheres aparecem como “mão de obra”, “propriedade”, “serviço”, enquanto outras dimensões de sua existência permanecem fora do horizonte de inteligibilidade pública. (Pereira, 2015)

Entretanto, resistir ao apagamento não significa supor uma agência ampla e irrestrita; ao contrário, significa identificar solidariedades, estratégias e formas de resistência construídas na precariedade, como alianças no trabalho doméstico, redes informais de apoio e práticas cotidianas de sobrevivência que atravessam escravidão e pós-abolição. (Cisne, 2022) Ao reconhecer protagonismos de mulheres negras contra a escravização, a historiografia amplia o repertório interpretativo, mostrando que a agência pode assumir formas discretas recusas, fugas, negociações, sabotagens, reorganização da vida comunitária que raramente recebem destaque em narrativas oficiais. Dessa forma, investigar “possibilidades” e “apagamentos” nos jornais demanda uma leitura tanto do que se diz quanto do que não se permite dizer, e exige que o pesquisador interprete o impresso como prática de poder que regula visibilidades.

A condição jurídica escravizada, liberta, livre, “alugada” constitui um eixo decisivo para compreender a experiência de mulheres negras no século XIX, porque define o grau de vulnerabilidade legal, a forma de acesso ao trabalho e as margens possíveis de autonomia

(Ariza, 2018). A documentação histórica mostra que, mesmo quando a liberdade era conquistada, ela podia coexistir com a permanência de filhos em cativeiro, situação que produzia dilemas femininos de enorme densidade ética e afetiva, revelando que a abolição não era apenas um ato jurídico, mas um campo de disputas e estratégias. (Barreto, 2019)

Casos de busca por direitos demonstram que a mulher negra liberta frequentemente precisava enfrentar instituições, intermediários e padrões sociais excludentes para ver reconhecida sua condição de sujeito de direito, o que evidencia o descompasso entre a letra da lei e as práticas concretas de reconhecimento. (Pereira, 2015) Além disso, a vivência do trabalho doméstico, tanto no cativeiro quanto no pós-abolição, revela que a passagem do status de “escravizada” para “trabalhadora” não eliminava assimetrias fundamentais; muitas vezes, apenas deslocava o eixo do controle do domínio direto do senhor para a dependência econômica, para a vigilância moral e para as redes de patronagem que regulavam acesso a renda e segurança. Assim, o status jurídico, embora central, não esgota a análise: ele precisa ser articulado às práticas sociais que produzem a permanência da subordinação.

Discutir que “liberdade” não significa igualdade é reconhecer, com densidade histórica e sociológica, que a transição entre regimes de trabalho e de direito não dissolve automaticamente as tecnologias de controle que organizam a vida social (Chai et al., 2023). Mesmo após a obtenção da liberdade formal, mulheres negras frequentemente permaneceram expostas a mecanismos de coerção mediados pela economia, pela moralidade pública, pela polícia, pela vigilância de patrões e pelo estigma racial, compondo um cenário em que a autonomia era sempre negociada sob risco. (Carvalho, 2023)

A literatura sobre trabalho doméstico e desigualdades evidencia que a estrutura social brasileira foi historicamente capaz de reposicionar antigas relações de servidão em novas formas de subalternização, mantendo a mulher negra em lugares de trabalho desvalorizado e de reconhecimento precário. (Manzi, 2021) Essa precariedade também se materializa no espaço: a cidade, a casa e o corpo tornam-se territórios regulados por fronteiras sociais que incidem sobre circulação, proteção e pertencimento, configurando uma liberdade condicionada, marcada por restrições implícitas. Portanto, compreender a liberdade no pós-abolição requer abandonar narrativas lineares de progresso e adotar uma leitura em camadas, na qual a emancipação jurídica convive com a persistência de hierarquias raciais e de gênero que seguem estruturando oportunidades e vulnerabilidades.

Nesse quadro, a prática de “aluguel” ou contratação do trabalho de mulheres negras no serviço doméstico, nos cuidados e na amamentação deve ser interpretada como uma zona cinzenta entre escravidão e trabalho livre, na qual a forma contratual podia mascarar

continuidades de exploração (Ariza, 2018). Trata-se de um regime híbrido, em que a retórica da contratação convivia com coerções materiais, assimetrias de poder e formas indiretas de dominação que restringiam a capacidade de recusa e ampliavam a dependência econômica. (Lourenço, 2025)

Ao se considerar o trabalho doméstico como herança colonial e escravista, percebe-se que tais práticas não são apenas registros do passado, mas matrizes de reprodução social que atravessam o tempo e ajudam a explicar por que determinados tipos de trabalho permanecem racializados e generificados. (Santana, 2025) A noção de “superexploração” se torna particularmente produtiva para compreender essas continuidades, pois evidencia que a desigualdade não é somente salarial ou contratual, mas também simbólica: ela define quem pode ser reconhecida como trabalhadora plena, quem é percebida como “ajuda” e quem é tratada como extensão naturalizada do serviço. Portanto, a análise histórica do “aluguel” de mulheres negras permite identificar como a liberdade podia ser administrada como precariedade, e como o discurso da necessidade econômica foi mobilizado para legitimar práticas de subordinação continuada.

3.2. REPRESENTAÇÕES E ESTEREÓTIPOS: COMO O JORNAL “ENQUADRA” MULHERES NEGRAS

A análise das representações e dos estereótipos produzidos pela imprensa oitocentista acerca das mulheres negras exige compreender o jornal como um dispositivo de enquadramento social que transforma pessoas em categorias inteligíveis segundo lógicas de posse, utilidade e controle (Silva, 2023). Como descrito no trecho abaixo do jornal *Pedro II*:

Uma escrava de Apolitano Saldanha deixou em Dino, esta ao Sr. Dino. Não houve dúvida o collector emendou, e lá se foi a miseravel pela barra fora vendida. A escrava Felippa pertencente a João Felix não estava no livro das averbações, e foi lançada agora dia de S. Pedro 29 de junho, porque o Sr. Antonio Joaquim do Nascimento apresentou a relação com o nome da negra.” (*Pedro II*, Fortaleza, 29 jun. 1881, ed. 00055)

O *Pedro II* evidencia como a sociedade cearense oitocentista institucionalizava a desumanização de pessoas negras por meio de uma linguagem documental e burocrática que naturalizava a condição de mercadoria atribuída às mulheres escravizadas. Ao registrar que uma “escrava” foi “vendida”, o impresso revela um regime de representação em que a identificação feminina negra não opera como reconhecimento de pessoa, mas como marca funcional e racial, destinada a ordenar registros e justificar práticas de controle e circulação forçada. A expressão

“miserável pela barra fora vendida” não é apenas descritiva: ela sintetiza uma gramática social em que o deslocamento e a venda são apresentados como procedimentos administrativos, apagando dimensões como subjetividade, laços familiares e sofrimento, enquanto reforça a legitimidade do comércio humano como rotina social. Silva e Saboya observam (2023, p. 4): notamos a repetição de um padrão que objetivava sua desqualificação, num esforço discursivo que as associava a aspectos negativos inerentes à dinâmica urbana.” Assim, a mulher negra aparece no texto como corpo negociável e objeto de averbação, isto é, como elemento de um sistema de propriedade que se sustenta tanto pela violência material quanto por uma escrita pública que normaliza a escravidão como dado cotidiano, permitindo perceber como a imprensa contribuía para consolidar hierarquias raciais e legitimar a subordinação de mulheres negras no Ceará do século XIX.

A diferenciação entre anúncios de oferta (“vende-se”, “aluga-se”, “dá-se a ganho”) e anúncios de procura (“precisa-se”, “busca-se”, “quer-se”) constitui uma estratégia analítica indispensável para investigar quem fala, quem demanda e como se distribuem as posições de enunciação no impresso. Nos anúncios de oferta, com frequência, a mulher negra é apresentada como objeto administrável, reduzida a atributos de utilidade, saúde e comportamento; já nos anúncios de procura, a linguagem revela expectativas e ansiedades das famílias, explicitando tanto a centralidade do cuidado quanto o medo da indisciplina, do “mau exemplo” e da suposta desordem moral (Pessoa, 2023).

Nesse período, foi comum encontrar, nos jornais anúncios de fugas de escravos que utilizavam a estratégia afogueada, idade trinta e tantos annos, altura pouco mais regular, falla pouco, é tatara e gaga, e tem o braço direito meio pegado, proveniente de queimaduras em pequena. Esta escrava foi dos Arraes do Inhamum. Dias antes de fugir dizia que hia morrer por este mundo por seus ex-senhores a não quizeram embarcar junto com sua filha, que embarcaram para o Rio de Janeiro. Gratifica-se bem a quem pegar e entregar ao mesmo abaixo assignado. Ceará, 24 de fevereiro de 1877. João Antônio do Amaral.” (*O Cearense*, Fortaleza, 23 de maio de 1875, nº40, p. 2 apud. Sobrinho, 2011, p. 219-220)

A nomeação das mulheres como “escrava” ou “negra”, dissociada de qualquer dimensão subjetiva ou biográfica, reforça sua condição de objeto jurídico e econômico, regulado por matrículas, averbações e decisões burocráticas. A passagem revela ainda a precariedade da existência dessas mulheres, cuja liberdade, permanência ou deslocamento dependiam de registros formais controlados por autoridades e proprietários, evidenciando um sistema no qual o corpo feminino negro era reduzido a item de inventário, circulação e correção documental, sem reconhecimento de humanidade plena.

Essa linguagem não é acessória, mas constitutiva de uma economia moral e simbólica

que legitima a transformação do corpo feminino negro em objeto de transação, apagando vínculos afetivos, histórias individuais e experiências subjetivas. (Alencar, 2019) Ao operar dessa forma, o jornal participa ativamente de um projeto civilizatório excludente, no qual a ordem social se sustenta pela naturalização da desigualdade e pela pedagogia cotidiana da dominação, ensinando ao leitor quem pode ser proprietário, quem pode anunciar e quem pode ser anunciado.

As descrições físicas e morais que acompanham esses anúncios funcionam como critérios de valoração social, nos quais idade, cor da pele, força corporal, estado de saúde e comportamento são mobilizados como atributos de utilidade e confiabilidade. (Silva, 2023) Silva e Saboya observam (2023, p. 4) “Ao mesmo tempo, observamos descrições que valorizam a força corporal e a saúde: ‘uma escrava crioula mui robusta e sadia’, indicando que o corpo é avaliado como critério de utilidade e rendimento. Essa observação sustenta a análise sobre “critérios de valor social” e como a imprensa faz do corpo negro uma medida de produtividade.

Não se trata apenas de informar, mas de classificar: a mulher negra é apresentada segundo parâmetros que articulam eficiência laboral e aceitabilidade moral, convertendo características corporais em capital simbólico (Carula, 2024). Ao mesmo tempo, essas descrições silenciam dimensões fundamentais da experiência feminina negra, como maternidade própria, laços familiares e trajetórias pessoais, reforçando a ideia de que sua existência se resume à função desempenhada para outrem (Pessoa, 2023). Dessa maneira, o jornal fabrica uma representação funcional da mulher negra, na qual a subjetividade é dissolvida em atributos instrumentais, e o corpo passa a ser lido como ferramenta de trabalho, cuidado ou reprodução, jamais como locus de direitos ou de reconhecimento pleno. Esse cenário se retrata no recorte a seguir, retirado do jornal *Pedro II*: “Que martírio! Estou aqui como se fosse uma negra na cozinha. O que queres que faça?” (PEDRO II, ed. 00084, 1881).

A frase “**Estou aqui como se fosse uma negra na cozinha**” sintetiza, em poucas palavras, um imaginário social profundamente estruturante no Ceará oitocentista, no qual a figura da mulher negra era naturalizada como pertencente ao espaço doméstico e ao trabalho de servir, sobretudo no ambiente culinário, entendido como lugar de execução, invisibilidade e subordinação. O enunciado se constrói como comparação pejorativa, pois estabelece a condição de “negra na cozinha” como sinônimo de rebaixamento social, reduzindo um grupo inteiro a um papel funcional e inferiorizado. Trata-se, portanto, de uma expressão que revela como a sociedade da época operava por hierarquias raciais e de gênero, atribuindo ao corpo negro feminino uma identidade social vinculada ao serviço doméstico, à obediência e ao trabalho cotidiano, apagando subjetividade, experiência individual e qualquer forma de reconhecimento

público. Além disso, o trecho evidencia que esse enquadramento não dependia necessariamente de uma descrição direta da escravidão formal: mesmo em situações de circulação urbana e relações “livres”, a linguagem cotidiana reforçava um repertório simbólico racista, em que ser associada à cozinha significava ocupar o patamar mais baixo da escala de prestígio, servindo como mecanismo discursivo para manter a ordem social e reafirmar desigualdades.

A comparação entre os registros de anúncios e as narrativas jornalísticas mais amplas revela uma diferença significativa no enquadramento das mulheres negras: enquanto nos anúncios elas aparecem de modo estritamente instrumental, como força de trabalho ou mercadoria, nas notícias e notas policiais emergem frequentemente sob um viés punitivo, suspeito e disciplinador (Alencar, 2019; Silva, 2023). Nesse segundo registro, a mulher negra pode ser associada à desordem, à fuga, à transgressão ou ao perigo social, compondo um imaginário que justifica práticas de vigilância e coerção (Pessoa, 2023). Essa duplicidade discursiva evidencia que o jornal não apenas descreve realidades distintas, mas constrói tipologias complementares: a trabalhadora útil e a figura potencialmente ameaçadora, ambas destituídas de voz própria e enquadradas a partir das necessidades da ordem escravista e pós-escravista.

A pergunta norteadora “é somente como escravizada que a mulher negra aparece?” conduz a uma reflexão mais complexa sobre os limites da liberdade no discurso jornalístico. Mesmo quando mulheres negras surgem como trabalhadoras “livres”, especialmente no pós-abolição, o enquadramento permanece atravessado por uma lógica mercantil, na qual o trabalho é anunciado como serviço disponível e o corpo continua sendo o principal referencial de valor. (Oliveira, 2024) A imprensa, nesse sentido, contribui para a reconfiguração da escravidão em novas formas de dependência, deslocando o regime jurídico sem romper integralmente com a racionalidade da posse (Pessoa, 2023). Assim, a liberdade formal não se traduz automaticamente em reconhecimento social, pois o jornal mantém dispositivos simbólicos que reiteram a subalternização e limitam o acesso das mulheres negras a uma cidadania plena e respeitável. (Mesquita, 2021)

Nesse ponto, vale acentuar o trecho do jornal O Libertador:

Declaração Necessaria.

Declaramos ao Sr. Calmon, que nem uma parte tivemos no furto da sua ‘escrava’ Paschoa.

Consta-nos, por m, que o Sr. conselheiro Rodrigues Junior, com o fim de intrigar-nos com V. Exc. mandou furtar a referida escrava pelo Dr. Xico preto, e depositou-a na casa do Xico com mandante da Fortale-za.

Constando-nos que V. Exc. não deseja deixar sua pretinha nesta terra, onde ella poderá morrer de fome, chamamos sua attenção para o seguinte artigo de lei, afim de preparar V. Exc. a quant. Necessaria para a sahida de sua preciosa mercadoria:

Lei nº 2034: de 19 de Outubro de 1883.

Art. 3º: Por cada escravo que sahir da provincia, qualquer que seja o motivo, seja ou não em poder de seus possuidores, pagará estes a quantia de... 150\$000.
(*O Libertador*, Fortaleza, 27 jan. 1886, ed. 00022)

O trecho evidencia como, mesmo em um contexto já marcado pelo avanço das pautas abolicionistas no Ceará, a mulher negra permanece enquadrada no impresso como propriedade, elemento de disputa e objeto de circulação controlada, e não como sujeito social dotado de direitos. A linguagem empregada (“escrava”, “pretinha”, “preziosa mercadoria”) revela uma gramática pública de desumanização, na qual a existência feminina negra é traduzida como bem patrimonial que pode ser furtado, “depositado” e removido mediante pagamento e adequação a dispositivos legais.

Além disso, o recorte mostra que o jornal funciona como arena na qual elites e autoridades negociam conflitos, convertendo o corpo negro feminino em evidência de “intriga”, instrumento de acusação e peça de uma administração econômica da escravidão. A referência explícita à Lei nº 2034 (1883) reforça que a vida da mulher negra era mediada por controles institucionais e fiscais, indicando que a própria circulação territorial de pessoas escravizadas era tratada como matéria regulatória.

Contudo, é fundamental situar historicamente esse enunciado: embora o Ceará tenha abolido oficialmente a escravidão em 1884, o texto de 1886 revela a persistência de práticas e discursos vinculados à lógica escravista, especialmente no que se refere à circulação de pessoas escravizadas provenientes de outras províncias, onde o regime ainda vigorava até 1888. Nesse sentido, a manutenção desse vocabulário não constitui mera anacronia, mas evidencia a continuidade de uma racionalidade mercantil e racializada que ultrapassa os marcos legais da abolição local.

Ademais, o teor do texto sugere o uso de ironia como recurso discursivo. A menção ao “Sr. Calmon” pode ser interpretada como uma referência ao presidente da província à época, funcionando como crítica indireta às contradições do poder público diante da escravidão e de seus desdobramentos legais. Assim, o jornal não apenas reproduz a linguagem da ordem escravista, mas também pode operar, em determinados registros, como espaço de tensão e comentário político, no qual a própria lógica da propriedade sobre pessoas é exposta e, possivelmente, ironizada no interior do debate público.

No plano da moralidade e da sexualização, a cultura letrada oitocentista produziu um imaginário persistente de controle do corpo feminino negro, associando-o à promiscuidade, ao perigo e ao “mau exemplo”. Essa representação não emerge de fatos objetivos, mas de construções discursivas que vinculam raça, gênero e desordem, transformando o corpo negro

em problema público (Pessoa, 2023). Esses meios de comunicação, ao reiterar essas associações, legitima práticas de exclusão e reforça fronteiras morais que separam mulheres “honestas” de mulheres “suspeitas”, quase sempre racializadas (Ramos, 2024). Tal operação simbólica contribui para restringir possibilidades de circulação social, trabalho digno e reconhecimento, pois a suspeição moral antecede qualquer avaliação concreta da conduta individual (Alencar, 2019) Como exposto no jornal “O Cearense” do ano de 1871: “Em caza de Fonseca Irmãos: aluga-se uma escrava moça de boa índole e sabe cozer engomar e lavar.” (*O Cearense*, Fortaleza, 1871, ed. 00112)

A recorrência da expressão “boa conduta” nos anúncios evidencia a centralidade da moral burguesa como critério de valoração e como promessa de segurança ao leitor anunciante. Silva e Saboya observam (2023, p. 4) “Além disso, as qualidades morais eram apresentadas como garantia: ‘he de bôa índole, humilde e sem achaque algum’, reforçando um ideal de obediência e submissão como atributo desejável no universo do trabalho feminino negro.” Nesse ponto, a moralidade funciona como selo de confiança para o contratante, transformando “obediência” em valor social negociável.

Ao afirmar que uma mulher negra possui “bons costumes”, os jornais não apenas descrevem um atributo, mas vende confiança, garantindo que aquele corpo disciplinado não ameaçará a ordem doméstica ou social (Alencar, 2019). Esse vocabulário moral funciona como tecnologia de controle, pois estabelece padrões normativos que dificilmente poderiam ser plenamente alcançados por mulheres negras, dadas as condições estruturais de desigualdade em que viviam (Pessoa, 2023). Assim, a moralidade anunciada não emancipa, mas aprisiona, ao transformar a respeitabilidade em exceção e a suspeição em regra.

Essas associações reforçam a medicalização e a criminalização do corpo negro feminino, inscrevendo-o em um discurso de risco que legitima intervenções coercitivas (Alencar, 2019). A imprensa, ao difundir tais narrativas, amplia o alcance do controle social, deslocando-o do âmbito privado para o espaço público e institucional (Pessoa, 2023). Desse modo, a vigilância não se limita à relação entre patrão e trabalhadora, mas se estende à cidade, à polícia e às instâncias morais que regulam comportamentos e reputações (Ramos, 2024).

Tomar os anúncios como objeto de análise histórica e cultural significa deslocar o olhar para um arquivo que, embora frequentemente classificado como “menor” no interior do jornal, concentra densas informações sobre a experiência cotidiana, as necessidades de famílias urbanas e as engrenagens práticas da vida social oitocentista. (Silva, 2023) Em perspectiva metodológica, anúncios constituem uma fonte privilegiada justamente por evidenciarem a intersecção entre economia doméstica, mercado de trabalho, relações de dependência e

expectativas morais que organizavam a sociabilidade urbana. Neles, a cidade aparece não como abstração política, mas como trama de serviços e carências: cozinhar, limpar, lavar, criar crianças, servir à mesa, costurar, acompanhar doentes, circular mercadorias e administrar o tempo da casa. (Alencar, 2019) Silva e Saboya observam (2023, p. 4) Identificamos que a principal oportunidade por meio da qual mulheres escravizadas marcaram presença nos jornais na primeira metade do século XIX, seja em folhas de perfil político ou informativo, reside nos anúncios de compra, venda, aluguel e, mesmo, doação. Nesse ponto os autores discutem que o jornal aparece como tecnologia de inscrição social: a presença das mulheres negras se torna visível sobretudo no lugar de transação e circulação mercantil.

Ao mesmo tempo, essa materialidade do cotidiano se articula com projetos civilizatórios formulados por elites letradas, que buscavam normatizar comportamentos e hierarquizar sujeitos, fazendo do jornal uma instância pedagógica de organização da vida privada e pública (Campos, 2024). Assim, estudar anúncios não é apenas inventariar ocupações: é compreender como o impresso converte necessidades domésticas em linguagem pública, e como essa linguagem estabiliza lugares sociais, distribuindo legitimidades e subalternidades por meio de fórmulas repetidas e aparentemente banais.

A análise de anúncios envolvendo mulheres negras escravizadas ou livres evidencia que o impresso opera como mecanismo de organização do trabalho e do controle, registrando a oferta e a demanda por serviços femininos negros enquanto traduz, em vocabulário cotidiano, hierarquias de raça e gênero. Ao incorporar uma perspectiva de história social do cuidado, torna-se possível observar que o trabalho doméstico não é uma atividade secundária, mas uma infraestrutura social de sustentação da vida urbana, cujas condições foram historicamente definidas pela exploração do tempo, do corpo e da energia de mulheres. Dessa maneira, o anúncio se torna um lugar analítico para investigar como a cidade se mantinha funcional e “civilizada” à custa de uma força de trabalho feminilizada e racializada, frequentemente invisibilizada em narrativas políticas tradicionais (Alves, 2025).

No interior desse universo, o mapeamento dos principais serviços atribuídos às mulheres negras permite visibilizar o repertório de funções que constituíam a economia do cuidado e a administração do lar: criada, cozinheira, lavadeira, costureira, ama-seca, ama de leite e, em muitos casos, a figura da trabalhadora “para tudo”, cuja amplitude de tarefas evidencia a indistinção entre trabalho especializado e trabalho total. Essa amplitude não é apenas descritiva; ela revela que a flexibilidade exigida era, em si, uma forma de precarização, pois convertia a disponibilidade contínua em virtude moral e em critério de empregabilidade. (Telles, 2024)

Um dos aspectos mais reveladores dos anúncios é a lógica das “qualidades desejáveis”,

pois nela se evidencia como a moralidade e a disciplina são transformadas em capital simbólico, funcionando como critérios de seleção tão relevantes quanto a capacidade técnica. Expressões recorrentes como “obediente”, “dócil”, “de boa índole”, “sem vícios”, “de confiança”, “saudável” e “de boa aparência” instituem um vocabulário de gestão do risco social, no qual o anunciante procura não apenas uma trabalhadora, mas uma garantia de previsibilidade comportamental (Campos, 2024). A imprensa, atravessada por circuitos intelectuais e valores letrados, participa da construção de padrões de respeitabilidade e conduta que se pretendem universais, mas operam de forma seletiva e racializada, exigindo das mulheres negras provas constantes de moralidade para legitimar sua presença no espaço doméstico. (Hoppenn, 2023)

Quando se articula esse material às disputas em torno da memória da escravidão no Império, percebe-se que a imprensa participa da naturalização de uma gramática de posse e controle, mesmo quando a retórica pública se desloca em direção à liberdade e ao trabalho. (Oliveira, 2024) A propaganda e as sociabilidades emancipatórias, por sua vez, ajudam a compreender que o espaço jornalístico era simultaneamente local de mobilização e de manutenção de hierarquias, pois a abolição podia ser defendida enquanto persistiam formas discursivas de mercantilização e subalternização. Assim, o contraste entre oferta e procura permite perceber que o anúncio é uma tecnologia de ordenamento: ele não apenas “revela” demandas, mas organiza uma economia moral do serviço em que a mulher negra aparece como solução prática e, ao mesmo tempo, como risco a ser domesticado. (Silva, 2023)

Esse conjunto de representações contribui para limitar drasticamente as possibilidades de cidadania e respeitabilidade das mulheres negras, pois define, de antemão, os contornos do aceitável e do inaceitável. O jornal opera como mediador simbólico dessas fronteiras, ensinando o leitor a reconhecer determinados corpos como naturalmente subordinados ou perigosos. (Oliveira, 2024) Ao fazê-lo, reforça uma ordem social racializada que persiste para além do regime escravista, atualizando-se em novas formas de exclusão (Pessoa, 2023). Assim, a imprensa não apenas registra desigualdades, mas participa ativamente de sua reprodução, conferindo-lhes aparência de normalidade e necessidade histórica. (Silva, 2023).

4. INVISIBILIZAÇÃO HISTÓRICA E CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MULHER NEGRA NO CEARÁ

A análise da formação social brasileira evidencia que as estruturas históricas de poder foram profundamente marcadas por processos de racialização e hierarquização social que produziram desigualdades persistentes. No caso específico do estado do Ceará, a historiografia tradicional consolidou, ao longo de décadas, uma narrativa que frequentemente minimizou ou mesmo negou a presença negra na constituição demográfica e cultural da região, difundindo o chamado “mito do Ceará branco”.

A narrativa tradicional cearense, construída sob o mito da ‘terra da luz’ e da ‘abolição pacífica’, contribuiu para o apagamento das experiências e lutas das mulheres negras, reduzindo sua participação aos papéis de servidão e subalternidade. Essa construção simbólica reforça o silenciamento da mulher negra, negando-lhe o protagonismo nos processos sociais e políticos.” (Silva; Costa, 2024, p. 1)

A citação reforça que a invisibilização das mulheres negras no Ceará não é um fenômeno isolado, mas resultado de construções discursivas que sustentam narrativas hegemônicas. Nesse sentido, o mito da “terra da luz” atua como mecanismo simbólico de apagamento histórico, conforme discutido no presente estudo.

Tal construção discursiva operou como um mecanismo simbólico de invisibilização, que ocultou não apenas a presença da população afrodescendente, mas também a centralidade de suas contribuições para a formação econômica, social e cultural do estado. Nesse contexto, a marginalização histórica foi ainda mais intensa quando se observa a trajetória das mulheres negras, cuja presença foi duplamente silenciada pela intersecção entre racismo estrutural e patriarcado. Como apontam análises contemporâneas, esse apagamento não foi fruto de ausência histórica, mas de escolhas epistemológicas e políticas da produção historiográfica dominante, que privilegiou narrativas centradas nas elites masculinas e brancas, relegando à margem sujeitos historicamente subalternizados (Silva; Costa, 2024).

Sim! Os passos das mulheres negras vêm antes mesmo de nosso nascimento, de nossa chegada ao movimento negro, e antes até de decidirmos entrar na academia, para pesquisar sobre a população negra na comunicação. Estes passos vêm de nossas ancestrais que tiveram de lutar muito, para que hoje pudéssemos produzir outros saberes na sociedade. Saberes que foram e ainda são silenciados pela opressão e pelo racismo, e que precisam ser percebidos pela sociedade. Precisamos enxergar para onde vão esses passos. E não estamos falando de ver, uma ação despreziosa ou involuntária. Buscamos mais profundidade. (Silva, 2023, p. 15)

A reflexão proposta por Silva (2023) reforça que a trajetória das mulheres negras não se inicia no presente, mas está profundamente enraizada em processos históricos marcados por resistência e silenciamento. Nesse sentido, a autora evidencia que os saberes produzidos por

essas mulheres foram sistematicamente marginalizados, o que dialoga diretamente com a realidade cearense apresentada neste estudo, onde o apagamento histórico não representa ausência, mas sim uma escolha política da historiografia dominante.

A colonização do território cearense, especialmente entre os séculos XVII e XIX, esteve intrinsecamente associada à exploração de mão de obra escravizada, ainda que em escala distinta de outras regiões do Brasil, como o Sudeste açucareiro ou o ciclo minerador. Mesmo assim, a presença de africanos escravizados e de seus descendentes foi significativa na constituição da sociedade local, atuando em atividades agrícolas, pecuárias, domésticas e urbanas. As mulheres negras desempenharam papel fundamental nesse processo, participando tanto do trabalho produtivo quanto das atividades relacionadas à reprodução social da força de trabalho, frequentemente exercendo funções como cozinheiras, amas de leite, quituteiras, lavadeiras e trabalhadoras domésticas. Essas atividades, embora essenciais para o funcionamento da economia colonial e para a sustentação das elites locais, raramente foram registradas ou valorizadas pela historiografia tradicional. A invisibilidade dessas experiências reforçou a construção de uma memória histórica seletiva, que contribuiu para perpetuar estereótipos raciais e de gênero profundamente arraigados na sociedade brasileira (Davis, 2016).

A marginalização das mulheres negras na história cearense também pode ser compreendida a partir da lógica patriarcal que estruturou as relações sociais no período colonial e imperial. Nesse sistema, as mulheres eram frequentemente posicionadas em papéis subordinados, restritas ao espaço doméstico e excluídas das esferas formais de poder e decisão. Entretanto, para as mulheres negras, essa exclusão assumia contornos ainda mais complexos, pois sua condição racial as colocava em uma posição de maior vulnerabilidade social, marcada por exploração laboral, violência simbólica e ausência de reconhecimento social. Assim, a experiência histórica das mulheres negras não pode ser compreendida apenas sob a ótica das desigualdades de gênero, mas deve ser analisada a partir da articulação entre diferentes sistemas de opressão que operam simultaneamente na produção das desigualdades sociais (Gonzalez, 2020).

A invisibilização histórica das mulheres negras no Ceará também está relacionada ao modo como a historiografia tradicional selecionou seus objetos de estudo e construiu seus arquivos de memória. Durante muito tempo, os estudos históricos priorizaram figuras políticas, proprietários de terras e representantes das elites econômicas, enquanto as experiências das populações negras e das mulheres permaneceram relegadas a uma posição secundária ou simplesmente ignoradas. Essa lacuna epistemológica contribuiu para consolidar uma

compreensão limitada da formação social cearense, obscurecendo o papel desempenhado por mulheres negras na construção de redes de solidariedade, práticas culturais e estratégias de resistência. Estudos mais recentes têm buscado revisar esse quadro, recuperando trajetórias invisibilizadas e demonstrando que a presença negra sempre foi constitutiva da história regional (Silva, 2023).

O distanciamento social que a pandemia criou não foi apenas de corpos, mas de sentimentos e relacionamentos. Foi preciso refletirmos sobre a metodologia, pois com as pesquisas acadêmicas que têm uma natureza etnográfica, como é o caso da nossa produção, o distanciamento trouxe o problema de interação física com o campo, bastante caro para a efetivação da pesquisa.”(Silva, 2023, p. 17) .

A reflexão metodológica apresentada por Silva (2023) contribui para compreender os desafios contemporâneos da pesquisa social, especialmente no que se refere à construção de conhecimento sobre sujeitos historicamente marginalizados. Tal perspectiva reforça a importância de abordagens qualitativas e sensíveis, como a adotada neste estudo, para compreender a complexidade das experiências das mulheres negras.

Nesse sentido, a reconstrução histórica da presença das mulheres negras no Ceará representa não apenas um exercício acadêmico, mas também um ato político de resgate da memória social. Ao recuperar essas trajetórias, pesquisadores e pesquisadoras contribuem para questionar narrativas hegemônicas que naturalizaram a ausência negra no imaginário regional. Esse movimento dialoga com debates mais amplos sobre representatividade e identidade, que enfatizam a importância de reconhecer sujeitos historicamente marginalizados como protagonistas de suas próprias histórias. Ao tornar visíveis essas experiências, abre-se espaço para uma compreensão mais plural e complexa da formação social brasileira, rompendo com perspectivas eurocêtricas que por muito tempo orientaram a produção do conhecimento histórico (Dantas, 2022).

Outro aspecto fundamental dessa discussão refere-se à relação entre memória histórica e políticas educacionais. A implementação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras, representou um marco importante no enfrentamento do apagamento histórico da população negra. Essa legislação estimulou a produção de pesquisas acadêmicas voltadas à valorização das contribuições africanas e afro-brasileiras para a formação da sociedade nacional. No contexto cearense, tal iniciativa tem impulsionado investigações que buscam evidenciar o protagonismo de mulheres negras em diferentes dimensões da vida social, contribuindo para a construção de uma narrativa histórica mais inclusiva e representativa da diversidade cultural do país (Silva; Costa, 2024).

As mulheres negras precisam enxergar quem são, o que querem, como querem ser

representadas, e como querem falar. É necessário compreender que estas mulheres desejam falar em primeira pessoa sobre suas histórias, sentimentos e vontades. Assim, esperamos apresentar, de forma respeitosa, como foi ouvir cada fala e suspiro das entrevistadas, como foi observar a raiva nos seus olhares, e como foi perceber o choro em suas vozes embargadas, e no silêncio que tomava o espaço (Silva, 2023, p. 16).

Assim, a centralidade da autonomia discursiva das mulheres negras, destacando a necessidade de que sejam reconhecidas como sujeitas de suas próprias narrativas. Essa perspectiva dialoga com o conceito de interseccionalidade abordado no presente estudo, ao demonstrar que a construção identitária dessas mulheres ocorre a partir de múltiplas dimensões de opressão e resistência.

A compreensão dessas dinâmicas históricas torna-se ainda mais aprofundada quando se incorpora o conceito de interseccionalidade, amplamente discutido no campo do feminismo negro e das ciências sociais contemporâneas. A interseccionalidade propõe uma abordagem analítica que considera a interação simultânea entre diferentes sistemas de opressão, como racismo, sexismo e desigualdade de classe, permitindo compreender como essas estruturas se articulam na produção de desigualdades sociais. No caso das mulheres negras, essa perspectiva revela que suas experiências sociais não podem ser explicadas apenas por uma dessas dimensões isoladamente, mas pela sobreposição de múltiplos fatores que moldam suas trajetórias de vida e suas condições de inserção social (Akotirene, 2019).

No contexto brasileiro, diversas intelectuais têm contribuído para o desenvolvimento dessas reflexões, destacando-se pensadoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro, cujas obras problematizam a invisibilidade histórica e política das mulheres negras. Essas autoras demonstram que tanto o movimento feminista tradicional quanto o movimento negro, em determinados momentos históricos, negligenciaram as especificidades das experiências vividas por mulheres negras, o que motivou a emergência do feminismo negro como campo teórico e político autônomo. Essa corrente de pensamento enfatiza a necessidade de compreender as desigualdades sociais a partir de uma perspectiva que leve em consideração as múltiplas dimensões da opressão, promovendo análises mais complexas sobre as relações de poder na sociedade contemporânea (Carneiro, 2019).

A partir dessa perspectiva, torna-se possível compreender que as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras não são apenas resultado de fatores individuais ou circunstanciais, mas constituem expressão de estruturas sociais historicamente consolidadas. No Ceará, assim como em outras regiões do Brasil, a análise interseccional permite identificar como o racismo estrutural, o patriarcado e as desigualdades socioeconômicas operam conjuntamente na produção de padrões persistentes de exclusão social. Dessa forma, reconhecer

a presença histórica e o protagonismo das mulheres negras não apenas contribui para a reconstrução da memória coletiva, mas também constitui um passo fundamental para a formulação de políticas públicas mais equitativas e para a promoção de uma sociedade efetivamente comprometida com a justiça social e a igualdade racial (Ribeiro, 2017).

4.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NEGRAS NO CEARÁ

A análise dos processos de organização política das mulheres negras no Ceará exige compreender o papel estruturante desempenhado pelos movimentos sociais negros na construção de agendas coletivas voltadas ao enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero. A partir da redemocratização brasileira, especialmente entre as décadas de 1980 e 1990, observou-se o fortalecimento progressivo de organizações civis, coletivos culturais e entidades militantes que passaram a denunciar de maneira mais sistemática o racismo estrutural presente nas instituições sociais brasileiras. Esse período marcou uma inflexão histórica na mobilização política da população negra no estado, impulsionando a formação de redes de articulação voltadas à valorização da identidade afrodescendente e à reivindicação de políticas públicas de promoção da igualdade racial (Bezerra; Nunes, 2021).

Em um país onde mais da metade da população é formada por negros, a discussão sobre as relações raciais ainda aparece na comunicação de forma muito tímida e pouco significativa. Os sujeitos sociais adquirem uma nova forma de construção e compartilhamento das demandas e fortalecimento da resistência para a produção de discursos referentes às questões sociais, raciais, culturais e econômicas. (Silva, 2023, p. 18)

A análise proposta por Silva (2023) evidencia a limitação histórica da mídia tradicional na abordagem das relações raciais, o que reforça a importância das novas formas de comunicação e organização social. Esse cenário se articula diretamente com a realidade cearense, onde a visibilidade das mulheres negras ainda enfrenta barreiras estruturais, sendo necessário ampliar os espaços de representação.

Nesse contexto, as mulheres negras assumiram papel central na reorganização do movimento negro, contribuindo para ampliar o debate sobre as múltiplas formas de opressão que atravessam suas trajetórias sociais, ao mesmo tempo em que reivindicavam maior visibilidade política e reconhecimento institucional para suas demandas específicas (Carneiro, 2019). Como argumenta o feminismo negro, as experiências históricas das mulheres negras não podem ser dissociadas das intersecções entre racismo, patriarcado e desigualdades

socioeconômicas, o que torna os movimentos sociais espaços fundamentais de elaboração política e construção de estratégias coletivas de resistência (Akotirene, 2019).

A mulher negra no Ceará passou por um processo duplo de invisibilização: enquanto negra, foi apagada da história oficial, enquanto mulher, foi excluída dos espaços de poder e decisão. Sua presença é marcada por silêncios, mas também por resistências cotidianas, pelas quais reivindica sua identidade, saberes e ancestralidade.”(Silva; Costa, 2024, p. 3)

A noção de dupla invisibilização apresentada pelas autoras dialoga diretamente com a abordagem interseccional adotada neste trabalho, ao evidenciar que as mulheres negras ocupam uma posição específica de vulnerabilidade social, resultante da articulação entre racismo e sexismo.

No Ceará, a consolidação dessas mobilizações resultou na formação de diversas organizações e coletivos voltados à promoção da igualdade racial e à defesa dos direitos das mulheres negras. Entre essas iniciativas destaca-se a Rede de Mulheres Negras do Ceará, organização que atua no fortalecimento político, social e cultural de mulheres negras por meio da promoção de debates públicos, formação política e articulação com movimentos sociais nacionais. A atuação dessa rede evidencia a importância das estruturas coletivas na construção de agendas políticas voltadas ao enfrentamento das desigualdades estruturais que afetam a população negra, especialmente no que se refere ao acesso a direitos sociais, educação, saúde e participação política (Bezerra; Nunes, 2021). Essas organizações também desempenham papel estratégico na produção de conhecimento sobre as experiências das mulheres negras, contribuindo para ampliar a visibilidade de suas trajetórias e fortalecer processos de autoafirmação identitária (Dantas, 2022). Nesse sentido, os movimentos sociais não apenas denunciam injustiças históricas, mas também constroem alternativas políticas e culturais capazes de reconfigurar as formas de participação social das mulheres negras na sociedade contemporânea (Ribeiro, 2017).

Outro elemento fundamental para compreender a organização política das mulheres negras no estado refere-se ao papel das comunidades quilombolas na preservação cultural e na luta por reconhecimento territorial. O Ceará possui dezenas de comunidades quilombolas oficialmente reconhecidas, nas quais as mulheres exercem funções de liderança comunitária, desempenhando papéis centrais na transmissão de saberes tradicionais, na organização social e na defesa de direitos territoriais. Essas lideranças femininas atuam na articulação entre memória histórica, cultura afro-brasileira e mobilização política, fortalecendo estratégias coletivas de resistência frente às disputas por território e reconhecimento institucional (Silva; Costa, 2024). Nesse contexto, as mulheres quilombolas não apenas preservam tradições culturais ancestrais,

mas também participam ativamente de processos políticos contemporâneos que buscam garantir direitos sociais, reconhecimento identitário e acesso a políticas públicas voltadas às comunidades tradicionais (Davis, 2016). A atuação dessas lideranças revela que a resistência negra no Ceará não se restringe ao espaço urbano, mas também se manifesta em territórios rurais onde memória, cultura e política se entrelaçam de maneira profunda.

A historiografia cearense produziu, por décadas, uma imagem mítica da abolição como fruto da benevolência dos jangadeiros e da ação heroica de brancos abolicionistas. Nesse processo, os sujeitos negros e, mais gravemente, as mulheres negras foram apagados da narrativa oficial, contribuindo para a construção de uma memória seletiva e racista.” (Silva; Costa, 2024, p. 3)

A crítica à historiografia tradicional evidencia a construção seletiva da memória social, que privilegia determinados sujeitos em detrimento de outros. Essa análise reforça a necessidade de revisão histórica proposta neste estudo, visando reconhecer o protagonismo das mulheres negras na formação da sociedade cearense.

A história da mobilização política das mulheres negras no Ceará também pode ser observada por meio de trajetórias individuais que simbolizam processos coletivos de luta por liberdade e justiça social. Entre essas figuras históricas destaca-se Preta Tia Simoa, liderança popular que participou das mobilizações conhecidas como Greve dos Jangadeiros, ocorridas em 1881 no porto de Fortaleza. Esse movimento representou um marco importante na luta contra o tráfico interno de pessoas escravizadas no Ceará, uma vez que os jangadeiros se recusaram a transportar escravizados para outras províncias do Império, contribuindo para o enfraquecimento do sistema escravista regional (Santana, 2020). A atuação de Preta Tia Simoa evidencia o protagonismo das mulheres negras nas mobilizações abolicionistas e demonstra que a luta pela liberdade no Ceará contou com significativa participação popular, incluindo mulheres negras que desafiaram as estruturas sociais escravocratas de sua época (Ceará, 2024). A presença dessas lideranças reforça a necessidade de revisar narrativas históricas que tradicionalmente marginalizaram a participação feminina negra nos processos políticos do século XIX.

Outra figura histórica relevante nesse processo é Ana Sousa, conhecida como Aninha Gata, cuja atuação esteve vinculada às mobilizações sociais que antecederam a abolição da escravidão no estado. Embora sua trajetória tenha sido por muito tempo invisibilizada pela historiografia tradicional, pesquisas recentes têm recuperado sua participação nas articulações populares que se opunham ao tráfico interno de pessoas escravizadas, demonstrando que as mobilizações abolicionistas no Ceará envolveram uma complexa rede de atores sociais, incluindo mulheres negras que desempenharam papel significativo na construção dessas

resistências (Ceará, 2024). A recuperação dessas trajetórias históricas é fundamental para compreender a profundidade das lutas negras no estado, bem como para evidenciar a participação ativa das mulheres na construção de processos políticos que contribuíram para a abolição da escravidão no Ceará em 1884, quatro anos antes da promulgação da Lei Áurea (Silva; Costa, 2024).

No século XX, a reorganização do movimento negro cearense também contou com a atuação de importantes lideranças femininas, entre as quais se destaca Maria Lúcia Simão Pereira, reconhecida como uma das fundadoras do movimento negro organizado no estado. Sua atuação esteve diretamente relacionada à articulação do Grupo de Consciência Negra (GRUCON), organização que desempenhou papel fundamental na difusão de debates sobre identidade negra, cultura afro-brasileira e combate ao racismo estrutural no Ceará. A atuação de Maria Lúcia Simão contribuiu para fortalecer processos de conscientização política entre jovens e estudantes negros, ampliando a presença das pautas raciais nos espaços acadêmicos e culturais do estado (Ceará, 2024). Esse tipo de mobilização evidencia como a atuação das mulheres negras tem sido fundamental para consolidar agendas políticas voltadas à promoção da igualdade racial e ao reconhecimento das contribuições culturais da população afrodescendente (Gonzalez, 2020).

Além da atuação em movimentos urbanos, a presença feminina negra também se manifesta de forma significativa nas comunidades tradicionais e quilombolas do Ceará. Um exemplo emblemático é a liderança de Maria Caetano de Oliveira, conhecida como Dona Bibil, integrante da comunidade quilombola Conceição dos Caetanos, localizada no município de Tururu. Dona Bibil tornou-se referência na luta pela defesa dos direitos territoriais das comunidades quilombolas e pela preservação das tradições culturais afro-brasileiras. Sua atuação demonstra como as mulheres quilombolas exercem funções fundamentais na organização comunitária, na transmissão de saberes ancestrais e na articulação política com instituições públicas (Ceará, 2024). Essas lideranças representam formas de resistência que articulam identidade cultural, memória histórica e luta por direitos territoriais, evidenciando a centralidade das mulheres negras na manutenção das estruturas sociais e culturais dessas comunidades (Davis, 2016).

A representatividade feminina negra no Ceará também se expressa no campo cultural e religioso, onde diversas lideranças atuam na preservação das tradições afro-brasileiras e na promoção de ações sociais voltadas às comunidades periféricas. Nesse contexto, destaca-se a atuação de Mãe Zimá Ferreira da Silva, liderança religiosa vinculada às religiões de matriz africana, cuja atuação ultrapassa o campo espiritual e alcança dimensões sociais importantes,

como o acolhimento de populações vulnerabilizadas e a promoção de práticas comunitárias de solidariedade. Da mesma forma, a mestra da cultura popular Maria de Tiê representa um importante símbolo da preservação das manifestações culturais afro-cearenses, contribuindo para a valorização das tradições culturais negras e para o fortalecimento da identidade afro-brasileira no estado (Ceará, 2022). Essas lideranças demonstram que a presença feminina negra na sociedade cearense não se limita aos espaços políticos institucionais, mas também se manifesta em dimensões culturais, religiosas e comunitárias profundamente enraizadas na história social da região.

Após séculos de exclusão, a mulher negra se redescobre a partir de uma série de acontecimentos descritos nesse texto. Um dos mais impactantes foi o empoderamento seguido da representatividade. Discutimos que o empoderamento de forma coletiva move com todas aquelas que fazem parte de uma comunidade, que as faz ter essa percepção identitária e as eleva ao nível de representatividade.” (Dantas, 2022, p. 5)

Dantas (2022) evidencia que o empoderamento coletivo constitui um elemento central na construção da identidade das mulheres negras, funcionando como mecanismo de fortalecimento político e social. Essa perspectiva dialoga com a atuação dos movimentos sociais no Ceará, que promovem a construção de redes de apoio e resistência.

Nos últimos anos, observa-se também um crescimento significativo da presença de mulheres negras em espaços institucionais, acadêmicos e políticos no Ceará, resultado direto do fortalecimento dos movimentos sociais negros e das políticas de ação afirmativa implementadas no Brasil nas últimas décadas. No campo acadêmico, pesquisadoras como Emanuela Gomes têm contribuído para a reconstrução da história afro-cearense por meio de investigações que buscam evidenciar a presença negra na formação social do estado. Esses estudos têm desempenhado papel fundamental na revisão crítica da historiografia regional, ampliando a visibilidade das experiências históricas da população negra e contribuindo para a produção de conhecimento comprometido com a justiça social (Sindjorce, 2023). A universidade torna-se, nesse contexto, um espaço estratégico de produção científica e de formação política para mulheres negras que atuam simultaneamente na pesquisa acadêmica e na militância social (Sousa, 2025).

A ampliação da representatividade feminina negra também pode ser observada no campo da política institucional contemporânea. Um exemplo emblemático desse processo é a trajetória da socióloga e vereadora Mari Lacerda, eleita para a Câmara Municipal de Fortaleza em 2024. Militante de movimentos sociais e pesquisadora sobre participação política de mulheres negras, Mari Lacerda tornou-se a primeira mulher negra bissexual eleita para o legislativo municipal da capital cearense. Sua atuação política está fortemente vinculada às

pautas de direitos humanos, igualdade racial, juventude negra e defesa das políticas públicas voltadas às mulheres (Câmara Municipal de Fortaleza, 2026). A presença de lideranças como Mari Lacerda evidencia a importância da ocupação dos espaços institucionais por mulheres negras, uma vez que essa representatividade contribui para ampliar o debate público sobre desigualdades raciais e promover transformações nas estruturas políticas historicamente excludentes (Fortaleza, 2023).

O empoderamento certamente é um pilar para chegar ao poder da representatividade, que nos últimos anos tornou-se uma arma poderosa contra o preconceito racial, e também de gênero. Usamos como exemplo a história de mulheres negras que chegaram ao pódio do concurso Miss Brasil, enfrentando todos os estereótipos e marcadores que carregavam.”(Dantas, 2022, p. 5)

A autora destaca a importância da representatividade como ferramenta de enfrentamento aos estereótipos raciais e de gênero, evidenciando que a presença de mulheres negras em espaços de destaque contribui para a resignificação de suas identidades sociais. Esse processo é fundamental para compreender a transformação das estruturas simbólicas no contexto contemporâneo.

Outro aspecto fundamental da representatividade contemporânea refere-se ao papel das redes sociais digitais na ampliação da visibilidade das mulheres negras e na construção de novas formas de mobilização política. Estudos recentes demonstram que plataformas digitais têm sido utilizadas como instrumentos estratégicos para a construção de identidades coletivas, para o fortalecimento de redes profissionais e para a denúncia pública de práticas racistas e sexistas presentes na sociedade brasileira. A presença de páginas, coletivos e perfis dedicados à valorização da identidade negra tem contribuído para ampliar o reconhecimento social das trajetórias de mulheres negras em diferentes áreas de atuação, desde a política e a academia até a cultura e o empreendedorismo (Silva, 2023). Nesse sentido, as redes sociais tornam-se espaços de disputa simbólica e política, nos quais mulheres negras afirmam suas identidades, constroem narrativas próprias e reivindicam maior participação nos processos de tomada de decisão social (Ribeiro, 2017).

Por fim, o fortalecimento da presença feminina negra nos espaços sociais, políticos e culturais do Ceará contribui para reconfigurar as narrativas históricas que durante muito tempo invisibilizaram a participação da população negra na formação da sociedade regional. A atuação de lideranças políticas, acadêmicas, culturais e comunitárias evidencia que as mulheres negras têm desempenhado papel central na construção de processos de transformação social voltados à promoção da igualdade racial e da justiça social. Nesse contexto, os movimentos sociais, as redes de organização coletiva e as iniciativas acadêmicas tornam-se instrumentos fundamentais

para ampliar a visibilidade dessas trajetórias e fortalecer a construção de uma sociedade mais democrática e plural (Carneiro, 2019). Assim, compreender a atuação das mulheres negras no Ceará implica reconhecer não apenas suas contribuições históricas, mas também seu protagonismo na construção de projetos políticos e sociais voltados à superação das desigualdades estruturais que ainda marcam a sociedade brasileira contemporânea (Gonzalez, 2020).

CONCLUSÃO

A análise do estudo permite afirmar, de forma consistente, que a participação das mulheres negras no processo abolicionista cearense entre 1883 e 1884 foi estrutural, ativa e multifacetada, ainda que historicamente invisibilizada. Longe de ocuparem um papel secundário, essas mulheres atuaram como agentes centrais na construção de redes de resistência, solidariedade e mobilização social, operando tanto no plano material quanto simbólico. Sua presença se manifestava nas práticas cotidianas como o acolhimento de escravizados fugitivos, a articulação de redes de apoio e o trabalho urbano, bem como nos espaços culturais e religiosos, onde a manutenção de tradições afrodescendentes constituía uma forma de resistência política. Assim, a abolição no Ceará não pode ser compreendida como um evento conduzido exclusivamente pelas elites, mas como resultado de uma complexa teia de ações protagonizadas, em grande medida, por mulheres negras.

Nesse sentido, a resistência dessas mulheres deve ser entendida para além dos moldes tradicionais de militância política formal. Sua atuação se deu, sobretudo, na politização do cotidiano, transformando práticas de cuidado, religiosidade, trabalho e sociabilidade em instrumentos de enfrentamento à ordem escravocrata. As irmandades religiosas, as festas de matriz africana e os espaços comunitários funcionaram como territórios de articulação política e preservação identitária, nos quais as mulheres negras desempenhavam papéis de liderança e organização. Dessa forma, a resistência feminina negra no Ceará oitocentista revela uma dimensão ampliada do conceito de ação política, que incorpora elementos culturais, espirituais e afetivos como formas legítimas de luta por liberdade.

Entretanto, apesar desse protagonismo evidente, a historiografia tradicional contribuiu decisivamente para a invisibilização dessas mulheres na memória oficial do Estado. A construção de uma narrativa abolicionista centrada nas elites brancas, letradas e masculinas produziu um apagamento sistemático das experiências negras, especialmente femininas. Esse processo não foi acidental, mas resultado de uma operação discursiva e epistemológica que visava consolidar uma identidade regional “civilizada” e europeizada, alinhada aos interesses das classes dominantes. Assim, ao privilegiar figuras masculinas brancas como protagonistas da abolição, a historiografia relegou as mulheres negras ao silêncio histórico.

Esse apagamento está intrinsecamente relacionado ao que o estudo evidencia como racismo estrutural e epistemológico. A exclusão das mulheres negras dos registros históricos reflete não apenas uma ausência documental, mas uma negação ativa de sua condição de

sujeitos históricos e produtoras de conhecimento. Ao deslegitimar suas experiências, saberes e formas de organização, a historiografia tradicional operou um verdadeiro epistemicídio, restringindo o campo do conhecimento histórico às perspectivas eurocentradas. Dessa forma, a invisibilização dessas mulheres não é apenas uma lacuna historiográfica, mas um mecanismo de poder que molda a memória coletiva e perpetua desigualdades simbólicas .

Ademais, o estudo demonstra que o mito da “abolição pacífica” e do Ceará como “Terra da Luz” desempenhou papel fundamental nesse processo de apagamento. Ao construir uma narrativa de harmonia racial e benevolência das elites, esse discurso obscureceu os conflitos, as resistências e as lutas protagonizadas pela população negra. As mulheres negras, que atuaram na base desse processo, foram particularmente afetadas por essa construção simbólica, sendo excluídas tanto da memória oficial quanto das celebrações públicas da abolição. Assim, a narrativa hegemônica não apenas distorceu os fatos históricos, mas também silenciou vozes fundamentais para a compreensão do processo abolicionista .

Diante disso, torna-se evidente que a reconstrução da história da abolição no Ceará exige uma revisão crítica dos paradigmas historiográficos tradicionais. É necessário reconhecer as mulheres negras como protagonistas e revalorizar suas experiências, práticas e saberes como elementos centrais na construção da liberdade. Essa reinterpretação implica adotar uma perspectiva decolonial, capaz de romper com o eurocentrismo e de legitimar outras formas de produção de conhecimento, como a oralidade, a memória coletiva e as práticas culturais. Somente assim será possível construir uma narrativa histórica mais justa, plural e representativa.

No entanto, é importante destacar que o estudo apresenta algumas limitações. Por se tratar de uma pesquisa predominantemente bibliográfica e documental, baseada em fontes históricas que já carregam em si marcas de silenciamento, há restrições quanto à recuperação integral das experiências das mulheres negras. A escassez de registros diretos e a fragmentação das fontes dificultam a reconstrução completa de suas trajetórias, o que evidencia a necessidade de ampliar o acesso a outras formas de documentação, como fontes orais e registros culturais ainda pouco explorados.

Por fim, como sugestão para futuras investigações, propõe-se o aprofundamento de pesquisas empíricas que privilegiem a história oral, a análise de práticas culturais contemporâneas e a genealogia das redes femininas negras no Ceará. Investigar a continuidade dessas formas de resistência no pós-abolição e suas conexões com os movimentos atuais de mulheres negras pode contribuir para uma compreensão mais abrangente do abolicionismo como processo histórico contínuo. Dessa forma, novas pesquisas poderão não apenas preencher

lacunas historiográficas, mas também fortalecer a valorização das memórias e das epistemologias negras femininas, reafirmando seu lugar central na história social brasileira.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Karla Jaqueline Vieira. “**Heróis**” no **cativeiro**: discursos e silêncios no jornal Libertador sobre o protagonismo de José Napoleão e Preta Tia Simoa na luta abolicionista no Ceará (1881-1884). Monografia (Licenciatura em História), Universidade Regional do Cariri, Crato, 2015.

ALVES, Luzia Beatriz Ramos; LEMOS, Márcia Santos. Do Norte ao Sul global: cercamento de mulheres e trabalho doméstico no Sertão da Bahia (1970-1980). **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 148, v. 3, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/xq5HLd9ynZRztctpcp73Pfw/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

[A pedido para S. exc. o Sr. presidente da província...]. **Pedro II**. Ceará, 17 jul. 1881. ed. 00055, p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=216828&pasta=ano%20188&pagfis=11185>. Acesso em: 2 fev. 2026.

ARAÚJO, Érick Assis; MESQUITA, Francisco Paulo de Oliveira. Os ecos do discurso liberal nos domínios da precariedade estrutural: o jornal libertador e a defesa da liberdade na província do Ceará. **Embornoal**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 67–85, 2015. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/embornoal/article/view/3303>. Acesso em: 2 fev. 2026.

ARIZA, Marília Bueno de Araújo. Mães libertas, filhos escravos: desafios femininos nas disputas por liberdade (Brasil, século XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 45-66, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/FjqKdS8HgVLbQbfqNNWr8C/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

BARBOSA, Mariane. Exposição no MAC-CE destaca a importância de mulheres negras na abolição da escravatura no Ceará. **CEARÁ (Estado)**, Fortaleza, 20 mar. 2024. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2024/03/20/exposicao-no-mac-ce-destaca-a-importancia-de-mulheres-negras-na-abolicao-da-escravatura-no-ceara/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

BARRETO, Vívian Queiroz. Da escravidão à liberdade: a história de Maria da Conceição em busca de direitos (Brasil, século XIX). **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 1-24, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/KPmH4nw6dgd58rX8szWKyPn/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

BARROSO, Gustavo. **À margem da história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962. Disponível em: https://books.google.com/books/about/A_margem_da_hist%C3%B3ria_do_Cear%C3%A1.html?id=ZcYXAAAIAAJ. Acesso em: 2 fev. 2026.

BARROSO, Oswald. **Reis de Congo**: teatro popular tradicional. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Museu da Imagem e do Som, 1996.

BARROSO, Raimundo Oswald Cavalcante. **Reis de Congo**: uma etnografia do Reisado no Ceará. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1997. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=10016>. Acesso em: 2 fev.

2026. Acesso em: 2 fev. 2026.

BEZERRA, Maria Raiane Felix; NUNES, Cícera. Movimentos negros no Ceará: um olhar sobre o Movimento de Mulheres Negras do Cariri. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 19, n. 40, set./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/5409/6310>. Acesso em: 2 fev. 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Mari Lacerda: perfil parlamentar. Fortaleza: Câmara Municipal de Fortaleza, 2026. Disponível em: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/parlamentar/281>. Acesso em: 2 fev. 2026.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 325-333. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2736>. Acesso em: 2 fev. 2026.

CARULA, Karoline. Maternidade e trabalho na escravidão: Brasil, século XIX. **Almanack**, Guarulhos, n. 37, e024003, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/cLFfC8nXvzLxcPN4XPYKK7H/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

CARVALHO, Grecianny Carvalho. O protagonismo feminino no movimento abolicionista cearense. In: SILVA, José Borzacchiello da; MELO, Gisafran Nazareno Mota Jucá (org.). **Cultura, política & identidades: Ceará em debate**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2023. p. 45-62. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/wp-content/uploads/2025/01/2023-06-OProtagonismoFeminino-noMovimentoAbolicionistaCearense.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2026.

CARVALHO, Maria das Graças. Interseccionando raça, gênero e classe: trabalho doméstico e desigualdades no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 43, e252905, p. 1-14, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/XrGcRjVwVLtsDbfNmDqXrPQ/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

CEARÁ (Estado). **Data Magna do Ceará: o protagonismo das lideranças negras**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://www.igualdaderacial.ce.gov.br/2024/03/22/data-magna-do-ceara-o-protagonismo-das-liderancas-negras/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

CEARÁ (Estado). Secretaria da Cultura. **Afrocearensidades: relatos biográficos destaca lideranças negras em homenagem ao Dia da Consciência Negra**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2024. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2024/11/18/afrocearensidades-relatos-biograficos-da-bece-destaca-liderancas-negras-em-homenagem-ao-dia-da-consciencia-negra/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

CEARÁ (Estado). Secretaria da Proteção Social. **Lideranças negras do Ceará conquistam destaque na política, religião, academia e cultura popular**. Fortaleza: Governo do Estado

do Ceará, 2022. Disponível em: <https://www.sps.ce.gov.br/2022/11/30/liderancas-negras-do-ceara-conquistam-destaque-na-politica-religiao-academia-e-cultura-popular/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

CHAI, Cássia Gisele *et al.* Interseccionalidades da escravidão contemporânea da mulher negra no Brasil: trabalho, determinantes e desigualdades sociais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/FTPK478KQW89kQw5FRHVvgD/>. Acesso em: 8 fev. 2026.

CISNE, Mirla; IANAEL, Fernanda. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 2, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84661>

CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, p. 139-167, 1989. Disponível em: https://scholarship.law.columbia.edu/faculty_scholarship/3007. Acesso em: 2 fev. 2026.

DANTAS, Andreza Rodrigues. **Mulheres negras**: representatividade, autoafirmação e beleza negra. 2022. 30 f. Monografia (Bacharelado em Humanidades) – Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/5085>. Acesso em: 2 fev. 2026.

DANTAS, Luís Thiago Freire. O eurocentrismo e seus críticos. In: DANTAS, Luís Thiago Freire. **Descolonização curricular**: a filosofia africana no ensino médio. 2015. 67 f. Monografia (Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. cap. 1, p. 19-48. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/41064>. Acesso em: 19 mar. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

Declaração necessária. **O LIBERTADOR**. Fortaleza, 27 jan. 1886. ed. 00022, p 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229865&id=196402905238&pagfis=1812>. Acesso em: 2 fev. 2026.

Escravo fugido [Anúncio]. **O Libertador**. Fortaleza, 6 out.1884. ed. 00208, p 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229865&id=196402905238&pagfis=585>. Acesso em: 2 fev. 2026.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Ilustrações de Goya Lopes. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 27 - 46.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf. Acesso em: 19

mar. 2025.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX.** 2004. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/6119>. Acesso em: 04 fev. 2026.

FIGUEIREDO, Ângela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 1-24, maio 2020. ISSN 2175-1803. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3381/338163000004/html/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

FIGUEIREDO, Rachel Cordeiro Cabral. Um cabo submarino na maré abolicionista: redes, circulação e conexões do abolicionismo no Ceará. **Revista de História**, São Paulo, n. 182, e2023052, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/StKnQpWcWxBxCbmmzKgxQj/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

Fugio no dia 27 de fevereiro [Anúncio]. **O Cearense**. Fortaleza, 17 fev. 1880. ed. 000210, p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=escrava&id=3443005211148&pagfis=12601>. Acesso em: 2 fev. 2026.

FRANÇA, Lusirene Celestino. Racismo e invisibilidade negra: o legado da emancipação da escravidão no Ceará. **Dia-Logos: Revista Discente da Pós-Graduação em História**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/dia-logos/article/view/77067>. Acesso em: 4 mar. 2025.

FREITAS, J. M. B. Abordagem interseccional sobre as desigualdades vividas por mulheres negras e quilombolas: trabalho, cuidado e opressões. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 35, e350000, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/jCRSKdPsCKKdFf9VszwpqYz/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação**, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2010. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143/3188>. Acesso em: 14 mar. 2025.

FORTALEZA (Município). **Conferência define prioridades para políticas de igualdade racial em Fortaleza**. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/conferencia-define-prioridades-para-politicas-de-igualdade-racial-em-fortaleza>. Acesso em: 2 fev. 2026.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GIRÃO, Raimundo. **A abolição no Ceará**. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1956. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/A_aboli%C3%A7%C3%A3o_no_Cear%C3%A1.html?id=rsQzAQAAIAAJ. Acesso em: 2 fev. 2026.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1984.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa *et al.* **Epistemologías del Sur = Epistemologias do Sul**. Coordenação geral de Maria Paula Meneses; Karina Andrea Bidaseca. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Coimbra: Centro de Estudos Sociais – CES, 2018. p. 235-252. Livro digital, PDF.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Ain't I a Woman**: Black Women and Feminism. Boston: South End Press, 1981. Disponível em: <https://hamtramckfreeschool.files.wordpress.com/2014/03/hooks-bell-aint-i-a-woman-black-woman-and-feminism.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2026.

HOOKS, bell. **Feminist Theory**: From Margin to Center. Boston: South End Press, 1984. Disponível em: https://funceji.files.wordpress.com/2017/08/bell_hooks_feminist_theory_from_margin_to_centerbookzz-org_.pdf. Acesso em: 2 fev. 2026.

HOPPEN, Nádia H. F. Retrato dos estudos feministas, de mulheres e de gênero no Brasil: consolidação e disputas no campo científico. **Estudos de Biologia**, Curitiba, v. 45, e000000, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eb/a/HXdtvsyvYRhZC73mwffWhSJ/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

JUNIOR, França. Criados. **Pedro II**. Ceará, 27 out. 1881. ed. 00084, p 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=216828&pasta=ano%20188&pagfis=11298>. Acesso em: 2 fev. 2026.

LIMA, Adriane; RANIERI, Beatriz Pompeu; SILVA, Lúcia Isabel da C. Vivências educativas de mulheres negras na segunda metade do século XIX. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 49, e134161, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236134161vs01>.

LOPES, Camily Jayane Martins. **A invisibilidade da população negra na história de Baturité-CE**. 2020. 23 f. Projeto de Pesquisa – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/6732>. Acesso em: 2 fev. 2026.

LOURENÇO, Ana Paula Paes. "Quem segura o dia de amanhã na mão?": mulheres negras e o trabalho doméstico como herança colonial. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 152, e0250001, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/VhhXwbwk9PyFN3b8YkTrJHz/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

MACAMO, Elísio. Aquino de Bragança: estudos africanos e interdisciplinaridade. In: CRUZ E SILVA, Teresa; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves (org.). **Como fazer ciências sociais e humanas em África**: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas. Dakar: CODESRIA, 2012. p. 63-73. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/items/e6947a2b-455b-4028-8285-3b67a9a2f90b>. Acesso em: 2 fev. 2026.

MANZI, Maya. Territorialidades de mulheres negras no Brasil: o corpo, a casa e a cidade sob

uma perspectiva interseccional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 23, e021011, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/8FvqfjrztwtqMSTdMwVPsG/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

MARQUES, Janote Pires. A invisibilidade do negro na história do Ceará e os desafios da Lei 10.639/2003. **Poiésis: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Tubarão, v. 7, n. 12, p. 347-366, jun./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.19177/prppge.v7e122013347-366>

MATHEUS, Marcelo Santos. A produção da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História (São Paulo)**, Franca, v. 37, e2018023, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/XWk8WjTdM4WWdWVzkJ6bRQR/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MESQUITA, Francisco Pinheiro de Oliveira. Novo jornalismo e abolicionismo: o jornal Libertador e a imprensa política na província do Ceará (1881-1884). **Ars Historica**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 237-265, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7947028.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2026.

MILITÃO, J. W. R. **Maracatu Az de Ouro: 70 anos de memórias, loas e batuques**. Fortaleza: OMNI/Solar, 2007.

NASCIMENTO, Joelma Gentil do. **Memórias organizativas do movimento negro cearense: algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes, na década de oitenta**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7356>. Acesso em: 2 fev. 2026.

NASCIMENTO, Maria Yasmim Rodrigues do. **"A gente foi juntando mulheres": memórias, ativismos e insubmissões de mulheres negras cearenses**. 2025. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/82025>. Acesso em: 2 fev. 2026.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. **O negro no ensino de história: temas e representações (1978-1998)**. 2000. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001138366>. Acesso em: 2 fev. 2026.

OLIVEIRA, Camila Barros de. Interseccionalidade como práxis. **Mediações**, Londrina, v. 30, n. 1, e250002, p. 1-18, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mediacoes/a/378RRh8yQFjCkSGJqCnfvRk/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

OLIVEIRA, Wendel de Lima de. A abolição dos escravos no Ceará: propaganda, imprensa e sociabilidades emancipatórias. **Notícia Bibliográfica e Histórica**, Campinas, v. 56, n. 1, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/noticiabibliohist/article/download/17311/13459/63141>. Acesso em: 2 fev. 2026.

PEREIRA, Beatriz Cordeiro Jacinto. Diferentes olhares, outras perspectivas: solidariedade e resistência no trabalho doméstico de mulheres negras na escravidão e no pós-abolição.

Sociedade e Estado, Brasília, v. 30, n. 3, p. 669-688, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/gZHzGLFVPCPZtvLmF3wfyjt/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

PESSOA, Thiago Campos. Aristocracia negreira: imprensa, memória e disputas em torno da escravidão no Império do Brasil. **Almanack**, Guarulhos, n. 35, e023006, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/5BLCnV8Mp5vwTT36W4sPrkK/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 20 jan. 2026.

RAMOS, Artur Felipe da Costa. O Reino Encantado, de Araripe Júnior (1878), e os debates sobre escravidão e imprensa no fim do século XIX. **Almanack**, Guarulhos, n. 37, e024002, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/JSFFGgCnzNCbVvncHrLtphJ>. Acesso em: 2 fev. 2026.

RIBEIRO, Cícera Rozizângela Barbosa. De Preta Simoa à Lúcia Simão: mulheres negras em movimento no Ceará. In: SEMANA DE HUMANIDADES DA UFC, 2023, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2023. GT 4 – África e Diáspora: Pesquisa e Produção de Conhecimento. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/sh/article/view/81916>. Acesso em: 2 fev. 2026.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2017.

SALES, Suewellyn Cassimiro; LIMA, Maria Érica de Oliveira. Representação das mulheres negras no jornalismo cearense: uma análise interseccional dos jornais O Povo e Diário do Nordeste. In: SOUSA, Jorge Pedro (org.). **Jornalismo e estudos midiáticos: memória**. Porto: Fundação Fernando Pessoa, 2022. p. 89-103. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/69691>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SANTANA, Luana Rocha. Nós, trabalhadoras negras: ontem escravizadas; hoje domésticas, racismo e superexploração do trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 153, e0250010, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/wjRnNZDcHFnsFZCv7nh9kHH/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SANTANA, Rodolfo. Conheça Preta Tia Simoa e sua luta por liberdade no Ceará do século XIX. **Brasil de Fato**, Juazeiro do Norte, 21 nov. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/21/conheca-pret-tia-simoe-sua-luta-por-liberdade-no-ceara-do-seculo-19>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEVERO, Rafaela. Performance Leite Derramado: desafiando as imagens de controle da "mãe preta". **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, e112479, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbep/a/5djdQ49GCTtp6PLvjXxrKcG/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SILVA, Dávila Maria Feitosa da. **Mulheres negras cearenses: narrativas de vida de influenciadoras digitais antirracistas**. 2024. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) –

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/35096>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Joselina da; SOUSA, Marilúcia Sousa Antônia de; SILVA, Daiane Patrícia Feitosa da; OLIVEIRA, Claudimara Barboza de. Memórias de "pretas velhas": as falas das mulheres cearenses do Cariri. **REALIS: Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, Recife, v. 2, n. 1, p. 123-132, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/issue/view/1166>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SILVA, Luizete Vicente da. **A primeira vista: uma análise sobre a identidade e a representação das mulheres negras da página "Profissionais Negros do Ceará" no Instagram**. 2023. 264 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/75114>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SILVA, Maria Saraiva da. **A transmissão de conhecimentos advinda de mulheres negras cearenses acima de setenta anos: um olhar sobre suas histórias e memórias**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/8592>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SILVA, Osmar Roberto da Costa. Anúncios de mulheres negras escravizadas e as dinâmicas urbanas em Desterro/Florianópolis. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 1, e86321, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/hxSNvZnbxXNDG5LKXvSm4vx/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SILVA, Sueide Menezes da; COSTA, Jacqueline da Silva. Silenciamento e resistência: a representação da mulher negra na história do Ceará sob a perspectiva da Lei 10.639/2003. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES NEGROS DO NORDESTE, 2024. **Anais [...]** Salvador: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2024. Disponível em: <https://www.copenenordeste2025.abpn.org.br/arquivo/downloadpublic>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO CEARÁ. **Marcada por invisibilidade, história dos negros do Ceará é recontada na academia**. Fortaleza: Sindjorce, 2023. Disponível em: <https://www.sindjorce.org.br/marcada-por-invisibilidade-historia-dos-negros-do-ceara-e-recontada-na-academia/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. **"Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê..."**: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, Secretaria da Cultura, 2011.

SOUSA, Antônio Vilamarque de. **Da negrada negada: a negritude fragmentada – o Movimento Negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)**. 2006. 191 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

SOUSA, Maria L. de. Mulheres negras invisíveis na ciência: promovendo o interesse

científico entre discentes negras no espaço escolar. **Revista Ceará Científico**, v. 4, n. 6, p. 119-129, 2025. Disponível em: <https://periodicos.seduc.ce.gov.br/cearacientifico/article/view/1565>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SOUZA, Fabiana Alves de. Huguenotes, ingleses, abacaxis: associativismo, redes e abolicionismo no Brasil oitocentista. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 50, p. 1-28, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/YYzrTZr6mW74yxRVWG5DtKv/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SOUZA, R. N. R. **Rosário dos Pretos de Sobral-CE: irmandade e festa (1854-1884)**. Fortaleza: NUDOC, 2006.

STUDART, Guilherme. **Datas e factos para a história do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. t. 2-3. Disponível em: <https://www.fwa.org.br/books/datas-e-factos-para-a-historia-do-ceara-tomo-ii/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

TELLES, Lorena Féres da Silva. Mulheres negras, parteiras e parturientes (Rio de Janeiro, século XIX). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 32, n. 1, e98149, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2024v32n198149>

TONET, Ivo. Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 725-742, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/GXvFhStx9X44bbqzhJWQNfs/>. Acesso em: 16 mar. 2025.